UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

MARCELO FREITAS SOARES DE MORAES CRUZ

# Mercado de trabalho e classe trabalhadora em São Paulo e no Rio de Janeiro em 1920

São Paulo
2014

MARCELO FREITAS SOARES DE MORAES CRUZ

# Mercado de trabalho e classe trabalhadora em São Paulo e no Rio de Janeiro em 1920

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Econômica

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa

São Paulo
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cm

Cruz, Marcelo Freitas Soares de Moraes
Mercado de trabalho e classe trabalhadora em São Paulo e no Rio de Janeiro em 1920 / Marcelo Freitas Soares de Moraes Cruz; orientador Alexandre de Freitas Barbosa. - São Paulo, 2014.
165 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. trabalho assalariado. 2. capitalismo. 3. emprego. 4. História do Brasil. 5. modernização. I. Barbosa, Alexandre de Freitas, orient. II. Título.

CRUZ, Marcelo Freitas Soares de Moraes

Mercado de trabalho e classe trabalhadora em São Paulo e no Rio de Janeiro em 1920

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof.Dr. _____

Instituição:_____ Assinatura:_____

Prof.Dr. _____

Instituição:_____ Assinatura:_____

Prof.Dr. _____

Instituição:_____ Assinatura:_____

*Para*
*D. Nice e suas três meninas*

# AGRADECIMENTOS

Ao CNPq devo agradecer pela concessão da Bolsa de Mestrado.

Diversos professores contribuíram direta ou indiretamente para que esta pesquisa fosse realizada: Pedro Puntoni, Rafael de Bivar Marquese, Monica Dantas, Miriam Dolhnikoff, Marcos Napolitano de Eugênio, Wilson do Nascimento Barbosa, Jorge Grespan, Henrique Soares Carneiro, Renato Colistete.

Três professores merecem agradecimento especial. Lincoln Ferreira Secco, por ter me ensinado a valorizar a compreensão das formas tomadas pelas transformações sociais ao longo do tempo. Alexandre Macchione Saes, por ter incentivado esta pesquisa e, sobretudo, por ter ministrado cursos que jogaram luz sobre meu objeto de trabalho. Alexandre Barbosa, meu orientador, por ter acreditado na proposta inicial deste trabalho, mesmo quando quis deixá-la de lado, e pelas críticas e sugestões que guiaram meus estudos no sentido da compreensão sobre o objeto de estudo, o contexto no qual estava inserido e as fontes primárias utilizadas durante a pesquisa. A ele devo minha própria formação inicial enquanto pesquisador em história econômica. Suas críticas honestas, diretas e construtivas formaram um indispensável norte ao longo desses últimos três anos de trabalho.

No caminho de elaboração desta dissertação de mestrado contei com o apoio de queridos amigos. Agradeço a José Octávio Martins Cortez, Ana Carolina Silva, Gláucia Rodrigues Castellan e Laís Quinquio Benega. O apoio que essa última deu à escrita deste texto rendeu ganhos qualitativos inestimáveis.

Finalmente, meus maiores agradecimentos voltam-se para meus pais. Três vidas inteiras seriam insuficientes para retribuir todo o apoio que me deram ao longo desses anos.

*Mais-valia Crioula*

*Para*
*português negro e burro*
*três pês:*
*pão pra comer*
*pano pra vestir*
*pau pra trabalhar*

*Oswald de Andrade*
*(1925)*

# RESUMO

CRUZ, Marcelo Freitas Soares de Moraes Cruz. *Mercado de Trabalho e Classe Trabalhadora em São Paulo e no Rio de Janeiro em 1920.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

Este estudo contribui para a compreensão da formação dos primeiros núcleos de mercado de trabalho no Brasil, localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Buscamos enquadrar a formação desses mercados de trabalho nos processos de *modernização socioeconômica* em movimento nessas cidades entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Utilizamos os censos industrial e demográfico de 1920 para remontar a estrutura do emprego, localizar a inserção dos trabalhadores nas diversas formas de produção industrial e avaliar as dimensões tomadas pelo assalariamento nestas formações sociais. Essa análise nos levou à conclusão de que o mercado de trabalho de São Paulo era mais dinâmico que o do Rio de Janeiro no sentido de promover a constituição de relações sociais capitalistas no mundo do trabalho. Por fim, procuramos levantar reflexões sobre as formas de exercício de poder por parte dos trabalhadores a partir das diferentes posições ocupadas no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Trabalho assalariado. Capitalismo. Emprego. História do Brasil.

# ABSTRACT

CRUZ, Marcelo Freitas Soares de Moraes Cruz. *Mercado de Trabalho e Classe Trabalhadora em São Paulo e no Rio de Janeiro em 1920.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

The present work aims to understand the development of the earliest labor market centers in Brazil, located at São Paulo and Rio de Janeiro. It seeks to frame up the development of such labor markets among the *socioeconomic modernization* movement in these cities between the latter part of the XIXth century and the earlier decades of the XXth century. For that, the 1920 industrial and demographical censuses were used to reconstruct the labor structure and to assess the proportions taken by the impact of salary relations in these social frameworks. Such analysis brought us to the conclusion that the São Paulo labor market was more dynamical than the one in Rio de Janeiro in promoting the build-up of capitalist social relations in labor activities. Lastly, it sought to raise thoughts about the empowerment of workers and the way it was exerted from their different positions occupied in the labor market.

Keywords: Labor market. Salary relation. Capitalism. Labor. History of Brazil

# LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** - Estabelecimentos e empregados na indústria em 1907 e 1920.....91
**Tabela 2** - Dimensões do excedente estrutural de força de trabalho – São Paulo e Rio de Janeiro, 1920.....96
**Tabela 3** - Estrutura do emprego no Brasil – 1920.....99
**Tabela 4** - Estrutura do Emprego no Distrito Federal – 1920.....100
**Tabela 5** - Estrutura do emprego na cidade de São Paulo – 1920 .....102
**Tabela 6** – Trabalhadores empregados em cada industrial na cidade do Rio de Janeiro (Censo Demográfico).....105
**Tabela 7** – Trabalhadores empregados em cada ramo industrial na cidade de São Paulo (Censo Demográfico) .....106
**Tabela 8** - Número de estabelecimentos industriais em São Paulo e no Rio de Janeiro - 1920 .....108
**Tabela 9** - Número de trabalhadores ocupados em cada setor industrial – SP e RJ (Censo Industrial) .....110
**Tabela 10** - Comparação da população empregada nos dados dos censos Industrial e Demográfico.....113
**Tabela 11** - Trabalhadores inseridos em fábricas e manufaturas capitalistas – São Paulo e Rio de Janeiro em 1920.....122
**Tabela 12** - Inserção de trabalhadores nos diferentes estratos produtivos da indústria.....124
**Tabela 13** - Participação da grande indústria no setor têxtil diante indústria total – São Paulo e Rio de Janeiro em 1920 .....127
**Tabela 14** - Ocupação no setor terciário em São Paulo e no Rio de Janeiro - 1920.....129

# SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO** ..... **12**
**INTRODUÇÃO** ..... **17**
**1. MERCADO DE TRABALHO E CLASSE TRABALHADORA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA** ..... **37**
1.1. CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO: UMA RELAÇÃO COMPLEXA ..... 37
1.2. MERCADO DE TRABALHO E CLASSE TRABALHADORA: DUAS DIMENSÕES DE UM MESMO PROCESSO ..... 54
1.3. DESIGUALDADE ESTRUTURAL E DIVERSIDADE DE SITUAÇÕES DE CLASSE ..... 62
**2. DINÂMICAS REGIONAIS E FORMAÇÃO DO CAPITAL EM SÃO PAULO E NO RIO DE JANEIRO** ..... **67**
2.1. PARADIGMAS INTERPRETATIVOS DA REALIDADE ECONÔMICA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DE CAPITAL NAS CIDADES MAIS DINÂMICAS DO CENTRO-SUL DO BRASIL ..... 68
2.2. A DINÂMICA DE EXPANSÃO MATERIAL DE SÃO PAULO ..... 74
2.3. A DINÂMICA DE EXPANSÃO MATERIAL DO RIO DE JANEIRO ..... 79
2.4. A FASE FINANCEIRA DO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO BRITÂNICO E AS POTENCIALIDADES PARA A *MODERNIZAÇÃO* ..... 83
**3. MERCADOS DE TRABALHO RESTRITOS E HETEROGENEIDADE DAS POSIÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA: AS CIDADES DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA** ..... **89**
3.1. HETEROGENEIDADE NA ESTRUTURA DO EMPREGO: SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO EM 1920 ..... 90
3.2. ESTRATOS SOCIAIS NA INDÚSTRIA E NO SETOR DE SERVIÇOS: SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO EM 1920 ..... 103
3.3. MERCADO DE TRABALHO E CLASSE TRABALHADORA: SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO EM 1920 ..... 131
**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... **152**
**FONTES PRIMÁRIAS** ..... **156**
**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** ..... **157**

# APRESENTAÇÃO

A desigualdade social é uma característica estruturante da sociabilidade brasileira. Aqui as posições de classe são vazadas por profundas disparidades sociais nas quais os aspectos econômicos se entrecruzam aos raciais de uma forma específica. Essa desigualdade foi construída em um país no qual o próprio desenvolvimento capitalista tomou tons particulares.

Na sociedade capitalista, a desigualdade se apresenta como uma condição para a existência e para a funcionalidade das estruturas sociais de produção, distribuição e consumo. Para o marxismo, a desigualdade na distribuição da propriedade dos meios de produção é responsável por "escravizar" os trabalhadores assalariados, constrangendo-os à perpétua venda de sua força de trabalho no mercado para garantirem a reprodução material de sua existência.

A construção das formas de desigualdade social teve tons distintos no Brasil. A história desse país articulou a desagregação do escravismo a uma lenta e difícil transição para o capitalismo. Essas duas formas de produção de mercadorias determinaram a constituição de estruturas de classe extremamente desiguais. Tanto é que o produto do tipo de desenvolvimento capitalista que tivemos foi a formação de uma das sociedades mais desiguais na contemporaneidade. O país que nos últimos anos tem figurado entre as dez maiores economias do mundo convive com elevados índices de desigualdade social. Em 2012, o índice de Gini do país era 0,5190. Significa dizer que o Brasil ainda está no grupo dos doze países mais desiguais do mundo.

Essa problemática atual foi construída historicamente a partir da imposição de formas de extração de excedente do trabalho que nutriam estruturas de classe desiguais e rigidamente hierarquizadas. Em meio a contextos de transformação da realidade histórica, o conflito entre as classes sociais explica as constantes reposições de velhas hierarquias sociais e formas de exploração da força de trabalho e também a imposição de novas. Hierarquias sociais e formas de exploração sempre responsáveis por garantir a concentração de renda e a manutenção de privilégios sociais por parte das diversas frações das elites dominantes.

Este estudo tem a pretensão de contribuir para a compreensão de um contexto histórico importante na construção histórica da desigualdade social no Brasil contemporâneo. Trata-se do contexto social e econômico de *modernização* das cidades de São Paulo e do Rio

de Janeiro no começo do século XX. Preocuparemo-nos basicamente com a gestação dos primeiros “mercados de trabalho” nessas duas cidades.

A formação desses primeiros núcleos de “mercados de trabalho” fora uma das faces da transição de sociedade escravista para a burguesa no Brasil. Acreditamos que uma das possibilidades para a compreensão das especificidades das desigualdades sociais no Brasil e sua construção histórica passa pelo estudo das passagens regionais do trabalho escravizado para o livre. A abolição da escravidão foi um processo dual de transformação, pois articulou o fim do escravismo com a emergência do trabalho livre. Nossa preocupação recaiu sobre essa transição em duas cidades. Nesses casos, os regimes de trabalho que surgiram após o fim da escravidão foram formados sem a emergência plena do assalariamento. É sobre esse aspecto que vamos desenvolver o argumento central defendido nesta dissertação.

Pensar na história do capitalismo em si requer reflexões acerca de múltiplas variáveis que se interpenetram dentro de uma totalidade maior, como a formação do capital, o aparelhamento da economia, o papel do Estado diante da expansão econômica, a formação de uma estrutura de classes e de relações sociais bastante específicas etc.

A problemática de nossa pesquisa recaiu sobre o âmbito das relações sociais de produção. Optamos por recortar nosso objeto de estudo diante da formação dos primeiros embriões de “mercados de trabalho” e suas relações com as classes trabalhadoras de São Paulo e do Rio de Janeiro durante as primeiras duas décadas do século XX. Como remete o uso do plural, esses processos foram movimentados a partir de pontos de vista regionais. O Brasil era composto por várias formações sociais dotadas de sentidos históricos diferenciados ainda nas primeiras décadas do século XX.

A opção por tratar da questão da formação de mercados de trabalho de forma concatenada ao estudo das classes trabalhadoras de São Paulo e do Rio de Janeiro foi motivada pelo fato de serem categorias de análise da realidade social capazes de apreender formas modernas de desigualdade econômica e social. Uma preocupação latente no início da pesquisa era nossa consideração a respeito de uma suposta incompatibilidade entre essas duas categorias de análise e a realidade social de ambas as cidades materializadas após do fim do escravismo.

Desdobremos essa preocupação inicial. Em primeiro lugar, a escravidão é um tipo de relação social inadequado ao capitalismo. A história não nos apresentou nenhum caso de desenvolvimento desse modo de produção que não estivesse baseado na generalização do trabalho assalariado. A escravidão representou uma trava social para a mercantilização da força de trabalho no Brasil. Em uma formação social escravista não há mercado de trabalho, e

sim mercado de trabalhadores, de seres humanos passíveis de serem empregados compulsoriamente no processo produtivo. Em segundo lugar, os tipos de consciências sociais produzidos pelas classes subalternas em sociedades escravistas poderiam representar barreiras para a formação da consciência da classe trabalhadora propriamente dita. Essa forma de consciência de classe é dotada de formas muito específicas de sentir e de reagir à exploração social, tanto é que uma de suas peculiaridades históricas reside em sua tendência à constituição de projetos socialmente amplos de transformação qualitativa da realidade.

Essas indagações foram postas diante da leitura de *Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes. Depois foram repostas por obras clássicas do pensamento social brasileiro, como as de Caio Prado Jr., Jacob Gorender, Fernando Henrique Cardoso e Fernando Novais. Todos esses pensadores ratificaram, em seus tempos, a incompatibilidade estrutural existente entre escravidão e capitalismo em um mesmo espaço durante um determinado intervalo de tempo.

Tomamos essa incompatibilidade como pressuposto teórico inicial. Contudo, diferentemente desses autores clássicos do pensamento social brasileiro, procuramos compreender essas formações sociais escravistas privilegiando suas conexões com a economia-mundo capitalista. Percebemos que a compreensão desses nexos joga luz sobre as transformações em movimento nos mundos do trabalho em esfera global. Esse enfoque nos ajudou a compor um quadro global do trabalho a partir do qual podemos entender a maior facilidade encontrada pelas economias centrais em disseminar o assalariamento, a forma tomada pela escravidão no século XIX e, inclusive, alguns processos regionais de transição para o trabalho livre no Brasil importantes dentro deste esforço de pesquisa.

A ótica sistêmica de análise também foi importante para a formação de nosso entendimento acerca do aparelhamento das economias urbanas de São Paulo e do Rio de Janeiro ocorrido entre o final do século XIX e o início do XX. O padrão de relações estabelecidas entre centro e periferia do sistema-mundo passou por grandes transformações após a Segunda Revolução Industrial. Notamos o estreitamento dessas relações através da expansão do comércio e do aumento dos fluxos de capitais encaminhados do núcleo do sistema mundo para suas bordas. Buscamos relacionar essa aproximação material entre centro e periferia com a formação de dinâmicas regionais de expansão econômica que transformaram radicalmente o panorama das duas cidades durante o período estudado.

Com o fim da escravidão e os inícios do processo de *modernização econômica*, as duas cidades estudadas passaram a contar com economias potencialmente capitalistas. Os contextos social e econômico dessas cidades, explorados ao largo deste trabalho, favoreceram

processos diferenciados de mercantilização da mão de obra. De maneira geral, podemos afirmar que esses processos de formação, ainda incompleta, de mercados de trabalho, não são explicados apenas a partir das duas dinâmicas regionais de formação do capital, mas também pela existência de uma massa de trabalhadores expropriados passíveis de serem mobilizados pelo capital. Além disso, devemos mencionar o papel ativo do Estado no sentido de mobilizar estrategicamente parcelas da população no sentido da integração no processo produtivo através da repressão sistemática da vadiagem.

Vemos a Abolição como um marco de uma transição estrutural no âmbito das relações sociais de produção no Brasil. De uma condição de travamento da formação de mercados de trabalho, passamos para um lento e difícil processo de expansão do emprego e de relações sociais estratégicas para a acumulação de capital. Esse trabalho tem como objetivo avaliar e, se possível, mensurar as dimensões dessas transformações em 1920, quando os contornos dos mercados de trabalho foram ficando mais claros nas cidades estudadas. Sobretudo em São Paulo, onde já apareciam as silhuetas do operário e do industrial capitalista mais bem delineadas na sociedade[1]. Como veremos, a mercantilização da força de trabalho não encontrara o mesmo nível de dinamismo em São Paulo e no Rio de Janeiro.

De modo a dar conta desta empreitada, organizaremos esta dissertação em uma introdução a ser seguida por mais três capítulos. Todos serão ligados pela apresentação de problemáticas e hipóteses interpretativas dentro de um contexto histórico importante para o ulterior desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Na introdução, buscaremos expor as linhas gerais da pesquisa. Teceremos reflexões mais gerais a respeito das transformações sociais e econômicas pelas quais passaram as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro que fomentaram as respectivas formações de mercados de trabalho nessas cidades. Tais transformações serão analisadas a partir do conceito de *modernização.*

O capítulo 1 será de natureza teórica. As reflexões que possibilitaram sua escrita foram feitas no sentido de dar contornos teóricos mais precisos a muitos elementos levantados na introdução desta dissertação. Buscaremos discutir com mais propriedade teórica a respeito das transformações em curso no âmbito das relações sociais de produção, dentro das quais as formações dos primeiros núcleos de mercados de trabalho do Brasil foram importantes. Além disso, procuraremos refletir sobre as categorias mercado de trabalho e classe trabalhadora diante do contexto histórico da Primeira República.

---

[1] SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado:* suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Dominus, 1966, p. 9.

O capítulo 2, por sua vez, se preocupará especificamente com a discussão a respeito do funcionamento estrutural dessas economias para recompor as duas dinâmicas regionais de formação do capital que interessam a este estudo. Além disso, buscaremos situar tais economias dentro do que Giovanni Arrighi considera ser o ciclo sistêmico de acumulação capitalista britânico[2]. Acreditamos que características inovadoras desse ciclo de acumulação permitiram o vazamento de capitais do centro para a periferia do sistema. Consideramos que esse vazamento de capitais foi essencial dentro do processo de modernização de tais economias.

Por fim, buscaremos no capítulo 3 expor o cuidadoso trabalho de sistematização dos dados dos censos industriais e demográficos de 1920, realizado com o intuito de avaliar as dimensões tomadas pelo assalariamento nos respectivos mercados de trabalho e a heterogeneidade das posições da classe trabalhadora nas duas cidades. Esse capítulo trará conclusões empíricas acerca do grau de transformação das relações sociais de produção no sentido da promoção do assalariamento nessas duas cidades nos anos 1920. A segunda preocupação desse capítulo será a de relacionar o movimento operário das duas cidades com tais mercados de trabalho, tendo em vista as peculiaridades do associativismo, da consciência e dos projetos de classe colocados na pauta política dos trabalhadores inseridos nesses mercados de trabalho incompletos.

[2] ARRIGHI, Giovani. *O Longo Século XX.* São Paulo: Unesp/Contraponto, 1994.

# INTRODUÇÃO

## *Modernização* e transformação das relações sociais de produção na Primeira República

Esta dissertação tem como objetivo principal levantar reflexões sobre um processo histórico essencial para o ulterior desenvolvimento capitalista ocorrido no Brasil no século XX. Mais especificamente, nos voltaremos às cidades mais dinâmicas do centro-sul brasileiro com o intuito de captar transformações estruturais no âmbito das relações sociais de produção em movimento durante as primeiras décadas do século passado.

Tendo em vista nossa preocupação em relacionar a expansão material das economias urbanas estudadas entre o fim do século XIX e o começo do século XX com seus respectivos conjuntos de relações sociais de produção, optamos por tomar os esboços de mercados de trabalho que surgiram nas cidades de São Paulo e no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX como objeto de estudo.

De maneira geral, podemos afirmar que o conteúdo das relações sociais que surgiram em diversas sociedades após o fim do escravismo contava com muitas semelhanças em relação àquele passado ainda recente, sobretudo, no mundo do trabalho rural. Nas cidades, onde as transformações estruturais se movimentavam mais rapidamente, os mercados de trabalho surgiam como espaços de transação de força de trabalho, nos quais a relação salarial moderna formava um fino estrato das relações sociais de produção que passavam a estar articuladas pelo mercado.

Nas primeiras décadas do século XX, a existência de mercados de trabalho era fragmentada e esteve limitada geograficamente no Brasil aos contornos urbanos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Estas economias urbanas foram as únicas capazes de empreender dinâmicas de expansão material capazes de imprimir transformações qualitativas nas relações sociais de produção. A expansão do emprego e do assalariamento em alguns estratos do mercado de trabalho representaram essas alterações. Nesta introdução, nosso esforço reflexivo se dará no sentido de explicar as condições materiais e sociais que favoreceram a gestação dos primeiros núcleos de mercado de trabalho no Brasil.

As economias urbanas de São Paulo e do Distrito Federal passaram por transformações socioeconômicas que promoveram processos regionalizados de formação de capital dotados de capacidade de dar contornos sociais razoavelmente amplos ao

assalariamento: (1) o fim da escravidão; (2) a formação de dinâmicas regionais de expansão material que tocaram as duas cidades estudadas; (3) a imigração; e, por fim, (4) o papel da repressão sistemática promovida pelo Estado com o intuito de reprimir a vadiagem. Esses elementos foram condições *sine qua non* para a formação de mercados de trabalho nas cidades mais dinâmicas do centro-sul brasileiro.

Uma economia genuinamente capitalista tem um mercado de trabalho como instituição fundamental, uma vez que as mais variadas unidades de produção podem se nutrir da extração de mais valia via assalariamento. Em uma economia marcada por altas taxas de investimento, o assalariamento pode facilitar a formação de uma dinâmica interna de expansão econômica. Por isso, mercados de trabalho são encarados como um ponto de partida para a acumulação de capital propriamente dita. Tanto é que para Marx esse tipo específico de mercado é o produto essencial da acumulação primitiva de capitais[3].

Uma particularidade colocada na concretude histórica brasileira foi o fato da crise do escravismo não ter produzido o assalariamento, um tipo de relação social estratégico no desenvolvimento do capital. Nas cidades estudadas, o fim da escravidão apenas abriu espaço para a expansão de novos regimes de trabalho baseados na mão de obra livre, dentre os quais podemos citar a relação salarial.

Como mencionamos na apresentação deste estudo, a escravidão foi responsável por travar a mercantilização da força de trabalho. Não há preço social para o trabalho em uma formação social escravista, apenas preço para a pessoa do produtor direto, que toma a forma de capital fixo em uma formação social escravista. Em uma formação social na qual a escravidão é generalizada, a existência da renda salarial é sempre residual. Esse tipo de formação social não prevê a articulação entre demanda e oferta por força de trabalho por parte do mercado. Pelo contrário, as relações sociais de produção escravistas eram fixadas diante dos fluxos de poder emanados da relação senhor-escravo. Portanto, economias escravistas são organizadas por meio do comércio de trabalhadores, e não a partir de mercados de trabalho.

A formação de mercados de trabalho não foi uma consequência direta do fim da escravidão em nenhuma parte do Brasil. Diferentemente do caso clássico de desenvolvimento do capitalismo, a tensa transformação das relações sociais de produção não desembocou, no Brasil, na disseminação das relações salariais. Ou seja, se a mercantilização da força de trabalho foi um produto da crise do modo de produção vigente na Inglaterra feudal, no Brasil ela apenas veio a se apresentar enquanto potencial após a Abolição.

---

[3] Cf. MARX, Karl. *O Capital.* Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, cap. XXIV.

Os mercados de trabalho estudados foram formados a partir da capacidade das respectivas dinâmicas de expansão econômica de São Paulo e do Rio de Janeiro em mobilizar estrategicamente uma parcela da população dessas cidades no sentido de seu ingresso no processo produtivo. Para compreender a mobilização de parte das classes subalternas por parte do capital devemos recompor uma conjunção de transformações sociais e econômicas pelas quais passavam as cidades estudadas entre o final do século XIX e o começo do XX.

Esse período condensou importantes rupturas no que tange à realidade objetiva de ambas as cidades, dentre as quais podemos citar as dinâmicas regionais de formação do capital industrial; a expansão do comércio; dos serviços financeiros; e o surgimento de um setor de serviços urbanos modernos, como aqueles ligados à eletrificação ou aos transportes urbanos. Transformações na base material da sociedade acarretam também movimentos nas relações sociais de produção. Essas atividades foram responsáveis por articular os pontos dos mercados de trabalho estudados.

Todavia, as relações entre ambas não são mecânicas. Apesar dessas transformações, notamos o quanto eram limitados os respectivos espaços tomados pelo assalariamento em ambas as cidades, principalmente o do Rio de Janeiro. Portanto, a *modernização* das economias urbanas em questão - que enlaça o desenvolvimento da manufatura e o surgimento de novas atividades - não foi capaz de generalizar o mercado de trabalho e o assalariamento perante os mundos do trabalho urbano.

O objetivo desta introdução será o de demonstrar o significado desse conjunto de transformações a partir do conceito de *modernização.* Esse conceito é essencial para a compreensão da formação incompleta dos respectivos mercados de trabalhos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

## Transformações na base material da sociedade

O período da Primeira República (1889-1930) foi marcado pela síntese de múltiplas transformações fundamentais para a compreensão do nosso objeto de estudo. Entretanto, também precisamos estar atentos às permanências que caracterizaram o trajeto histórico que uniu essas economias entre o Segundo Reinado e a República Velha para compreendermos o quadro maior da *modernização* das duas cidades selecionadas para o estudo.

Fazendo uso dos termos furtadianos, podemos dizer que a agricultura de exportação continuava a ser o eixo dinâmico da economia[4]. A expansão da produção cafeeira ao longo do Oeste Paulista deu contornos nítidos à fração mais importante do setor exportador. No Distrito Federal, por sua vez, a elite mercantil atuava no sentido de abastecer diversas regiões do país com bens de consumo e de fornecer crédito às *plantations* do interior do estado do Rio de Janeiro. De maneira geral, as províncias economicamente mais importantes assumiam tal *status* a partir de seu grau de vinculação com o mercado internacional. Nexos, esses, que não se deviam apenas à realização da produção, mas também ao acesso a fontes de liquidez e de importação de mão de obra, fosse ela escravizada ou livre. Podemos afirmar que o Brasil oitocentista fora uma realidade material descontínua e fragmentada, que necessitava de alavancas exteriores para construir seu dinamismo.

O setor fundamental na economia brasileira continuava centrado na produção de gêneros tropicais. Dois elementos fundamentais da época colonial continuavam sendo essenciais para a base das economias brasileiras até o século XX: a lavoura de exportação e o caráter essencialmente mercantil da produção.

A inserção do centro-sul brasileiro na economia internacional deixou de ser mediada basicamente pelo açúcar e passou a ser representada principalmente pelo café. O caráter mercantil da produção foi reiterado pela crescente demanda internacional por produtos primários. A demanda internacional, centrada nas economias capitalistas, passava a ser caracterizada pelo consumo de *commodities* em massa. Além disso, a produção cafeeira do Vale do Paraíba passava a contar com virtual monopólio da oferta após o deslocamento da produção de Java no mercado internacional, até então responsável pelo abastecimento de cerca de um terço da demanda mundial por café[5].

Caio Prado Jr. inaugurou este estilo de reflexão sobre o Brasil que parte de nexos que ligam o país à economia mundial[6]. Tanto o período estudado quanto as transformações ocorridas no âmbito das relações sociais não nos permitem fugir a essa perspectiva de análise. As transformações ocorridas dentro do ciclo sistêmico de acumulação britânico colocaram uma ruptura importante no que tange às conexões do Brasil com a economia internacional. Precisamos compreender essas mudanças para nos aproximarmos dos fenômenos históricos que pretendemos explicar.

---

[4] FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980, cap. XX.
[5] MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração & Escravidão:* ideias sobre a agricultura escravista brasileira. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 224.
[6] PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

No terceiro quartel dos oitocentos houve um importante crescimento das exportações de capitais no sistema-mundo; o início da expansão financeira do ciclo britânico contou com uma explosão de fluxos de capitais de largo alcance, o que possibilitou uma verdadeira expansão material na periferia[7]. Esses capitais são representados basicamente pelo crédito e pelos investimentos diretos, geralmente feitos sob garantia de juros por parte dos governos locais. A partir do contexto da Grande Depressão, marco dessa fase financeira do ciclo, tornou-se possível a incorporação pela periferia de atividades e serviços urbanos surgidos na Europa entre a primeira e a segunda revoluções industriais, como os setores ferroviário, serviços financeiros, iluminação e alguns setores mecanizados da indústria. Veremos com mais detalhes, no capítulo 2, como a expansão financeira do terceiro ciclo sistêmico de acumulação capitalista possibilitou o vazamento de capitais para a periferia.

Outro elemento importante que está inserido nesse mesmo contexto é a alteração no perfil dos fluxos de mercadorias e de capitais no sistema mundial ocorrida ao longo da segunda metade do século XIX. A industrialização, até então concentrada na Inglaterra e na Bélgica, se desenvolve em outras nações europeias e, principalmente, nos Estados Unidos e na Alemanha. A constituição de novas formações sociais capitalistas teve como consequências (1) a expansão da relação salarial; (2) a especialização da divisão social do trabalho; (3) o aumento das demandas por produtos periféricos.

A partir de meados dos oitocentos, o fluxo de mercadorias que ligava a periferia ao centro servia para abastecer os setores capitalistas da economia e o consumo das novas camadas sociais proletarizadas. Esse aumento vertiginoso da demanda por gêneros tradicionalmente produzidos na periferia encontrou uma resposta positiva pelas diversas zonas de produção espalhadas pelos cantos da economia-mundo, fossem elas escravistas ou não.

As zonas produtoras de café do Brasil participaram dessa expansão comercial. A ausência de outras zonas produtoras de grande porte facilitou o domínio do Oeste Paulista, do Vale do Paraíba e do Sul de Minas Gerais sobre um mercado que em breve passaria a ser caracterizado pelo consumo de massa. O café representou uma nova conexão do Brasil com a economia internacional. Essa conexão diminuiu a dificuldade estrutural encontrada por essa economia em reter capitais dentro de seus limites. As exportações do Brasil cresceram 214%, motivadas principalmente pela parcela ascendente do setor exportador. Segundo Furtado, a renda acumulada no âmbito do setor exportador da economia teria aumentado em cinco vezes,

---

[7] ARRIGHI, Giovani. *O Longo Século XX*. São Paulo: Unesp/Contraponto, 1994, p. 172.

se comparada com a renda desse setor na primeira parte do século[8]. Dessa forma surgiu um potencial poder de retenção de excedente nas mãos dos entes privados das formações econômicas mais dinâmicas do sudeste brasileiro, principalmente naquelas em que o setor exportador mostrava mais pujança. Essa massa de capital fora estratégica nos investimentos realizados em novas atividades na cidade de São Paulo.

A expansão do comércio de produtos básicos e do crédito no âmbito da economia mundo representaram potenciais de transformação material para algumas regiões econômicas da periferia. Essa expansão permitiu que as formações sociais mais prósperas situadas dentro do território brasileiro fossem capazes de resolver um problema crônico que impedia arrancadas econômicas na primeira metade dos oitocentos: a escassez estrutural de capitais.

Para dar fim a esses breves comentários acerca das alterações no âmbito do comércio internacional do final do século XIX, devemos mencionar também a entrada de bens de capital na pauta de exportações dos países capitalistas. A Segunda Revolução Industrial deu uma feição mais bem acabada para a estrutura máquino-fatureira das economias capitalistas, uma vez que essas passaram a contar com uma indústria de bens de capital. No final do século XIX, a Alemanha e a Inglaterra se destacavam no que diz respeito à exportação de maquinaria. O surgimento desse fluxo de exportação de bens de capital foi essencial para o aparelhamento de uma fração do setor secundário das duas cidades, ligada à produção de bens de consumo.

Dois mestres das ciências sociais no Brasil analisaram essas transformações a partir de uma visão sistêmica já na década de 1970: Celso Furtado[9] e Florestan Fernandes[10]. Fizeram-no a partir do conceito de *modernização.* Dessa forma, ambos analisaram as potencialidades e os limites colocados para o Brasil diante dessa reestruturação do sistema capitalista. Vejamos o que ambos entendiam por *modernização*.

Para Furtado, *modernização* é encarada como a atualização do padrão de consumo via importação, sem alterações qualitativas e autônomas na base produtiva e, principalmente, nas relações sociais da mesma formação social. Ou seja, a modernização seria o produto de uma mera importação de padrões de consumo urbanos típicos da realidade dos países centrais.

---

[8] FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980, p.142-143.
[9] Idem. *O Mito do Desenvolvimento Econômico.* São Paulo: Paz e Terra, 1974.
[10] FERNANDES, Florestan. *Revolução Burguesa no Brasil.* 5. ed. São Paulo: Globo, 2010; Idem. *Circuito Fechado:* ensaios sobre política institucional. São Paulo: Hucitec, 1976.

Importação sem relação com o nível de desenvolvimento interno ou com a acumulação de capital previamente desenvolvida[11].

A partir de Furtado compreendemos como as *modernizações* de São Paulo e do Rio de Janeiro mesclaram transformações reais na base produtiva dessas formações sociais com transformações incompletas no que tange às relações sociais de produção. Diante da problemática central de nossa pesquisa, entendemos, a partir do pensamento de Furtado, como esses processos de *modernização* marcharam independentemente da generalização do assalariamento. As constatações empíricas obtidas através da sistematização de dados dos censos industrial e demográfico, expostas no capítulo 3, permitiram avaliar com mais cuidado essa tese de Furtado, inclusive para matizá-la diante dos diferenciados graus de dinamismo das transformações em movimento no âmbito das relações sociais de produção em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Para Florestan Fernandes, *modernização* significa a expansão material da economia permeada pela dependência[12]. Esse autor usa esse conceito para tratar de transformações socioeconômicas de uma temporalidade larga dentro do século XX. Apesar disso, acreditamos que essa concepção de Fernandes pode ser aplicada às economias urbanas estudadas, devido ao fato de suas expansões materiais tivessem sido dependentes do desenvolvimento tecnológico em marcha nas economias capitalistas[13].

Se a economia colonial era marcada pela pujança do setor exportador e pela debilidade da produção orientada para o mercado interno, o novo panorama favoreceu a expansão material de ambos os setores, tornando menor o descompasso estrutural entre eles. Lembremos que esses setores da economia são separados apenas no desenvolver da análise, mas não na realidade concreta. O caso da modernização paulista torna evidente a relação entre ambos, uma vez que havia uma relação entre as boas conjunturas para a exportação de café e o aprofundamento do investimento produtivo responsável pela formação de capital[14].

No caso do Oeste Paulista, a lavoura exportadora assistiu ao desenvolvimento do capital cafeeiro à medida que ela servia de base material para a construção de um complexo econômico formado por variadas atividades estratégicas em seu esforço de acumulação. Esse complexo serviu como base para a expansão e para a diversificação da economia paulista, no sentido da criação de atividades mais modernas, como os serviços urbanos, a expansão da

---

[11] FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico.* São Paulo: Paz e Terra, 1974, p. 81-87.
[12] Idem. *Revolução Burguesa no Brasil.* 5. ed. São Paulo: Globo, 2010, cap. 5.
[13] Ibidem, p. 117.
[14] SUZIGAN, Wilson. *Indústria no Brasil:* origens e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 39.

malha ferroviária e da indústria[15]. A formação do capital em São Paulo, expressa no processo de modernização urbana, foi tributária do desenvolvimento do capital cafeeiro.

Já na experiência carioca, o processo de *modernização* da economia teve outra fonte de dinamismo. No Distrito Federal, coube ao capital mercantil urbano o papel preponderante em um processo de diversificação das atividades econômicas em marcha na cidade a partir da segunda metade dos oitocentos. Dentre as novas atividades, os serviços urbanos e a indústria também tiveram destaque.

Essa atividade mercantil formava as bases da economia do Rio de Janeiro no século XIX. João Fragoso chega inclusive a creditar a essa classe mercantil um papel importante em uma dinâmica interna de acumulação de riqueza centrada na praça carioca. Ele defende a tese de que em meados do século XIX havia um *ethos* arcaizante no padrão de investimento de capital dessa elite mercantil, simbolizado na compra de terras, cativos e edifícios urbanos[16]. Deixemos de lado as considerações qualitativas acerca desse padrão de investimento. Interessa a essa pesquisa que esse padrão passou por alterações drásticas a partir do momento em que o desgaste estrutural dos solos e o processo de abolição passaram a representar barreiras intransponíveis à sustentação das *plantations* no interior do Rio de Janeiro.

A decadência econômica do Vale do Paraíba ajudou a fomentar uma conjuntura favorável à diversificação econômica do Distrito Federal a partir do terceiro quartel do século XIX. Basicamente por dois motivos. Primeiro, o Estado promoveu reformas bancárias e facilidades para obtenção de crédito com o objetivo de favorecer os agentes econômicos ligados à economia escravista decadente. Além disso, a massa de capitais anteriormente mobilizada pelos comerciantes da praça carioca em prol daqueles agentes econômicos passara a estar disponível.

No Brasil, o surgimento de atividades econômicas e de serviços urbanos modernos, típicos da realidade capitalista dos países centrais, não ocorreu de acordo com um ponto de vista nacional. Pelo contrário, a expansão econômica da qual fizeram parte se deu a partir de estreitos pontos de vista regionais e de grupos restritos. Ambas as cidades foram dotadas de trajetórias históricas peculiares e contaram com diferentes formas de engate na economia internacional. De um lado, tivemos o principal centro mercantil do Brasil; de outro, a formação de um complexo econômico responsável pela concentração de riqueza nas mãos de diferentes frações da burguesia ligada aos negócios do café. Essas dinâmicas de expansão das

---

[15] CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.* São Paulo: Difel, 1977, p. 42-50.

[16] Cf. FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Ventura.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; Idem. FLORENTINO, Manolo. *Arcaísmo como Projeto.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

economias urbanas foram responsáveis por formar as bases materiais para a gestação dos primeiros núcleos de mercados de trabalho no país.

Não podemos perder de vista o fato de que as diferentes frações da burguesia do Rio de Janeiro e de São Paulo fizeram uso da renda apropriada para diversificar o padrão de consumo urbano, no sentido de se aproximarem dos padrões mantidos nos centros dinâmicos do capitalismo[17]. Trata-se de um movimento no qual as elites dominantes brasileiras procuraram reproduzir nos trópicos os avanços da modernidade europeia, demonstrando assim todo seu interesse "pelas coisas do progresso material" [18].

Concentremos nossa análise sobre um setor em expansão em ambas as cidades entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX: a indústria.

Na segunda metade do século XIX a atividade industrial cresceu em alguns centros urbanos espalhados pelo litoral do país. No Rio de Janeiro de meados do século XIX, o crescimento populacional e as demandas da capital fomentaram o crescimento da manufatura em uma formação social marcada pela escravidão até as entranhas. De meados do século XIX para a última década desse mesmo século, a manufatura deixa sua situação de mera viabilidade para se tornar uma realidade incipiente. Se ela ainda era limitada em São Paulo, no Rio de Janeiro chega inclusive a ganhar seus contornos industriais mais bem definidos.

No começo do século XX, o tecido manufatureiro carioca, maior do sudeste até então, já era sombreado pelo paulistano. O processo de modernização da economia trouxe novos horizontes para o investimento do capital. A urbanização das duas cidades passou a representar novas demandas de consumo de gêneros urbanos. No Rio de Janeiro, a expansão do trabalho livre, o abrigo das instituições públicas, as aglomerações urbanas e o crescimento do número de profissionais liberais são exemplos de fatores que propiciaram esse aumento. Além disso, o Rio de Janeiro era a capital do país, e assim contava mais claramente com os benefícios do gasto público.

A ação do Estado também teve um papel importante no crescimento da atividade manufatureira em ambos os espaços. Ao longo desse período o Estado foi responsável pela criação de contextos favoráveis ao investimento industrial, fosse através de algumas reformas bancárias, da utilização de políticas monetárias expansionistas ou da imposição de tarifas aduaneiras elevadas. Apesar do fato de que essas ações não estiveram vinculadas a interesses

---

[17] FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico.* São Paulo: Paz e Terra, 1974, p. 81.
[18] FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso.* 6. ed. São Paulo: Global, 2004, p. 630.

industrializantes ou protecionistas de uma maneira geral, indiretamente acabaram funcionando como tal dentro de determinados contextos[19].

O Encilhamento foi o principal momento do século XIX no qual as medidas de política econômica tomadas pelo governo tiveram o maior impacto na formação do capital. O dinamismo imposto aos mercados acionários, somado às maiores facilidades tanto na obtenção de empréstimos quanto na abertura de empresas, possibilitou a expansão real da indústria carioca dentro de uma conjuntura marcada por um frenesi especulativo.

Outro ponto fundamental para traçarmos linhas gerais importantes da relação entre o Estado e a modernização ocorrida na base da economia é a o da proclamação da República. Essa relação é essencial para a compreensão da expansão material de São Paulo. O sistema federalista passou a dar mais autonomia às províncias do país, que passaram a ter o direito de utilizar localmente a receita fiscal que recaía sobre o setor exportador. Essa alteração na política fiscal favoreceu a capacidade de retenção de capital nas mãos do Estado. Segundo dados levantados por Edgard Carone, a receita fiscal do Estado de São Paulo saltou de 6.013:424$591 em 1889 para 94.234:873$515 em 1919[20].

Essa alteração favoreceu a colagem do poder econômico sobre o poder político. No caso paulista, o grande capital cafeeiro passou a pressionar o Estado para que seus interesses de classes prevalecessem na formulação da política econômica. Além disso, o federalismo foi um elemento superestrutural que permitiu que as relações estabelecidas entre o capital cafeeiro, classe fundamental na modernização paulista, e a *City* de Londres fossem estreitadas, aproximadas. Assim, as parcelas mais dinâmicas do mosaico econômico brasileiro poderiam usufruir diretamente de elementos essenciais para a formação do capital colocadas no âmbito do sistema internacional, como, por exemplo, o acesso à liquidez. Tornou-se possível, dessa forma, a expansão material da economia mediante intensificação das conexões com o capital internacional.

---

[19] SUZIGAN, Wilson. *Indústria no Brasil:* origens e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 42-47.

[20] CARONE, Edgard. *A Evolução Industrial de São Paulo (1889-1930).* São Paulo: Senac, 2001, p. 41. Infelizmente não podemos quantificar o real aumento dessa expansão fiscal devido à inflação existente nesse intervalo de tempo. Entretanto, podemos deduzir que essa expansão foi grande pelo fato desses marcos temporais estarem situados antes da crise inflacionária do contexto do Encilhamento e após a adoção das medidas antiinflacionárias previstas no *Funding Loan*.

## Implicações sociais

A *modernização* das economias mais dinâmicas do Brasil ocorreu paralelamente ao processo dual de abolição e de reestruturação dos mundos do trabalho a partir da generalização do trabalho livre. Há uma diferenciação entre os ambientes urbanos e rurais no que concerne à transição da mão de obra escrava para a livre. De um lado, haveria a inércia social que circundava o velho latifúndio produtor e reprodutor de desigualdades sociais no interior do Brasil; de outro, notamos a expansão do emprego, parcialmente responsável pela constituição de relações sociais capitalistas de produção nas cidades.

Mesmo na aurora do século XX, os mundos do trabalho do Brasil rural continuavam sendo regidos a partir de um sentido muito próximo ao dos tempos recentes da escravidão, ainda que com variantes regionais expressivas. A transição na forma da mão de obra não representou drásticas alterações no mundo da produção no que diz respeito ao conteúdo social do trabalho. Uma das experiências mais claras de continuísmo durante essa transição se deu na produção açucareira da mata sul de Pernambuco, em meados dos oitocentos. Ali muitos ex-escravos se transformaram em "condiceiros", homens livres aos quais a açucarocracia cedia um terreno para edificar moradia e cultivar roçados em troca do oferecimento de certos dias do trabalho no engenho[21].

A abolição esteve longe de representar a formação de mercados de trabalho no campo. Não havia, então, um mercado de trabalho rural, mas sim arranjos de formas de trabalho nos quais diferentes modos de exploração se revezavam. Tais arranjos possuíam uma grande capacidade de se adaptar à forma de produção. Eram permeados pelo paternalismo e por formas de compulsão ao trabalho. A estrutura fundiária extremamente desigual e o poder político dos fazendeiros impeliam os trabalhadores à labuta rotineira.

Esse argumento também é válido para o caso paulista. Os colonos imigrantes inseridos na produção cafeeira não podem ser encarados como trabalhadores assalariados propriamente ditos. A questão da remuneração monetária dada aos trabalhadores pelo tratamento de uma quantidade de pés de café até poderia ter sido importante nesse novo contexto de organização do trabalho, mas o fundamental para a compreensão do dispêndio de trabalho diário na lavoura empreendido por esses trabalhadores passava primordialmente pela garantia de moradia e de espaços para a agricultura de subsistência integrada ao latifúndio exportador·.

---

[21] MELLO, Evaldo Cabral de. *A Ferida de Narciso: ensaios de história regional.* São Paulo: Senac, 2001, p 70.

Segundo Thomas Holloway, a renda não monetária de uma família inserida da cafeicultura paulista chegava a 70% do rendimento[22].

Os próprios contratos de locação de serviços, que normatizavam as relações de trabalho durante a desagregação do escravismo, demonstram como aqueles mundos do trabalho eram ordenados pela coerção pessoal dos fazendeiros. De acordo com a revisão interpretativa proposta por Jacob Gorender, esses contratos serviam para ratificar a compulsão diante de um contexto em que a propriedade escrava estava ameaçada. Isso pelo fato deles normalmente preverem prazos largos a serem cumpridos pelos trabalhadores livres, nacionais e ex-escravos. Penas de prisão seriam inclusive imputadas aos trabalhadores caso eles rompessem o contrato. E é nesse quesito em que o ápice da compulsão reside, uma vez que tais contratos previam sua renovação automática caso o trabalhador não viesse a se manifestar de forma contrária à prorrogação meses antes do seu vencimento[23].

No campo, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi realizada através de reordenações conservadoras dos mundos do trabalho, já em uma conjuntura de impossibilidade de reprodução do escravismo. A ação defensiva das parcelas das elites que dirigiram essas transições regionais se deu no sentido de formar novos arranjos de força de trabalho que viessem a permitir a fuga da tendência à depreciação da taxa de lucro que caracteriza a estrutura de *plantation*[24]. As principais novidades advindas da expansão do trabalho livre foram a redução dos custos com a força de trabalho (compra de escravos, sustentos desses e vigilância) e a formação de arranjos de mão de obra mais flexíveis do ponto de vista dos fazendeiros.

Em São Paulo, frações da elite ligadas à produção cafeeira entoavam um discurso marcadamente ideológico acerca da suposta carência por mão de obra. Esse argumento é amplamente criticado pela historiografia recente que discute as questões do mercado e dos regimes de trabalho em São Paulo[25]. Ele serviu basicamente para legitimar a vultosa imigração subvencionada pelo Estado, responsável por inundar o estado de São Paulo com uma quantidade de trabalhadores suficiente para garantir uma oferta abundante de trabalhadores e, consequentemente, o rebaixamento de seus custos.

---

[22] HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o Café:* café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp 122-126.
[23] GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada.* 2. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 156.
[24] BLACKBURN, Robin. *A Construção do Escravismo no Novo Mundo.* Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 406.
[25] Cf. TESSARI, Claudia Alessandra. *Braços Para a Lavoura.* Sazonalidade e Permanência do Trabalho Temporário na Agricultura Paulista (1890 – 1915). São Paulo: Alameda, 2012; LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Agricultura e mercado de trabalho:* trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. Revista Estudos Econônicos, São Paulo, v. 37, n. 2, jun. 2007.

Diferentemente dessas formas explícitas de permanências históricas, as cidades foram palcos nos quais a transformação do conjunto de relações sociais de produção ganhou tons mais nítidos. A principal diferenciação entre a maioria das trajetórias rurais e as tomadas por São Paulo e pelo Rio de Janeiro diz respeito à gestação de mercados de trabalho.

A partir de reflexões feitas dentro do campo teórico marxista, Maurice Dobb ressalta a importância da necessidade de alguns pré-requisitos essenciais para o desenvolvimento do capital: a revolução técnica do aparelho econômico e a existência de uma reserva de mão de obra a ser integrada no processo produtivo[26]. Esse último elemento pode ser visto como uma situação social que remonta trajetórias de expropriação. A constituição das relações sociais capitalistas depende da ausência de formas sociais que prendam o produtor direto aos meios de produção

A formação dos primeiros núcleos de mercados de trabalho pode ser explicada a partir da expansão das atividades ligadas aos mercados regionais e da formação de estruturas sociais bastante específicas nas cidades estudadas. Essa especificidade reside no fato de elas contarem com uma massa populacional desprovida de vínculos com o mundo da produção. São Paulo e Rio de Janeiro receberam massas humanas cuja situação social era um produto de processos de expropriação ligados mais à história de regiões periféricas da Europa do que à própria realidade social brasileira.

As economias rurais do centro-sul do Brasil não eram fontes expropriadoras de mão de obra. Entretanto, algumas regiões periféricas da Europa passavam por rápidos processos de expropriação, como Espanha, Itália, Portugal etc. Essa expropriação remontava a rápidos processos de separação entre os camponeses e a terra, motivados pelo desenvolvimento da agricultura comercial no campo daqueles países.

No caso italiano, por exemplo, a tradicional agricultura de grãos se via diante de uma dupla dificuldade durante o último quartel do século XIX. Além de não contar com grande capacidade de gerar empregos, ela se via impossibilitada de competir com esse mesmo tipo de produção dos Estados Unidos, que acabara inundando o mercado interno italiano com cereais. Essas dificuldades provocaram uma crise cujo principal resultado foi a imigração de trabalhadores rurais[27]. Segundo Antonio Gramsci, as necessidades históricas do desenvolvimento capitalista na Itália - que também seguiu pontos de vista regionais - acabaram impondo disparidades regionais em detrimento do sul italiano. Uma das

---

[26] DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 63.

[27] HAHNER, June. *Pobreza e Política:* os pobres urbanos no Brasil 1870 – 1920. Brasília: Universidade de Brasília, 1993, p. 60.

manifestações dessas disparidades teria sido o desemprego absoluto nos campos, responsável pela imigração[28].

Em Portugal, o avanço da agricultura comercial produtora de vinhos e de cortiça em meados do século XIX necessitou da abolição dos vínculos feudais ainda existentes sobre a terra e a restrição ao uso das terras comunais. Essas transformações ocorreram de forma concentrada na base da sociedade. Suas principais consequências foram o declínio do padrão de vida dos camponeses do norte de Portugal e sua proletarização. Segundo Eulália Lobo, a luta contra essa deterioração da condição social é o principal motivo que explica a imigração portuguesa para o Rio de Janeiro a partir de meados dos oitocentos[29].

A noção de expropriação é fundamental para a formação de mercados de trabalho. Segundo Marx, ela é um pressuposto histórico para a mercantilização da força de trabalho[30]. O capital requer que o trabalho se apresente enquanto mercadoria, para tanto o trabalhador deve dispor de sua própria força de trabalho. Essa situação social não se configurava durante a vigência do escravismo, uma vez que nesse modo de produção a vida do escravo, produtor direto, pertencia ao seu senhor. A formação de capital no Brasil requereu que o trabalho deixasse de figurar entre as formas de capital fixo e passasse a estar entre as do capital variável. Dessa forma, o trabalho seria apenas mais um dos custos da produção a serem recuperados mediante extração da mais valia. Além disso, o trabalhador expropriado dos meios de produção seria impelido à venda de sua força de trabalho no mercado para a obtenção de meios de consumo.

Não é a própria gênese do capital que gera a relação capitalista em si, e sim a violência pretérita da expropriação e suas consequências sociais para os trabalhadores. Assim, a produção poderia pautar-se apenas na "liberdade" de mercado, ou seja, na livre exploração entre os homens[31]. Após a expropriação dos meios de produção, os indivíduos inseridos em formações sociais capitalistas passam a estar sujeitos à disciplina do mercado, responsável por dar sentido às relações sociais. A miséria e a forma salário são exemplos desse novo tipo de coerção ao trabalho.

A formação de mercados de trabalho no Brasil se deu tardiamente. Sua gestação se deu sobre as bases materiais formadas pelas dinâmicas regionais de modernização, capazes de mobilizar estrategicamente parte da população residente nas cidades. Como pressupõe o

---

[28] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* O *Risorgimento*. Notas sobre História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 5, p. 45.
[29] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 2001, p 15-16.
[30] MARX, Karl. *O Capital.* Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 242.
[31] Ibidem, p. 787.

termo gestação, a existência desses mercados de trabalho ainda era fragmentada e incompleta[32] devido às próprias limitações do assalariamento. Apesar disso, devemos ressaltar a importância de seus processos formativos na constituição e expansão das relações sociais de produção tipicamente capitalistas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A formação desses mercados de trabalho foi uma das consequências da acumulação do capital mercantil, e não um produto de rupturas revolucionárias no âmbito das forças produtivas, capazes de imprimir a transformação ou a reelaboração das relações sociais de produção.

No Distrito Federal, o braço cativo fora drenado para as regiões tomadas pela agricultura de exportação após o fim do tráfico atlântico de escravos. Nessa cidade, o lento e contínuo fenecer da instituição escravista, via concentração nas áreas de *plantation*, favoreceu o predomínio do trabalho livre. No último quartel do século XIX, quase 89% dos trabalhadores empregados na manufatura carioca eram livres, enquanto apenas 11% do total eram formados por escravos treinados para esse tipo de trabalho. Em São Paulo, a escravidão urbana não tinha a mesma relevância e nem a mesma presença que na capital do país no século XIX. As próprias atividades tipicamente urbanas eram muito pouco desenvolvidas na capital paulista durante o terceiro quartel dos oitocentos. Tanto é que em São Paulo o mercado de trabalho estava "vazio" até o final do século XIX. Ele foi preenchido à medida que a presença de imigrantes europeus passara a predominar na composição demográfica da sociedade paulistana[33].

Em ambos os casos estudados, a expansão material das cidades implicou no aumento das demandas por trabalho e, consequentemente, na expansão do emprego. Essa expansão só foi operacionalizada através do preenchimento dos nascentes mercados de trabalho com uma massa de trabalhadores expropriados. O Distrito Federal contava com uma população disponível para o emprego nas atividades que se expandiram diante de sua modernização ainda no século XIX. Em São Paulo as transformações ocorreram de forma mais tardia. Porém, as transformações foram muito mais dinâmicas no sentido de promover relações sociais capitalistas.

Os mercados de trabalho gestados possuíam graus diferentes de dinamismo. Esse dinamismo pode ser verificado a partir da capilaridade social desses mercados, ou seja, a capacidade que esse espaço de transação de força de trabalho tem para integrar a população

---

[32] BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil.* São Paulo: Alameda, 2008, p. 151.

[33] MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio.* 11. ed. Campinas: Facamp, 2009, p. 63.

disponível para o trabalho. Seu dinamismo também pode ser atribuído à capacidade dessas novas atividades urbanas promoverem o assalariamento. O mercado de trabalho paulistano era mais dinâmico do que o carioca nesses dois aspectos. Nossa tentativa de avaliar o dinamismo e a capilaridade social desses mercados de trabalho, em uma perspectiva comparativa, será demonstrada no último capítulo deste trabalho.

## Novos tipos de relações sociais de produção, novas formas de coerção ao trabalho

Os finais dos oitocentos no Brasil mostram a transição passiva de uma sociedade escravista para uma sociedade que nas décadas posteriores veio a se organizar nos moldes de uma sociedade burguesa. Seguindo a inspiração que Florestan Fernandes deu a esse estudo, acreditamos que a revolução burguesa no Brasil não tenha se dado em um golpe único, como no caso francês. Trata-se de um processo iniciado na Primeira República, mas que só se cristalizou em meados do século XX, momento em que já podemos afirmar que existe uma efetivação do poder burguês na sociedade[34].

É importante ressaltar que a expansão de novos tipos de relações sociais de produção, estratégicos em uma economia capitalista, não representa necessariamente avanços sociais para os trabalhadores. Inclusive, o espaço mais dinâmico de ambos os mercados de trabalho no que tange à promoção do assalariamento, a indústria têxtil, era um dos espaços mais precários desses mercados de trabalho em relação às condições de trabalho.

A exploração bruta da força de trabalho e as duras nas condições de trabalho alinhavaram historicamente a desagregação da sociedade escravista ao processo de expansão de relações sociais capitalistas nas cidades mais dinâmicas do país. Essa transição não alterou a natureza espoliativa do trabalho. O que mudou basicamente foi a forma de extração do excedente econômico, que abandonou suas determinações estritamente políticas e passou a mesclar novas formas de dominação política com determinações econômicas. O tipo de *mais valia* extraído da produção só foi alterado qualitativamente nos poucos espaços da produção que foram capazes de incrementar a composição orgânica do capital. De maneira geral, na maioria dos espaços da produção ainda era extraída a mais valia absoluta do trabalho, ou seja,

---

[34] Cf. FERNANDES, Florestan. *Revolução Burguesa no Brasil.* 5. ed. São Paulo: Globo, 2010, cap. 5.

o tipo de excedente obtido através do aumento extensivo da jornada de trabalho e da redução dos custos do emprego dos trabalhadores.

Dentro desse quadro desfavorável ao trabalhador, devemos mencionar os mecanismos sociais que explicam a integração popular no nascente aparato produtivo. Esses ambientes urbanos tocados pela formação do capital e por vultosos fluxos populacionais facilitaram o surgimento de uma novidade na história brasileira: a *coerção econômica ao trabalho*. A expropriação e as condições precárias de vida da população urbana nos ajudam a compreender o surgimento desse novo mecanismo de sujeição ao trabalho.

Apesar do fato das economias rurais apresentarem muita dificuldade em expropriar trabalhadores, as cidades estudadas se comportavam como receptáculos de mão de obra expropriada. Os ex-escravos foram expropriados a partir do momento em que tiveram seus vínculos cortados com seus senhores. Os imigrantes, por sua vez, eram um produto de processos de expropriações em marcha na Europa. Uma vez nas cidades, essa população passava a encontrar grandes dificuldades para efetuar a reprodução material de sua existência. Uma das saídas, que não estava aberta a todas as parcelas da classe trabalhadora, era a entrada nos mercados de trabalho.

Definitivamente a expropriação acompanhada da miséria formam as formas coercitivas impessoais com as quais sofrem os trabalhadores em um contexto de formação de capital industrial. Mas como nos lembra Karl Marx, "a violência é a parteira de toda a sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova"[35]. Tanto no caso brasileiro quanto no clássico caso inglês analisado por Marx, a violência visível deu tons à violência *sans phrase* imposta por essas novas condições objetivas. Trata-se do papel da violência policial depreendida pelo Estado, expressa na criminalização da vadiagem e na dura repressão policial exercida contra os trabalhadores ao longo das primeiras décadas do século passado[36]. Esse é um tipo visível de violência cometida contra as classes subalternas importante no processo de formação de mercados de trabalho.

Diferentemente dos tempos escravistas, a repressão deixa de ser exercida basicamente pelo agente privado e passa a ser exercida primordialmente pela esfera pública. O Estado teve um papel preponderante na reordenação da produção e controle social após o fim da escravidão. Coube a ele a repressão empreendida contra as classes populares, também

---

[35] MARX, Karl. *O Capital.* Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 821.

[36] Cf. FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano.* A Criminalidade em São Paulo (1880 – 1924*).* 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

chamadas de perigosas, no sentido de controlar o mundo da desordem popular e ligá-la ao trabalho.

Surgiu no contexto da Primeira República uma nova ideologia que legitimava a ação repressiva do Estado. Trata-se da *suspeição generalizada.* Foi um dispositivo de atuação do poder público para cercear as possibilidades dos trabalhadores não se atrelarem ao processo produtivo[37]. Dentro desse dispositivo podemos citar a repressão sistemática à vadiagem empreendida por corpos legais e policiais. Essa contravenção vai se tornando ideologicamente desconfortável para a elite. Houve um crescimento de quase 20% do número de prisões motivadas por essa contravenção entre 1892 e 1916 em São Paulo. Nessa mesma cidade, esse tipo de prisão representou 26,7% do número total de prisões realizadas entre 1912 e 1916[38]. A relação estabelecida entre ociosidade e perigo social foi um tipo de construção ideológica típica de um contexto de conflitos classistas[39].

Veremos, no capítulo 3, dados sobre a população e também sobre o emprego em ambas as cidades. Entretanto, cabe mencionar por ora que ambas as realidades socioeconômicas estudadas eram marcadas por uma grande diferença entre a população total e a parcela da população empregada sob formas salariais. Essa diferença era muito maior no Distrito Federal do que em São Paulo, uma vez que o mercado de trabalho carioca era, em termos relativos, menor e menos dinâmico que o de São Paulo. Reproduzimos o trecho de um jornal carioca que ilustra o problema social gerado a partir da incapacidade desse mercado de trabalho em absorver mão de obra disponível. Este excerto nos aproxima da coerção econômica ao trabalho na Capital Federal:

> Trata-se de um dos mais sérios problemas do nosso proletariado. Vão de manhã aos logradouros públicos, corram o Passeio, a Praça 15 de Novembro, os diversos cais, o mercado velho e novo, a praia de Santa Luzia, e depois digam que dolorosa impressão trouxeram de lá. Nós vimos e contamos 180 operários que dormiam ao relento. Conversamos com muitos deles. Todos contam a mesma história: a fábrica, o trabalho, a esperança de arranjar serviço para o futuro. Não se trata, absolutamente, de vagabundagem, trata-se de operários![40]

A instituição da própria forma salário, desde que minimamente disseminada na sociedade, atua na formação de mercados de trabalho. Dentro de um sistema social marcado pela quase impossibilidade de reprodução autônoma do trabalhador, a venda da força de

---

[37] CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 24.

[38] Cf. FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano.* A Criminalidade em São Paulo (1880 – 1924*).* 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001, p. 49-50.

[39] CASTEL, Robert. *Metamorfoses da Questão Social.* Uma crônica do salário. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p, 145.

[40] *A Noite*, 2 de Maio de 1912. Documento mencionado por BASTOS, Erika Arantes. *Negros do Porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910.* In: AZEVEDO, Elciene (et al). *Trabalhadores na Cidade.* Campinas: Unicamp, 2009, p. 131-132.

trabalho ou a realização de tarefas para outrem passa a ser a única maneira encontrada pelo trabalhador para obter meios de consumo. Ou seja, a forma salarial acaba regulando o ritmo contínuo da produção e o quadro da estrutura de trabalho[41]. O fato das formas de assalariamento existentes dentro desses mercados de trabalho serem ainda embrionárias, como a remuneração por peça, não limitava seu potencial disciplinador. Pelo contrário, a natureza incerta e imprevisível do trabalho favorece a submissão do trabalhador à labuta contínua realizada para outrem.

A expansão das fábricas e oficinas representa outra fonte importante de disciplinamento ao trabalho. A organização desse tipo de trabalho e os ritmos da produção requerem disciplina. Por isso os trabalhadores são submetidos à fiscalização constante de contramestres, responsáveis diretos pelo aumento da produtividade, pela cobrança de assiduidade e pela punição àqueles que contrariam a essência deste tipo de trabalho. Uma vez inseridos na estrutura fabril ou manufatureira, os trabalhadores eram submetidos a uma série de coerções estratégicas para que a relação social capitalista pudesse se reproduzir. Essas formas de disciplinamento e de controle ratificavam a posição dos trabalhadores nessa sociedade e viabilizavam a expansão do setor manufatureiro nas cidades.

Se a forma de repressão passou a ser empreendida basicamente pelo Estado, a organização do mundo do trabalho continuava sendo regulado de acordo com direito privado. O principal arcaísmo reelaborado no campo das relações sociais de produção por parte da elite foi sua longeva luta por manter as relações sociais de produção no campo do direito privado durante quase todo o período da Primeira República. Tendo em vista que na sociedade burguesa a liberdade não passa de uma ilusão fetichista, a relação entre classes é uma relação entre desiguais. A manutenção das questões trabalhistas no campo do direito privado potencializa o aumento da taxa de exploração da mão de obra a facilita a tão invisível quanto real submissão do trabalhador ao capital.

Nesse aspecto, o trabalho urbano na emergente indústria foi exemplar. A exploração se dava sem intervenções, fato que acentuava as desigualdades sociais existentes entre os dois lados da moeda. As problemáticas referentes ao trabalho e sua organização no interior das oficinas dizia respeito única e exclusivamente à vontade patronal, expressa nos regulamentos fabris. Nessa situação, a vontade pessoal dos membros mais bem posicionados diante das condições de produção – proprietários e contramestres – era imposta de cima para baixo.

---

[41] CASTEL, Robert. *Metamorfoses da Questão Social.* Uma crônica do salário. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 419.

Problemas criados no chão da fábrica estavam submetidos ao arbítrio de entes compactuados exclusivamente com a espoliação do trabalho.

Diante da nova forma de exploração da mão de obra nas cidades, os trabalhadores passaram a estar submetidos às novas formas de poder social. Esse poder social, alinhavado pela repressão policial e pela coerção pessoal exercida dentro das oficinas, fora responsável por deixar os trabalhadores à disposição de patrões e contramestres, por cercear a independência das pessoas em relação à reprodução de sua existência e por enquadrar essas populações urbanas nos novos circuitos de acumulação de riqueza.

# 1. MERCADO DE TRABALHO E CLASSE TRABALHADORA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

Este capítulo pretende tratar de três questões de natureza teórica que cercam nosso objeto de estudo. A primeira delas será a de analisar a transformação das relações sociais de produção no Brasil a partir do fim do escravismo. Isso será feito com o intuito de situar nosso objeto de estudo, os espaços de transação de força de trabalho de São Paulo e do Rio de Janeiro, dentro de um contexto histórico maior.

Na segunda parte deste capítulo procuraremos explicitar as consequências sociais da formação de mercados de trabalho. Acreditamos que os momentos iniciais de mercantilização da força de trabalho, em cenários urbanos, fora caracterizado por uma degradação das condições sociais da parcela das classes subalternas cuja reprodução da vida material passava ou tangenciava a inserção em mercados de trabalho. O conceito de *condição proletária,* elaborado por Robert Castel[42], será essencial nessa seção do capítulo.

Por fim, procuraremos dar evidência às novas condições de luta dos trabalhadores urbanos situados dentro desse novo contexto econômico. Para tanto, seguiremos a proposta de Claus Offe[43] de desvendar a economia política desses mercados de trabalho que, apesar de embrionários, já eram capazes de articular situações de classe nas cidades, constituindo assim a *questão social* na Primeira República.

Em todas essas seções teceremos breves comparações entre os processos de *modernização* em movimento nas cidades estudadas e o processo de formação do modo de produção capitalista na Inglaterra. Apesar das enormes diferenças quantitativas e qualitativas existente entre esses dois processos, acreditamos que esse despretensioso cotejo joga luz sobre nosso objeto de estudo.

## 1.1. CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO: UMA RELAÇÃO COMPLEXA

A formação do modo de produção capitalista na Inglaterra se deu a partir da crise do feudalismo e das transformações sociais ocorridas ao longo do Antigo Regime, como (1) a

---

[42] CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social.* Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2010.
[43] OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado.* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

crescente preponderância da burguesia no mundo da produção, (2) a contínua expropriação dos camponeses da terra, (3) a formação de uma massa de capitais acumulada através do desenvolvimento do capital mercantil na economia-mundo, (4) o desenvolvimento manufatureiro e (5) a consequente transformação das relações sociais de produção no sentido da promoção do assalariamento.

De acordo com o estudo clássico de Dobb, a economia da época feudal era baseada na produção efetuada por pequenos produtores mais ou menos autônomos. Tais produtores estavam submetidos pela elite dominante através de uma série de mecanismos extraeconômicos que, além da submissão social, garantiam a apropriação privada de boa parte da produção destes camponeses por parte da elite feudal.

Sua interpretação revolucionária de transição para o capitalismo remonta à expansão econômica do sistema feudal a partir do século XI. Para ele, a elite dominante passara a pressionar a massa servil com o intuito de extrair maiores taxas de excedente da produção. Principalmente a partir do momento em que o mais produto apropriado passava a estar passível de comercialização. Essas pressões desencadearam uma série de conflitos sociais dentro de uma estrutura de longa duração.

O acirramento da luta de classes teve três consequências. Em primeiro lugar, trouxe o aumento do número de revoltas camponesas. Em segundo lugar, marcou o início de um processo de tomadas das terras comunais por parte das elites rurais. Por fim, teria levado uma camada enriquecida dos camponeses a arrendar terras de seus senhores. Esses camponeses passaram a empregar o trabalho de outra parcela do campesinato, que vinha tendo suas condições de vida depreciadas pelos cercamentos das terras comuns. Essa força de trabalho, por sua vez, passou a ter o assalariamento como forma básica de remuneração. Portanto, a disseminação do assalariamento no campo é vista por ele como um dos produtos de uma contradição estrutural entre as forças produtivas e as relações sociais travadas durante a desagregação do feudalismo.

É assim que Dobb, seguindo Marx, analisou a formação de uma camada de arrendatários capitalistas provenientes da própria classe subalterna camponesa. Essa nova camada social conseguiu impor aos senhores feudais e aos camponeses que exploravam a comutação das tradicionais obrigações servis por tributos monetários[44]. Dessa forma, as relações monetárias e o assalariamento se disseminaram sobre o campo, criando, assim,

---

[44] DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 63.

potencialidades reais para desenvolvimento prematuro da agricultura comercial nos campos ingleses e para a formação uma nova fração da elite no mundo rural: a *gentry*.

Ainda pensado o caso inglês, os desenvolvimentos precoces da manufatura urbana e da agricultura comercial favoreceram a especialização da produção rural em torno da produção de lã. Tanto o cercamento das terras comunais quanto a transformação das terras de cultivo em pastagens para ovelhas potencializaram a expropriação dos camponeses do principal fator da produção: a terra.

A Revolução Industrial, por sua vez, foi o processo que conformou o modo de produção do capital. Ela deu dinamismo e condensou essas transformações que marcharam lentamente durante o período da acumulação primitiva de capitais. Através da formação do capital industrial, o *locus* principal daquelas transformações deixou o campo para se concentrar nas cidades. As cidades industriais britânicas foram o espaço em que o desenvolvimento capital, enquanto relação social, se deu a plenos vapores. Se durante o Antigo Regime o capital mercantil era um articulador de uma rede de trocas e de contatos entre formas distintas de trabalho, após a Revolução Industrial o capital se instalou na produção e passou a dominar e a organizar os setores mais dinâmicos do processo produtivo, dentre os quais devemos destacar a indústria.

No mundo do trabalho, inaugurou-se a subsunção real do trabalho diante do capital em uma escala até então inédita. Por isso afirmamos que a grande ruptura que essa revolução imprimiu à história foi a reordenação da economia por meio da indústria, criando os alicerces para uma sociedade mais urbanizada e repleta de trabalhadores proletarizados, condenados a se atrelarem ao mercado para reproduzirem suas condições materiais de existência.

A Grã-Bretanha, que já era a principal nação nas tramas do comércio mundial e a maior exportadora de capitais (investimentos externos) para o restante do globo, passou também a ser a principal fábrica do mundo[45]. As transformações em curso em Lancashire se estenderam por partes daquela nação, marcando o surgimento de uma nova forma de organização da sociedade, caracterizada por uma tendência à separação entre as classes sociais diante da propriedade privada das condições de produção.

Aquela nação era o único palco possível para que transformações tão radicais na forma de organização da sociedade pudessem ser colocadas em movimento, uma vez que Londres era a principal cidade dentro do sistema mundial. A própria Grã-Bretanha contava com um modelo de Estado que fazia dos interesses burgueses sua política externa. Além disso, essa

---

[45] HOBSBAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 1.

nação já era caracterizada pela existência de um tipo bastante específico de configuração social, nos finais do século XVIII, já caracterizada pela proletarização[46].

Os cercamentos das terras comunais e o avanço do assalariamento serviam como antíteses à lógica feudal de produção. À medida que essas antíteses negavam o feudalismo, uma massa de trabalhadores expropriados era despejada sobre as cidades, relegados a uma situação de penúria e de quase exclusão da sociedade. Essa massa aumentou ao longo dos séculos XVIII e XIX por causa da imigração de irlandeses para os principais centros urbanos ingleses. Ela foi estratégica na conformação de um novo modo de produção fundamentado na acumulação de capital e na extração de mais valor do trabalho industrial.

O modo de produção capitalista conta com uma forma específica de extração de excedente do trabalho. Nele, a apropriação privada da mais valia ocorre independentemente da compulsão política. Novas condições sociais imperantes na cidade, que passam pela incapacidade de reprodução autônoma dos trabalhadores, explicam as formas econômicas de compulsão ao trabalho. Além disso, o próprio ciclo de acumulação capitalista contém a extração do excedente mediante valorização da mercadoria e do capital pelo emprego do trabalho assalariado.

Como se explica, então, o fato da mercantilização da força de trabalho ser essencial no modo de produção capitalista? Além do desenvolvimento do assalariamento representar um avanço na racionalização da produção, permitiu também que o capital pudesse se nutrir da criação de valor a partir da entrada da força de trabalho em uma das fases do ciclo de acumulação capitalista. Indo além, o movimento desse ciclo não representa apenas a valorização do capital, mas também a reprodução material do trabalhador e da própria condição subalterna do trabalho. Ou seja, a apropriação privada da mais valia também significa a reprodução das relações sociais de produção e, consequentemente, acaba reafirmando o espaço ocupado por cada parcela social diante das condições sociais de produção. Além disso, apesar de extremamente desigual, a divisão do excedente permite o constante investimento produtivo, por parte do capital, e o alargamento do mercado interno, por parte do trabalho. É por isso que, do ponto de vista do novo tipo de acumulação, o assalariamento é encarado como o tipo de relação social mais adequada.

Independentemente do esquadro de relações sociais por ele articulado, um mercado de trabalho nos leva a supor o encontro no mercado de possuidores de tipos peculiares de mercadoria. De um lado, possuidores de capital a ser valorizado; de outro, indivíduos

---

[46] HOBSBAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 39.

detentores de sua própria força de trabalho, único meio real de agregação de valor ao capital. O valor do tempo de trabalho, negociado no mercado, é a causa fundamental do incremento de valor por parte do trabalho na produção. A principal inovação histórica trazida pela emergência de mercados de trabalho é o fato da demanda, da oferta e do valor do trabalho ser comandado pela dinâmica de expansão do capital.

A mercantilização da força de trabalho nos induz a pensar em uma relação travada entre indivíduos juridicamente iguais, uma vez que a coerção ao trabalho passa a ser primordialmente técnica e econômica em vez de pessoal e política. A representação do trabalho através da forma contratual até pode ajudar a corroborar essa ilusão fetichista de igualdade e de liberdade, cujo grau de efetividade depende necessariamente de desigualdades materiais erigidas a partir da formalização da propriedade privada.

Os efeitos mistificadores da relação salarial não se esgotam nessa aparência de igualdade. Além dela, a extração de excedente pela via salarial traz outra fantasmagoria fundamental dentro do conjunto das relações sociais de produção: a confusão entre o trabalho necessário e o trabalho excedente dentro da jornada de trabalho. Diante de uma situação de expansão da jornada de trabalho, o salário oculta uma divisão da jornada que é sempre visível nos outros modos de produção. Ao receber seu salário, o trabalhador tem a impressão de que está sendo remunerado pela quantidade exata de tempo de trabalho empregado na produção das mercadorias. Definitivamente, essa é uma particularidade do capitalismo em relação a outros modos de produção.

A escravidão, por sua vez, é uma relação social de produção peculiar. O trabalho escravo não prevê uma diferenciação entre trabalho necessário e excedente. O trabalho realizado, por exemplo, pelo conjunto de trabalhadores cativos das fazendas produtoras de açúcar era materializado em caixas desse mesmo produto. Elas obviamente pertenciam ao proprietário dos escravos e do engenho. A apropriação privada do excedente econômico advinha da condição jurídica desigual entre senhores e escravos. Uma das principais marcas do escravismo é o fato dos produtos do trabalho já estarem de antemão alienados de seus produtores. Apenas uma parcela de gêneros de subsistência produzidos nos limites da economia escrava pertencia de fato aos produtores diretos. Mas isso se dava apenas pelo fato dos senhores concederem aos escravos uso da própria força de trabalho deles na produção de gêneros de subsistência em momentos intersticiais do trabalho realizado regularmente nas *plantations*.

Os limites da extração são visíveis, pois o componente principal da extração de sobretrabalho reside no fato dos produtores estarem reduzidos à condição de propriedade. O

trabalhador escravo é um ente da produção que sofreu objetivação. É esse processo que explica o fato dos determinantes que levam o escravo à produção serem essencialmente políticos. Logo, tanto sua existência quanto seu potencial de criação de valor pertencem ao seu proprietário.

Em uma relação social capitalista, o produtor vende tempo de trabalho a ser empregado na produção e recebe por isso uma quantidade de valor, materializado em dinheiro, necessariamente menor do que o *quantum* de valor agregado na produção. Dessa forma, a extensão da jornada de trabalho e o aumento da composição orgânica do capital representam potenciais reais para a obtenção maiores taxas de extração de excedente. Ou seja, além do custo do trabalho ser estruturalmente menor, a natureza dessa relação social facilita o constante aumento da taxa de exploração do trabalho.

Já em uma relação escravista, por sua vez, a relação mercantil não aliena o tempo do trabalho, e sim a vida inteira do produtor direto. A mais valia é extraída unicamente através da imposição de jornadas de trabalho às turmas de escravos, sempre sob supervisão de feitores. Então, além de ser mais onerosa do ponto de vista do proprietário das condições de produção, ela é limitada à extração da *mais valia absoluta*.

Os proprietários das *plantations* possuíam um poder social irrestrito e extremamente concentrado, cuja base residia na propriedade da vida do escravo. Esse poder autorizava a imposição de jornadas de trabalho intensas e a extração de excedente econômico do trabalhador escravo. Nesse tipo de relação social, fica fácil perceber que a extração ocorre no instante em que a força de trabalho escravizada é explorada mediante compulsão pessoal do senhor.

Já no capitalismo, o que permite a extração de excedente é a propriedade privada das condições de produção. A propriedade privada representa um corte material entre aqueles que produzem mais valia daqueles que se apropriam dela. Diferentemente do que acontece em uma sociedade escravista, o excedente acumulado em uma economia capitalista pode se dirigir para a inovação tecnológica e para absorção de novos setores econômicos. Criando, assim, uma dinâmica endógena de expansão transformadora.

O conceito marxista de capitalismo é compreendido como uma relação estabelecida entre o capital e o trabalho assalariado. Sua característica central é o fato das condições essenciais da produção terem se tornado mercadorias. Portanto, o elemento que dá ao capitalismo um caráter histórico específico é a relação de exploração estabelecida entre o capital e o trabalho assalariado. Tanto é que a ossatura da tese clássica sobre a evolução do capital, de Maurice Dobb, se desdobra sobre o processo de emergência histórica desse tipo tão

peculiar de relação social, cuja apresentação social toma uma forma fetichizada de uma relação travada entre coisas, e não entre pessoas.

Mas como pensar na emergência desse tipo específico de relação social no Brasil, um país periférico marcado por um longevo passado escravista? Como demonstramos na introdução, o escravismo limitava o desenvolvimento de mercados regionais no Brasil, além de travar a mercantilização da força de trabalho. As demandas por trabalho existentes em uma economia escravista estão relacionadas diretamente ao interesse do capital mercantil responsável não só por abastecer as *plantations*, como também pela imposição estrutural dessa forma de produção. Outro elemento que deve ser destacado é o fato da generalização da relação escravista ser indiretamente responsável pela marginalização social do livre pobre em relação à produção[47]. Os livres pobres se concentravam nos setores inorgânicos da economia, ligados ao débil mercado interno, ou formavam um tipo acessório de mão de obra utilizado em culturas marcadas por ciclos produtivos com oscilações na demanda por mão de obra.

As principais análises produzidas por cientistas sociais brasileiros sobre a transformação das relações sociais de produção no Brasil pós-emancipação mantêm relações com o pensamento marxista[48]. A vertente mais tradicional, escrita entre as décadas de 1960 e 1970, parte do pressuposto teórico de que existe uma incompatibilidade estrutural existente entre o escravismo moderno e o capitalismo.

Dentro dessa perspectiva tradicional, podemos situar sociólogos de peso como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso[49]. Esses autores se aproximam da interpretação clássica desenvolvida por Eugene Genovese em *A Economia Política da Escravidão.* De acordo Genovese, uma formação social escravista deveria ser encarada como uma estrutura sociopolítica moldada pelo conteúdo social da relação senhor/escravo, tendo como consequência determinações estritamente políticas para o mundo da produção[50].

Tendo em vista as reflexões levantadas até o momento, podemos dizer que não nos opomos a essa visão, uma vez que a fixação do trabalhador à produção e à própria organização dela passava pela dominação política que recaía sobre a escravaria. Contudo, nossa análise avança no sentido de tratar a formação das *plantations* modernas sob a ótica de

---

[47] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata.* 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983, p.12.

[48] Dentre os quais podemos citar Jacob Gorender, Décio Saes, Emília Viotti da Costa, Sedi Hirano, Wilson Cano, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Marcelo Badaró Mattos.

[49] CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional.* 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

[50] GENOVESE, Eugene. *A Economia Política da Escravidão.* Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

análise da economia-mundo com o intuito de compreender a forma tomada pela escravidão nas formações sociais mais importantes do centro-sul do Brasil no século XIX.

Apesar de ser organizada internamente por uma série de relações políticas, a escravidão das principais zonas de plantations espalhadas pelo continente americano fora mais coerente com o esforço de acumulação do que os demais tipos de relações sociais pré-capitalistas existentes na própria Europa até então[51].

O próprio Marx faz uso da contradição entre capitalismo e escravidão ao longo da exposição do livro I de *O Capital*. Porém, em uma passagem clássica desse livro, ele sugere que existe uma relação sistêmica entre a escravidão da periferia e a emergência do capitalismo na Europa. Segundo ele:

> Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* no Novo Mundo[52].

Esse trecho de *O Capital* sugere interdependência histórica entre esses dois conceitos em espaços diferentes. Dale Tomich é o principal responsável pelo desenvolvimento dessa hipótese a partir de uma perspectiva histórica e sistêmica. Dessa forma ele abriu caminhos para a reflexão histórica que nos permitem driblar os impasses teóricos colocados pelas formas de interpretação mencionadas linhas atrás.

Para Tomich, a expansão global do capital em sua fase ainda originária representou também a expansão de formas de dominação em esfera global. Organizadas a partir do capital mercantil, tais formas de dominação eram articuladas nos limites do sistema mundial. Ou seja, a formação de um mercado mundial a partir do século XVI foi responsável por criar, também, uma organização espacial do trabalho em escala global. Organização, essa, caracterizada pela relação entre formas de trabalho diferentes, mas que mantinham dependência entre si. Não apenas a relação estabelecida entre a troca das mercadorias produzidas por ambas, mas principalmente por elas se definirem uma em função da outra.

A perspectiva teórica desse historiador reside no tratamento sistêmico dado aos diferentes tipos de relações sociais desenvolvidas no centro e na periferia, que se comunicavam através da unidade tecida pelo capital mercantil. A seu ver, a própria transição para o capitalismo, caracterizado pela relação estabelecida entre capital e trabalho assalariado,

---

[51] BLACKBURN, Robin. *A Construção do Escravismo no Novo Mundo.* Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 454.
[52] MARX, Karl, *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 829.

diz respeito aos movimentos da totalidade sistêmica do trabalho[53]. Ela uniria a história do escravismo à do capitalismo ao levar em consideração as relações existentes entre o surgimento da relação capital/trabalho assalariado com a reformulação histórica da escravidão moderna. Para esse historiador, portanto, escravidão e capitalismo faziam parte da mesma estrutura histórica no século XIX, dentro da qual formavam uma *unidade contraditória.*

O desenvolvimento do assalariamento nas regiões em que o capitalismo se afirmava enquanto modo de produção impôs mudanças à lógica do desenvolvimento do escravismo na periferia. As causas das alterações estruturais ocorridas na história da escravidão podem ser buscadas nas transformações em curso na *totalidade concreta* de formas de produção na qual ela se inseria. Trabalho livre e trabalho escravo formavam pólos que se determinavam e cambiavam de forma conjunta ao longo do tempo. Afinal de contas, o escravismo moderno foi um dos responsáveis pela concentração de certas atividades nas quais o assalariamento se dissemina com mais facilidade nos pontos mais dinâmicos e privilegiados da divisão internacional do trabalho. Por outro lado, o desenvolvimento e a dimensão tomadas pelas *plantations* só foram possíveis por causa das demandas e fontes de crédito encarnadas em espaços econômicos que de diferentes maneiras desenvolveram a industrialização.

Trabalho escravo e trabalho assalariado fizeram parte de uma *totalidade concreta* encarnada no sistema mundial. O desenvolvimento de ambos se retroalimentava reciprocamente. De acordo com Tomich, esse desenvolvimento se deu a partir de um processo descontínuo e não linear, ao longo do qual a escravidão produzia o assalariamento e o assalariamento produzia a escravidão[54].

De acordo com Tomich, a Revolução Industrial reconfigurou essa *totalidade* em termos quantitativos e qualitativos. O fim da acumulação prévia de capitais abriu espaço para a acumulação de capital propriamente dita e também para a reprodução ampliada do capital. Como mencionamos, seu principal produto histórico foi a relação social capitalista, caracterizada pela dominação do capital e pelo potencial dinamismo que ela imprime ao processo de acumulação. Partes da periferia caracterizada como *plantation*, por sua vez, assistiram à transformação no âmbito das relações escravistas. Surge aquilo que Tomich considera ser a Segunda Escravidão. Trata-se de uma reconfiguração da escravidão dada em relação ao advento do trabalho assalariado. Sua diferença consiste, basicamente, em ser desenvolvida a partir da noção moderna de produtividade e ter como finalidade maior a

---

[53] TOMICH, Dale. *Trabalho escravo e trabalho livre:* origens históricas do capital. Revista USP, São Paulo, n. 13, p. 102. 1992.
[54] Ibidem, p. 111.

expansão da riqueza[55]. Dessa forma podemos afirmar que tanto a escravidão quanto o uso do trabalho assalariado nas economias mais modernas passavam pelo crivo da mesma finalidade, apesar de esses tipos específicos de relações de trabalho serem organizados de maneiras dessemelhantes.

Estamos diante de rupturas de distintas naturezas. Ambos os tipos de relações sociais de produção dizem respeito à totalidade de relações do capital, que passaram a serem organizadas em escala mundial. Essa perspectiva aproxima a escravidão americana do capitalismo europeu, possibilitando assim nossa compreensão dessas diferentes formas de organização social do trabalho a partir de inter-relações estabelecidas na esfera global. Ou seja, o trabalho escravo das *plantations* oitocentistas deve ser encarado como parte integrante de uma organização mais ampla do trabalho dentro dos limites da economia-mundo capitalista e também como uma das forças constitutivas da própria relação social capitalista.

Devemos pensar, então, as determinações globais colocadas para a transformação das relações sociais de produção no centro-sul brasileiro dentro de um contexto no qual o capitalismo se afirmava como força social hegemônica no âmbito do sistema mundial. A produção em larga escala de matérias primas e alimentos na América favoreceu a concentração de atividades econômicas típicas do capitalismo na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos. Por outro lado, a demanda por gêneros tipicamente produzidos na periferia colocadas no âmbito do sistema pelos países capitalistas forçava com que as bordas escravistas do sistema incrementassem suas taxas de produtividade.

Essa perspectiva nos permite visualizar a escravidão em perspectiva histórica. Permite que diferenciemos as experiências de escravidão, assim como fez Marx ao separar a dita escravidão patriarcal da escravidão oitocentista, encarada acertadamente por ele como um "sistema comercial de exploração"[56]. Segundo Tomich, a Segunda Escravidão pode ser encarada como uma forma específica de produção de mercadorias[57].

O desenvolvimento capitalista na Europa reformulou a divisão internacional do trabalho no que concerne ao tipo e à intensidade de demandas e ofertas promovidas pelo centro do sistema. Essa transformação do padrão do comércio mundial foi responsável pela reformulação do sentido das velhas formas coloniais[58]. A capacidade de adaptação e a vitalidade da escravidão teriam refundado as formas de produção das áreas de produção escravista da periferia. A comparação histórica e sistêmica estabelecida entre as *plantations*

---

[55] TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão.* São Paulo: Edusp, 2011, p. 87.
[56] MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, livro I, p. 829.
[57] TOMICH, Dale, op. cit., p. 84.
[58] Ibidem, p. 104.

cubanas, do sul dos EUA e as do Vale do Paraíba mostra o incremento da carga de trabalho dos cativos, o enrijecimento das condições de produção e o aumento crescente da produtividade do trabalho. Prevendo, inclusive, em alguns casos, o emprego de fatores modernos na produção e no transporte das mercadorias, como maquinaria, ferrovias etc[59].

As grandes questões colocadas para as zonas de *plantation* da segunda metade do século XIX seriam a reprodução material dessas formações sociais, a competição acirrada estabelecida no mercado internacional entre as diferentes zonas produtoras de um mesmo gênero e também a formação da riqueza. No caso brasileiro, a grande lavoura foi uma agência ímpar de captação de excedente e de formação de fortunas. Em boa medida o trabalho escravo teve um papel básico nessa construção histórica. Muito além de uma economia de desperdício, as zonas de plantation da segunda metade dos oitocentos souberam mesclar escravidão e aumento de produtividade.

A produtividade do trabalho escravo variou positivamente entre 200 e 600% ao longo do século XIX nos lugares em que as plantations foram revigoradas, como no caso do centro-sul brasileiro. A recente síntese de Luna e Klein sobre o escravismo no Brasil aponta para esse aumento de produtividade do trabalho escravo. Para eles, as primeiras fazendas escravistas de café de São Paulo, formadas a partir de 1820, produziam uma média anual de quatrocentos quilos de café por trabalhador. Já no último quartel do século XIX, essa proporção havia variado para dois mil quilos anuais de café por cativo. A média das fazendas escravistas teria sido, ainda seguindo esses autores, 31 sacas de café anuais por trabalhador escravizado[60]. Esse incremento de produtividade foi alcançado através da adoção dos *work gang system* e também da implementação das linhas férreas nas zonas de *plantation.* Esses avanços no que tange ao manuseio do trabalho escravo baseado em critérios de produtividade nos autorizam a falar na emergência de um *taylorismo forçado* nas zonas econômicas escravistas mais rentáveis da América.

É difícil resgatar as transformações materiais colocadas em movimento a partir da resposta das *plantations* brasileiras às demandas do mercado internacional. De maneira geral, os planteis de escravos passaram a contar com grandes contingentes humanos. Em Vassouras, por exemplo, as *plantations* contavam com uma média de mais ou menos 80 escravos, sendo que alguns produtores se arriscavam a investir em plantéis com até 400 escravos[61].

---

[59] TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão.* São Paulo: Edusp, 2011, p. 91.
[60] LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *O Escravismo no Brasil.* São Paulo: Edusp, 2010, p. 110.
[61] STEIN, Stanley. *Vassouras:* Um Munícipio Brasileiro do Café, 1850 – 1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p.197.

Além dos estudos de demografia escrava, uma das possibilidades que a historiografia recente colocou para que possamos nos aproximar dessas mudanças ocorridas na forma de produção são os estudos históricos feitos sobre a transformação social das ideias a respeito da administração das *plantations* durante a passagem dos séculos XVIII para o XIX. Rafael Marquese, nos ajuda a captar mudanças qualitativas no mundo da produção a partir das mudanças ocorridas no ideário dos fazendeiros.

Segundo a análise feita por Marquese dos principais manuais agronômicos produzidos no Brasil no século XIX, a problemática da maximização da produção passou a ser uma questão fundamental para os fazendeiros escravistas ligados tanto à economia cafeeira quanto à açucareira. Para ele, a escravaria era vista como um meio para o aumento da produtividade. A boa administração da escravaria era considerada tão importante quanto o emprego de técnicas agrícolas mais avançadas para a obtenção de lucros de maiores montas[62]. Esse estudo de Marquese confirma a premissa de Wallerstein sobre o fato dos proprietários de *plantation*, de fato, operarem no mercado mundial de maneira ativa[63].

O escravismo foi uma forma de dominação baseada na vontade irrestrita dos senhores e na coisificação do ser escravo. A questão é que as transformações colocadas em movimento dentro do sistema mundial fizeram com que as determinações econômicas da produção escravista viessem a se mesclar com as tradicionais determinações políticas e sociais no que tange a administração dos planteis de escravos.

A autoridade parece ter sido a questão fundamental para a "administração" da escravaria apenas no século XVII. Segundo Marquese, está implícito nos textos de Antonil o argumento de que o bom governo da fazenda passava basicamente apenas pela normatização hierárquica das relações sociais estabelecidas entre senhores e escravos[64]. Já no século XIX, os manuais agrícolas brasileiros já operavam nos limites da Economia Política. Para os fazendeiros do Vale do Paraíba, por exemplo, a questão da racionalização do uso da mão de obra escrava era vista como um meio de obter melhores resultados quantitativos e qualitativos da produção cafeeira. Nesse contexto, a questão da acumulação passava a ser de longe muito mais importante para os fazendeiros do que a autoridade em si. Fazendeiros escravistas e industriais passaram a operar no mesmo campo ideológico, apesar de o terem feito de maneira

---

[62] MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração & Escravidão.* 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 131; 155; 178.
[63] WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p. 41.
[64] MARQUESE, Rafael de Bivar, op. cit, p. 55.

bastante distinta. Essa coincidência nos evidencia a aproximação existente entre esses processos produtivos.

Houve uma primeira reformulação no paternalismo rural brasileiro do século XVII para o XIX. Para Antonil, o bom governo dos escravos passa unicamente pela reiteração da autoridade do senhor e reconhecimento dos diferentes espaços sociais a serem ocupados por cada fração da sociedade. Por isso, o paternalismo, enquanto técnica de dominação, tinha a função inserir o escravo de uma maneira subalterna a noção tradicional de família ampliada. Já nos oitocentos, o paternalismo passou a figurar dentro de uma série de mecanismos de manutenção da segurança social do sistema escravista[65]. Ou seja, passa a ser um elemento importante não apenas para a dominação, como também para a garantia da acumulação de riquezas ao longo do tempo[66].

Em seu balanço da recente historiografia sobre o escravismo no Brasil, Luna e Klein afirmam que as últimas análises econômicas da produção escravista brasileira do século XIX deram evidência a racionalidade econômica existente no investimento de capital na compra de escravos e na montagem de fazendas escravistas exportadoras. Eles salientam também que não havia descompasso entre o trabalho livre e o escravizado dentro das mesmas formações sociais no que concerne à eficiência do trabalho[67].

Buscamos aproximar escravidão e capitalismo em espaços distintos do planeta tendo em vista as transformações em curso no cenário mundial. Capitalismo e escravidão foram congruentes até pelo menos o terceiro quartel do século XIX. Como pensar, então, a passagem para o trabalho livre a partir dessa perspectiva?

Não enxergamos motivos econômicos que catalisaram o ocaso da escravidão no Brasil. Entretanto, o último quartel dos oitocentos marcou o início da incompatibilidade da escravidão africana no hemisfério ocidental. As razões dessa incompatibilidade são essencialmente políticas: a Revolução Haitiana e a Guerra Civil Americana. Ambos os eventos tiveram impactos sistêmicos em todas as regiões econômicas sustentadas pela *plantation.*

Lembremos que os escravos passaram a ser vistos como inimigos internos após a revolução social haitiana do começo do século XIX. O aumento da produção periférica passou a ser um imperativo imposto pelo mercado mundial. A expansão de uma economia escravista é feita por meios extensivos, ou seja, através do aumento do número de escravos e

---

[65] BLACKBURN, Robin. *A Construção do Escravismo no Novo Mundo.* Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 416.
[66] MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração & Escravidão.* 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 218.
[67] LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *O Escravismo no Brasil.* São Paulo: Edusp, 2010, p. 142.

das áreas agriculturáveis. O aumento do número de escravos por plantel e o enrijecimento das condições de produção tiveram como consequência social o aumento generalizado de rebeliões escravas, colocando, assim, a segurança do sistema escravista em risco.

Já a Guerra de Secessão, por sua vez, demonstrou para a elite escravista brasileira o quanto a concentração regional da escravidão também poderia abalar a segurança interna do país. Afinal de contas, as regiões econômicas estruturadas a partir da forma *plantation* estavam concentradas no centro-sul do Brasil.

O próprio desenvolvimento do capitalismo e suas manifestações superestruturais alteraram as relações econômicas e também políticas entre centro e periferia. O advento do imperialismo britânico reformulou a relação entre a Inglaterra e a África. Se antes ela era pautada pela exploração comercial, passou então a ser marcada por um tipo de dominação política recoberta com interesses econômicos, como a expansão de mercados. O tráfico de escravos dificultava a penetração inglesa no continente negro. Por isso, essa potência passou a atuar na política internacional de forma contrária a esse comércio humano. Definitivamente, 1850 representou um presságio do progressivo declínio da escravidão no Brasil.

Em síntese, capitalismo e escravismo não foram formas de produção radicalmente antagônicas na economia-mundo do século XIX. Porém, ambos tenderam a entrar em conflito por razões ligadas à política internacional do terceiro quartel do século XIX. Esse conflito potencial se deflagrou em escala continental e tocou as diversas regiões econômicas que existiam dentro do Brasil, criando uma conjuntura favorável à expansão do trabalho livre.

Apontemos nossa reflexão para a transição para o trabalho livre no Oeste Paulista. Do ponto de vista dos fazendeiros, não havia grandes diferenças entre o uso da mão de obra de escravizados, de colonos italianos ou de *coolies*. O essencial para a lucratividade do setor exportador estava na absorção de mão de obra barata. Inclusive, sua lucratividade era ampliada se a maior parte da renda dos trabalhadores viesse a se materializar em produto ou acesso à terra em vez de renda monetária propriamente dita.

A análise que Peter Eisenberg sobre a mentalidade dos fazendeiros brasileiros através do estudo de suas teses e propostas acerca da imigração durante o *Congresso Agrícola do Rio de Janeiro*, em 1878, é ilustrativa da transição conservadora em marcha no campo brasileiro[68]. De acordo com Eisenberg, as manifestações dos fazendeiros do Sul de Minas Gerais, do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista em relação à imigração não fora marcadas por grandes controvérsias durante esse congresso, nem mesmo quando a imigração asiática entrou

---

[68] EISENBERG, Peter Louis. *A Mentalidade dos Fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878.* In: LAPA, José Roberto do Amaral (et al). *Modos de Produção e Realidade Brasileira.* Petrópolis: Vozes, 1980, p. 167.

em pauta. Neste momento, A. Scott Blacklaw, representante do London and Brazilian Bank, de Rio Claro, foi apoiado pela maioria dos fazendeiros quando fez o seguinte apontamento: "não há um branco que possa trabalhar pelo mesmo salário de um preto ou de um cule da Índia". Segundo ele, sua viagem a Índia havia demonstrado que o fato daqueles trabalhadores partilharem "preconceitos de castas" tinha como consequência a ausência de aspirações por mobilidade social ascendente. Apesar da preferência pelo trabalhador europeu, os fazendeiros do Oeste Paulista apoiaram a imigração asiática nesse congresso[69]. Isso demonstra que, para eles, o essencial na transição da mão de obra era suprir a ausência dos escravos com mão de obra barata e obediente.

Como mencionamos na introdução, nenhuma formação social do Brasil passara por uma transição direta da escravidão para as relações sociais capitalistas, identificadas como a face mais bem acabada do assalariamento. A marca impressa nas relações sociais de produção do campo após a Abolição foi a das permanências em relação à própria escravidão. O essencial nessa forma de transição era que o acesso ao trabalho continuasse disponível e que não houvesse alterações drásticas no conteúdo da compulsão ao trabalho.

A expansão do assalariamento no campo encontrou diversas barreiras. A abundância de terras facilitava o refúgio de muitos brasileiros livres pobres e ex-escravos nos limites da economia de subsistência prevista dentro da própria lavoura de exportação. A própria demanda sazonal por trabalho do setor exportador garantiria um uso pendular da mão de obra nacional. Esta se situava entre a integração precária na produção cafeeira, durante os momentos de maior necessidade de trabalho, e os espaços intersticiais na grande lavoura, como sitiantes, agregados ou meeiros. Portanto, o vetor político de dominação exercido pelos latifundiários continuou articulando a organização da produção rural.

Utilizando o repertório categorial gramsciano, defendemos a hipótese de que o desdobramento da transição da escravidão nas zonas rurais redundou em um processo de *contrarreforma*. Para Gramsci, *contrarreforma* é um tipo de restauração marcada por uma combinação formal entre o velho e o novo. O que caracteriza um processo de contrarreforma não é a ausência da novidade, mas a grande preponderância da conservação em face da mudança[70].

Apesar das permanências, a história social do trabalho no Brasil passou a estar organizada em torno da racionalização do processo produtivo e do privilégio da extração de

---

[69] EISENBERG, Peter Louis. *A Mentalidade dos Fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878.* In: LAPA, José Roberto do Amaral (et al). *Modos de Produção e Realidade Brasileira.* Petrópolis: Vozes, 1980, p 190 e 191.
[70] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* O *Risorgimento*. Notas sobre História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 5, p. 143.

excedente no mundo do trabalho a partir do século XIX. Notamos que a ascensão da racionalização no uso do fator trabalho no centro-sul brasileiro se deu justamente a partir do momento em que ocorreu a descolagem da economia em relação à vida social em si. Ou seja, a partir do momento em que a produção da riqueza passou a representar uma finalidade em si mesmo. Essa foi uma das marcas do nascimento da modernidade em muitas formações sociais que estiveram vinculadas ao processo de desenvolvimento concentrado do modo de produção capitalista no centro do sistema-mundo.

Houve a expansão da racionalidade na utilização do fator do trabalho na produção nas *plantations* do Vale do Paraíba e na produção cafeeira do Oeste Paulista. O sistema econômico dessa última região passara a contar com mecanismos que garantiam a constante redução dos custos com trabalho. Já nas primeiras décadas do século XX, a formação dos primeiros núcleos não abortados de mercado de trabalho se insere em mais um momento do processo de racionalização do uso do fator trabalho na produção. O surgimento desses mercados esteve ligado à expansão de empresas dos setores secundário e terciário da economia. Uma fina camada dessas empresas já era caracterizada por nutrir-se de relações sociais de produção capitalistas. Do ponto de vista dos proprietários dos meios de produção, a mercantilização da força de trabalho promovida em um ambiente social marcado pela expropriação imputa ao trabalhador parte dos riscos envolvidos na montagem do processo produtivo, além de prever mecanismos econômicos para rebaixar os custos com trabalho e incrementar a produtividade.

A própria diferença entre oferta e demanda por trabalho atua no sentido de pressionar para baixo os custos com trabalho. A manufatura mecanizada, por exemplo, pode incluir trabalhadores sem qualificação em seu processo produtivo, levando a redução dos gastos com capital variável. Além disso, o aumento da composição orgânica do capital eleva as taxas de extração de excedente do trabalho.

Por isso as rupturas mais relevantes se deram nas cidades, principalmente no início do século XX. Vejamos as formas tomadas pela expansão de regimes de trabalho úteis para o capital. O estudo sobre o caso do Distrito Federal nos mostrou como as próprias formações sociais estudadas podem ser vistas como totalidades concretas articuladoras de diferentes formas de trabalho. Afinal de contas, a formação das *plantations* do Vale do Paraíba Fluminense no terceiro quartel dos oitocentos foi feita através do tráfico interno de mão de obra escravizada. É a concentração de cativos nessa região que explica a expansão do trabalho livre na cidade.

A trajetória histórica das atividades manufatureiras do Distrito Federal remonta os meados do século XIX. Essa manufatura era composta, em geral, por pequenos estabelecimentos responsáveis pelo abastecimento de uma parcela do consumo local que não era atendida pelas importações de manufaturados. Com a *modernização* dessa cidade, no final do século XIX, ocorreu a expansão dessa estrutura manufatureira. A partir de 1890, essa expansão passara a contar com a formação dos primeiros grandes capitais industriais cariocas. Essas fábricas passaram a estar justapostas à antiga estrutura manufatureira da cidade.

São Paulo, por sua vez, era uma cidade secundária no centro-sul brasileiro em meados do século XIX. O crescimento dessa cidade foi uma consequência da pujança da economia cafeeira. Mais especificamente, da capacidade de diversificação econômica do complexo cafeeiro. Diferentemente da experiência carioca, a escravidão urbana não era tão importante no que tange a organização dessa economia urbana. Tal qual os setores mais dinâmicos da indústria, uma parcela considerável do emprego já surge organizada através de formas modernas de produção. A expansão industrial ocorreu de forma concentrada nas primeiras décadas do século XX.

O crescimento dessas economias urbanas foi acompanhado pela expansão do emprego em diversos regimes de trabalho precarizados. Tais regimes de trabalho foram estratégicos para uma indústria incipiente, responsável pela disseminação de um tipo de produção baseada em uma forma primitiva de taylorismo. Esses regimes de trabalho eram sustentados por conteúdos do trabalho extremamente heterogêneos, uma vez que ambos os panoramas manufatureiros estudados eram caracterizados pela presença de fábricas, manufaturas, pequenas oficinas artesanais e estabelecimentos que utilizavam trabalho familiar. A natureza de cada estabelecimento produtivo articula diferentes tipos de relações sociais de produção.

Terminemos essa análise explicando por quais motivos a expansão material das cidades pode ser realizada sem uma expansão mais proeminente do assalariamento. Uma das principais peculiaridades da formação de mercados de trabalho em São Paulo e no Rio de Janeiro diz respeito ao fato da expansão econômica dessas cidades não requerer necessariamente a generalização dos mercados de trabalho e nem a expansão mais proeminente do assalariamento. A entrada do fator trabalho no circuito mercantil não era uma condição essencial para a produção da riqueza. A única condição da expansão do emprego era que o trabalho fosse barato e abundante. Os embriões de mercados de trabalho ainda não contavam com condições para imprimir sua lógica sobre a sociedade. Representavam mais uma estrutura acessória da acumulação de riqueza do que uma estrutura essencial para que ela

viesse a ocorrer. Esse argumento nos ajuda a compreender as dimensões limitadas tomadas pela constituição de relações sociais capitalistas nas cidades.

A indústria é um exemplo concreto desse argumento. Ela representava a principal morada das relações sociais capitalistas nas duas cidades estudadas durante as primeiras décadas do século XX. A expansão desse setor não era explicada apenas pelo crescimento dos mercados regionais, e sim através das duas dinâmicas propriamente urbanas de expansão econômica, ambas ligadas ao capital comercial. Ou seja, o elemento essencial na formação do capital nas duas cidades fora o investimento produtivo. Esse é o argumento que explica o crescimento da manufatura nas primeiras décadas do século passado e as limitadas dimensões tomadas pelo assalariamento. Tanto é que o sucesso de uma fábrica, nessa época, não passava pela promoção do assalariamento, e sim pela sua capacidade em obter matéria prima barata, de incorporar trabalho barato e produzir em grande escala. A lucratividade era obtida através de operações mercantis.

## 1.2. MERCADO DE TRABALHO E CLASSE TRABALHADORA: DUAS DIMENSÕES DE UM MESMO PROCESSO

A formação de um mercado de trabalho é necessariamente um processo de crise. Utilizamos essa palavra pelo fato dela possuir uma origem etimológica que remete a separação. São processos que requerem algum tipo de expropriação prévia de um modo de produção e reordenação dentro de uma nova configuração produtiva.

Na Europa, principalmente na Inglaterra, o desenvolvimento do capitalismo foi um processo doloroso para as pessoas comuns que o viveram na pele. As transformações inerentes à emergência desse modo de produção foram responsáveis por deslocar massas rurais no sentido das cidades e também por transformar radicalmente a experiência do trabalho urbano, que passava a ser desempenhado primordialmente na nova célula produtiva fundamental: a fábrica.

As novas forças sociais e econômicas empurravam uma massa populacional expropriada para um novo modo de produção, ao mesmo tempo em que criava condições para que essa massa permanecesse presa ao novo aparelho produtivo. O avanço das forças

produtivas reestruturou as relações de produção criando a possibilidade de emergência de uma classe social nova e numerosa nos distritos industriais ingleses.

Edward P. Thompson defende que a partir de 1795, ano de aprovação da Speenhamland Law, houve uma profunda separação de classes na Inglaterra. Essa separação foi radical a ponto de podermos afirmar que os trabalhadores foram lançados em um estado de *apartheid social*[71]. Para ele, a formação da classe operária se deu a partir da degradação da condição social e da vida de trabalhadores ingleses situados em variadas situações sociais.

Ruy Braga defende uma hipótese capaz de articular o que Thompson chama de degradação das condições de vida dos trabalhadores com a formação do mercado de trabalho. Para ele, a precariedade é uma decorrência constitutiva e estrutural da mercantilização da força de trabalho[72]. Essa hipótese nos ajuda a pensar não apenas a realidade britânica como também as realidades urbanas estudadas. Em todos esses casos notamos que a gestação do mercado de trabalho urbano foi acompanhada pela expansão de regimes de trabalho aviltantes.

Seguindo linhas de raciocínio congruentes, Karl Polanyi[73] e Robert Castel[74] afirmam que a condição salarial surgiu na história como uma brutal degradação social, representada pela expansão do pauperismo e da miséria nas cidades. Tanto um quanto outro passavam a ser fenômenos sociais de massa que se espalhavam pela sociedade durante os processos de formação de mercados de trabalho na Europa. Wilson Barbosa nos lembra que, no século XIX, Fourier via o salário como a medida exata do processo de empobrecimento do operário[75]. O aumento da pobreza encontrou nesse contexto, então, uma vertente material e outra social.

Esse panorama de degradação nas primeiras cidades industriais europeias foi uma contrapartida social do desenvolvimento do capitalismo. Mais especificamente a apropriação privada do excedente do trabalho por parte dos proprietários dos meios de produção. A mercantilização da força de trabalho e o impulso tomado pela atividade industrial representaram novas oportunidades para a extração de mais trabalho da produção.

Para Eric Hobsbawm, a década de 40 do século XIX, na Grã-Bretanha, deve ser encarada como a década da fome. Esse conjunto de anos apresentou uma tendência que viria a se aprofundar ao longo desse século: o empobrecimento das classes subalternas e o

---

[71] THOMPSON, E. P. *A formação da classe trabalhadora inglesa.* São Paulo: Paz e Terra, 1987, livro I, p. 196.
[72] BRAGA, Ruy. *A política do precariado.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 18.
[73] POLANAYI, Karl. *A grande transformação*. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 79.
[74] CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social.* Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 285.
[75] BARBOSA, Wilson do Nascimento. *A acumulação de capital no Brasil.* Disponível em: <http://nepheusp.googlepages.com/AACUMULAODECAPITALNOBRASIL.pdf>. Acesso em abr. 2013.

enriquecimento das classes médias e altas[76]. A extração de renda era clara em um contexto econômico que primava pelo investimento produtivo e que não dependia do consumo da classe trabalhadora para se reproduzir, ainda mais se levarmos em consideração o fato da economia britânica, desse contexto, ter sido caracterizada por sua orientação exterior.

A emergência do capitalismo transformava radicalmente a vida das pessoas comuns. As parcelas subalternas da sociedade passavam a perder seus antigos estilos de vida, sem que nada satisfatório fosse colocado no lugar[77]. A desarticulação do trabalho foi grande. Uma considerável parcela produtiva da população urbana, dentre a qual podemos destacar os artesãos, estava ameaçada. Encontravam-se numa posição frágil, pois a maquinaria poupava trabalhadores e inaugurava formas de produção muito baratas.

As transformações agrupadas em torno do que chamamos de processo de *modernização*, como a expansão do emprego urbano e o surgimento de novas atividades urbanas, foram qualitativamente diferentes das que marcaram a afirmação do modo de produção capitalista na Inglaterra. Contudo, há similaridades quanto às implicações sociais de ambos os processos.

A *modernização* dessas formações sociais teve como consequência social a gestação da *questão social* nas cidades estudadas. Entendemos por *questão social* a disseminação da pobreza e a intensificação dos conflitos nas cidades em vias de *modernização* do começo do século XX. Ambos os esboços de mercados de trabalho foram responsáveis por disseminar variadas situações de classe. Além disso, a própria situação de penúria na qual se encontravam os estratos subalternos da classe trabalhadora dava tonalidades tensas à existência dos grupos sociais que eram objetos de proletarização.

A expansão do emprego foi responsável por disseminar variados tipos de regimes de trabalho. Esses regimes variavam no que tange ao seu grau de precarização. O grau de precariedade das condições de trabalho variava de acordo com a qualificação técnica dos trabalhadores. Se nos concentrarmos nos espaços mais precários do mercado de trabalho, poderemos verificar que as experiências de trabalho ali socializadas estavam relativamente próximas daquelas comumente vivenciadas por escravos. Menciono esse argumento pensando no fato do trabalho industrial, principalmente no setor têxtil do começo do século XX, ter sido caracterizado por tarefas repetitivas, pela vigilância, pelo controle estrito dos contramestres e,

---

[76] HOBSBAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 80.
[77] Ibidem, p. 85.

sobretudo, pela imposição de longas jornadas de trabalho. O operário nascia como um pária no processo de *modernização econômica* de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A precariedade e o subemprego deram tons estruturais a expansão das relações sociais capitalistas nessas cidades. Trata-se de uma situação comum nos momentos iniciais do crescimento industrial e da mercantilização da força de trabalho. A questão social gestada nas cidades deve ser compreendida a partir da *condição proletária* nas duas cidades estudadas.

A *condição proletária* era a forma dominante que unificava a vida dos trabalhadores das cidades, já inseridos em um contexto classista. Essa condição fora caracterizada pela remuneração dada em níveis muito próximos da mera reprodução do trabalhador, pela ausência de regulação das condições de acumulação e pela alta rotatividade do trabalho. Ela pressupunha uma modalidade de relação entre o trabalho e sociedade marcada pela quase exclusão do trabalhador do corpo social[78].

Classe trabalhadora e mercado de trabalho são formados a partir de processos distintos, mas interligados pelo desenvolvimento regional do capital. Embora ambos sejam alimentados pelo crescimento demográfico e pela expansão do emprego nos ambientes urbanos, principalmente pela maior amplitude ali tomada pela experiência do trabalho manufatureiro, não podemos analisá-los como se eles fossem consequências naturais ou óbvias da expansão das novas atividades econômicas urbanas. Não estamos diante de uma consequência mecânica da formação do capital, e sim de processos que se desenrolam historicamente articulando a vida das pessoas comuns.

A primeira aproximação a ser feita com o objetivo de relacionar esses dois conceitos ao longo da República Velha diz respeito à necessidade de tratar ambas as categorias a partir de pontos de vista regionais. O regionalismo deu tons às transformações em curso nesse contexto. As dinâmicas de expansão material da economia eram distintas e os tecidos manufatureiros limitados geograficamente às respectivas cidades. A consequência natural disso foi a formação também fragmentada da classe trabalhadora. Se a formação do capital estava separada por localismos, consequentemente as classes submetidas à exploração também levavam consigo essa marca.

Entendemos que a classe trabalhadora das duas cidades estudadas era composta pelo conjunto de trabalhadores ali residentes, independente da atividade exercida ou de sua inserção em relações sociais de produção tipicamente capitalistas. Os mercados de trabalho em vias de gestação eram limitados e incompletos. Só podemos falar em mercado de trabalho

---

[78] CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social.* Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 415.

genuinamente capitalista no Brasil durante a Era Vargas, devido a instituição das leis sociais que formalizaram o trabalho industrial e, principalmente, ao aprofundamento do processo de desenvolvimento capitalista concentrado em São Paulo, capaz de articular um fluxo de mão de obra nacional[79]. Estamos diante de um esboço de mercado de trabalho. Trata-se de uma estrutura ainda intermitente responsável por alocar uma parte da mão de obra via mercado.

Já os processos de formação de classe trabalhadora caminhavam paralelamente em São Paulo e no Rio de Janeiro para além da existência de um mercado de trabalho genuinamente capitalista. No Rio de Janeiro esse processo teve inícios ainda no século XIX e a experiência da exploração do trabalho escravizado e do livre, nessa cidade, fora fundamental para delinear as linhas maiores do processo formativo da classe operária no Rio de Janeiro. No final do século XIX, pelo menos um terço da mão de obra empregada na indústria era composta por negros e mestiços[80]. Já em São Paulo tal processo só veio a ganhar corpo de fato no começo do século XX. Seu substrato social foi preenchido através das levas de imigrantes que vieram inicialmente para os trabalhos na lavoura cafeeira.

A formação de um genuíno mercado de trabalho no Brasil se deu após o processo de formação da classe trabalhadora, a qual apareceu em tais espaços urbanos sob a forma de segmentos de classe. O componente estrutural da formação da classe trabalhadora foi o novo tipo de conflito fomentado nos ambientes urbanos mais efervescentes. Conflitos ensejados por situações de classe criadas nos limites imprecisos de tais mercados de trabalho ainda incompletos. Não há, portanto, uma relação de estrita causalidade entre generalização de um mercado de trabalho com a formação da classe operária.

Esse descompasso entre o processo auto-formativo da classe operária e a consolidação do mercado de trabalho também se deu na Grã-Bretanha. Edward Thompson, principal estudioso da formação da classe operária inglesa, afirma que o processo formativo da classe trabalhadora se desenvolveu entre 1780 e 1830. Ou seja, o marco final desse processo está situado nos anos anteriores ao movimento cartista. O fundamental para esse historiador é o fato de nesse contexto já existir um sindicalismo geral e uma cultura de luta contra a enriquecida classe média na Inglaterra[81].

---

[79] BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação de Mercado de Trabalho no Brasil.* São Paulo: Alameda, 2008, p. 251.
[80] KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 107.
[81] THOMPSON, E.P. *A formação da classe trabalhadora inglesa.* São Paulo: Paz e Terra, 1987, livro III, p. 127.

Já o mercado de trabalho passou a existir naquela nação, segundo Karl Polanyi, após a promulgação da Lei dos Pobres e de sua reinterpretação, em 1834[82]. Até esse momento, a assistência do Estado estava ancorada na Speenhamlad Law, que instituía um sistema de abonos que previa um complemento à renda dos trabalhadores baseado no preço do pão, além de diversas formas de auxílios materiais aos que passavam necessidades. Esse sistema possibilitava que os gastos com salários por parte dos empresários fosse comprimido, uma vez que a assistência social poderia se incumbir de garantir a reprodução do trabalho. Independentemente disso, a partir de 1834 já não passa a existir mais meio de segurança social na Inglaterra. Os gastos com o assistencialismo foram drasticamente reduzidos e a repressão passou a ser o elemento fundamental na relação entre o Estado e a população que vivia à margem do mercado de trabalho[83]. A partir desse momento entrou em vigor o mecanismo da livre oferta de mão de obra no mercado.

Foram profundas as diferenças entre os caminhos históricos de formação do capital no centro e na periferia. Jacob Gorender[84] acredita que a conjuntura formada pela abolição e pela proclamação da república tenha sido uma revolução burguesa concentrada. Para ele, a formação urbana do capital seria a formação de um modo de produção capitalista que se formava dentro de um modo de produção maior, baseado na agroexportação. Não partilhamos desse ponto de vista. Por isso utilizamos o conceito de *modernização.* É diante desse processo que nascera a acumulação industrial, submetida a um tipo de acumulação de riqueza que ainda traria o capital mercantil como força hegemônica. Essas, por sua vez, seriam o que chamamos por dinâmicas regionais de formação do capital.

A Inglaterra passou por um processo de intensificação da formação do capital a partir do terceiro quartel dos oitocentos com o aprofundamento da produção industrial em ramos intensivos em tecnologia, responsáveis pela emergência de um setor industrial cuja finalidade era a produção de bens de capital. Essa é a forma mais bem acabada e madura da produção capitalista. Esse novo contexto possibilitou a formação de um sistema industrial verticalmente integrado e tecnologicamente dinâmico.

Essa estrutura era muito diferente da realidade brasileira da Primeira República, marcada pela expansão da manufatura produtora de bens de consumo leves. A indústria e os serviços urbanos modernos formavam uma fina camada superficial em ambas as economias.

---

[82] POLANYI, Karl. *A grande transformação.* São Paulo: Elsevier/Campus, 2012, p. 99.
[83] HOBSBAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 80.
[84] GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial.* 5. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2011, p. 610-613.

Apesar das diferenças qualitativas e temporais, alguns aspectos nos permitem tecer breves comentários comparativos entre o desenvolvimento manufatureiro ocorrido na Inglaterra durante a primeira metade do século XIX com os do Brasil do começo do século XX. De antemão, lembremo-nos do alerta deixado por Eric Hobsbawm a respeito do fato daquela Grã-Bretanha em ebulição também ser uma máquina de tradicionalismos[85]. Se o panorama manufatureiro da região de São Paulo e do Rio de Janeiro no período estudado era marcado pela presença de algumas chaminés rodeadas por muitas oficinas e tantos pequenos estabelecimentos, o inglês não era radicalmente diferente ao longo de seu século XIX. Tanto os avanços industriais das cidades brasileiras estudadas, quanto os típicos da primeira fase da expansão do capitalismo inglês estiveram concentrados nos ramos leves, que eram compatíveis com a produção em pequenas oficinas, nas quais trabalho artesanal ainda se impunha como regra geral.

A estrutura manufatureira das regiões estudadas no início do século passado era pequena e predominantemente artesanal. Claudio Batalha menciona um relatório escrito no Brasil por Arthur H. Redfield a pedido do departamento de comércio norte-americano entre 1913 e 1920 que afirma que nesse período o Brasil contaria com quatro mil fábricas de sapatos, das quais apenas 116 empregariam mais de 12 pessoas[86]. Esse não é um censo oficial e nem sabemos qual foi a metodologia utilizada por Redfield para arrolar as empresas. Encontramos nos censos oficiais uma indústria de calçados muito maior do que essa retratada pelo funcionário do governo dos Estados Unidos, mas consideramos que esse documento é exemplar para pensarmos o quão pequeno, local e restrito é nosso objeto de estudo diante do conjunto da economia brasileira, marcadamente rural. Mas nossa questão primordial gira em torno do fato de que o trabalho em pequenos estabelecimentos e suas inerentes formas de produção de pequena escala também terem sido importante na Inglaterra durante a Revolução Industrial.

Até a Primeira Guerra Mundial o capitalismo se desenvolveu na Europa em ritmos muito variados de região para região. Sem contar que seus avanços se deram sempre em um sentido mais cumulativo do que a partir de grandes rupturas. O capitalismo industrial britânico se desenvolvia sem exigir a mecanização completa da produção. Segundo Geoff Elley, os rumos do desenvolvimento inclusive a teriam evitado. Esse autor ressalta as permanências do trabalho manual qualificado e a reinvenção de novas formas de produção em

---

[85] HOBSBAWM, Eric, *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 7.

[86] BATALHA, Claudio. *Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 8.

pequena escala. Essa reelaboração de formas artesanais e manufatureiras eram capazes de mesclar diferentes tipos de trabalho, dentre os quais estava o artesanal[87]. O panorama do mundo do trabalho nos principais centros industriais era marcado por esses arranjos de diferentes formas de produzir, nos quais a artesanal ainda se fazia fundamental. O mundo da produção do centro do capitalismo era marcado essencialmente pela heterogeneidade, já que integrava plantas industriais mecanizadas de grande dimensão a pequenas oficinas, tecnologias manuais e formas de produção de pequena e media escalas.

Portanto, o predomínio de pequenos estabelecimentos e a permanência do trabalho manual nos casos brasileiros não sugere que devamos subestimar o papel do contexto urbano brasileiro de formação tardia do capital, nem tampouco desvalorizar as transformações ocorridas na esfera do trabalho e das atividades urbanas pelas quais passavam as regiões selecionadas.

Os artesãos continuaram sendo as peças chaves da produção e também das formas políticas da expressão da consciência de classe na Inglaterra dos finais do século XIX. Os estudos de E. P. Thompson voltam para os finais do século XVIII para recuperar o processo de auto-formação da classe operária da Inglaterra, contexto no qual a mecanização da produção era ainda muito limitada e os agentes sociais envolvidos no processo nem eram operários fabris típicos. Sendo assim os artesãos foram agentes históricos fundamentais na formação da classe trabalhadora. Analisando o movimento operário inglês em retrospectiva, chegamos à conclusão de que os artesãos representaram a vanguarda política e social do Radicalismo e também do Cartismo. Foram importantes, inclusive, no movimento do Novo Sindicalismo, dos anos 70 do século XIX, apesar de a essa altura já não estarem mais na vanguarda dos movimentos políticos.

Os processos de formação da classe trabalhadora de São Paulo e do Rio de Janeiro, como também seus respectivos movimentos operários das primeiras décadas do século XX, também tiveram os artesãos como agentes fundamentais. Diferentemente da Europa do século XX, a manufatura intensiva em trabalho continuou a dar a tônica do desenvolvimento industrial ocorrido no Brasil nesse mesmo período. O ramo manufatureiro mais mecanizado no Brasil era o têxtil. Mas esse ramo tradicional compunha o chão material das classes trabalhadoras das regiões de São Paulo e do Rio de Janeiro ao lado de atividades nas quais o trabalho manual era a norma, como o da construção civil, da indústria de alimentos, de calçados, de chapéus, de metal-mecânicos, gráfico etc.

---

[87] ELLEY, Geoff. *Forjando a Democracia:* a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002 , p. 76

Em termos estruturais, a formação da classe trabalhadora requer apenas a subsunção real do trabalho no que tange à modificação das relações sociais de produção, ou seja, o controle do tempo e das condições de trabalho por parte do capital. Portanto, a experiência do trabalho em grande indústria não é um pré-requisito para a formação do operariado. O pré-requisito necessário é o trabalho produtivo, aquele que produz mais valia e existe para que seja feita a constante valorização do capital.

Dentro de um contexto de proletarização do trabalho manual, coube a esses trabalhadores, dos quais muitos eram artesãos, defender seu ofício e colocar limites ao desejo desenfreado de extração de excedente dos empregadores. A distinção dos operários especializados em relação aos sem qualificação foi marca desses movimentos operários, tanto no Brasil quanto na Europa. Nos casos estudados, os imigrantes tiveram muitas dificuldades em organizar o trabalho precário Além desse componente de conflito intraclasse operária, no Brasil havia também a clivagem da nacionalidade e, principalmente, a racial. O preconceito racial esteve presente, uma vez que muitos trabalhadores qualificados representavam seus ofícios em contraposição com o trabalho escravo, que por sua vez era considerado vexatório.

## 1.3. DESIGUALDADE ESTRUTURAL E DIVERSIDADE DE SITUAÇÕES DE CLASSE

Se procuramos relacionar mercado de trabalho com as formas de poder exercidas no âmbito do movimento político do operariado, devemos nos debruçar sobre a contribuição teórica de dois importantes sociólogos do trabalho marxistas: Erik Ollin Wright e Claus Offe.

O primeiro autor é fundamental para qualquer estudo que procure relacionar o mercado de trabalho com as formas de poder exercidas pelos trabalhadores. Para ele, a classe trabalhadora disporia de duas formas distintas de poder: o poder de associação e o poder estrutural[88]. O poder de associação faz referência às formas de poder e pressão que emanam da organização coletiva dos trabalhadores. Já o poder estrutural seria conferido aos trabalhadores a partir da posição ocupada dentro da estrutura econômica. Essa forma de poder se divide, por sua vez, em outras duas: o poder de barganha dentro do mercado e o poder de barganha no local de trabalho. Levar em consideração o mercado de trabalho é fundamental

[88] WRIGHT, Erik Ollin. *Working Class Power, capitalists-class interest and State compromise*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

para trabalharmos com ambas as subdivisões do poder estrutural dos trabalhadores. O poder de barganha de mercado é uma resultante de parcelas do mercado de trabalho marcadas por restrições, como escassez de habilidade, alta procura por trabalho especializado, capacidade dos trabalhadores de poderem ficar fora do mercado de trabalho e níveis baixos de desemprego. Já o poder de barganha no local de trabalho diz respeito à localização dos trabalhadores em atividades estratégicas consideradas fundamentais para o circuito de acumulação de capital[89].

O aprofundamento da industrialização acaba tendo como consequência o enfraquecimento do poder de barganha de mercado se a tecnologia empregada na produção caminhar no sentido de nivelar tecnicamente o trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias. Por outro lado, esse aprofundamento pode contribuir para o crescimento do poder associativo e o de local de trabalho dos operários. Esse quadro é bastante comum na produção fordista.

Para os casos brasileiros estudados, o poder de barganha de mercado parece ter sido mais importante. A escassez generalizada de qualificação do trabalho em setores marcados pelo crescimento constante fez com quem alguns segmentos do mercado de trabalho obtivessem mais vantagens relativas e obtivessem vitórias sociais mais significativas do que outros, menos especializados. Esses trabalhadores qualificados conseguiram impor limites as condições de acumulação. O exemplo maior a ser citado é o dos trabalhadores da construção civil, que logo nos inícios do século XX já haviam conquistado a jornada de oito horas de trabalho. O fato do trabalho de pedreiros e canteiros requerer um tipo escasso de qualificação dentro de uma atividade que se expandia vertiginosamente sem disseminar sua forma industrial conferiu mais poder de barganha de mercado para essa parcela do operariado.

O poder de associação foi importante para as associações de trabalhadores inseridos nos espaços do mercado de trabalho já marcados pela forma de produção típica da grande indústria. Falamos basicamente da produção de tecidos e de parcelas mais dinâmicas dos setores alimentício, metalúrgico e de vestuário. A experiência do trabalho em fábricas propriamente ditas fora caracterizada pela mecanização da produção e pelo emprego de muitos operários no processo produtivo. Essa concentração operária favorecia a resistência operária e a formação dos primeiros grandes sindicatos das duas cidades.

Outra aproximação possível entre mercado de trabalho e as lutas sociais dos trabalhadores é indicada nos estudos de Claus Offe. Esse sociólogo parte do pressuposto de

---

[89] WRIGHT, Erik Ollin. *Working Class Power, capitalists-class interest and State compromise*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 962.

que o mercado de trabalho é uma instituição que abriga as formas fundamentais de relações de poder das sociedades modernas. A interação assimétrica entre demanda e oferta de trabalho geraria formas de poder diferenciadas que se manifestariam na sociedade em formas de oposição e de adaptações forçadas, principalmente por parte dos trabalhadores[90]. As relações entre oferta e demanda por trabalho são vistas, por esse autor, através da chave da assimetria estrutural. Esse caráter assimétrico é imputado pelo fato do trabalho estar submetido à dependência do mercado, da tecnologia economizar trabalho e pelo fato dos trabalhadores não possuírem meios de controle da quantidade e qualidade da mão de obra oferecida no mercado.

No Brasil, a assimetria entre oferta e demanda por trabalho foi imensa. A oferta de mão de obra no mercado teve a imigração como vetor constante. A imigração manteve uma relação contraditória com as lutas operárias. Se por um lado ela ajudou a organizar as lutas dos trabalhadores, irrigando os nascentes mercados de trabalho com trabalhadores com potencial combativo adquirido em outros contextos sociais; por outro, ela agiu indiretamente no sentido de diminuir o poder de barganha do operariado, uma vez que o trabalhador poderia ser substituído no processo produtivo com muita facilidade. Tanto é que sua cessação tornou-se, inclusive, pauta operária em São Paulo já nas primeiras décadas do século XX.

A maior parte da oferta de mão de obra no mercado dizia respeito ao trabalho não qualificado. A incipiente formação de capital industrial nas cidades estudadas fora marcada pelo ingresso de mulheres e crianças no processo produtivo. Esses trabalhadores sem qualificação integravam os estratos mais precários do mercado de trabalho. Diferentemente dos trabalhadores qualificados, esses eram capazes de empreender estratégias de mercado para normatizar a as condições nas quais desenvolviam seus ofícios. Eles formavam a parcela da classe trabalhadora mais vulnerável a sofrer as pressões por adaptações às novas condições de acumulação que eram promovidas nas cidades.

Os mercados de trabalho sobre os quais refletimos eram pequenos, tinham pouca capilaridade social. Ou seja, o grande contingente de trabalhadores não assalariados que representava uma pressão em potencial sobre o mercado de trabalho foi uma característica estrutural nas primeiras décadas do século XX.

Outros aspectos fundamentais foram: a situação intermitente no emprego e seu alto grau de rotatividade. Devemos ressaltar que o "estar empregado" era muito mais exceção do que regra para as classes subalternas nesse contexto histórico. Muitos postos de trabalho eram

---

[90] OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado.* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 25.

eventuais e precários, como era o caso dos trabalhadores da estiva, que dependiam da demanda diária proveniente dos portos para receber alguma remuneração.

O trabalhador poderia perder seu emprego caso o estabelecimento empregador fosse à falência ou passasse a operar com capacidade ociosa. Os estabelecimentos poderiam ser obrigados a fechar suas portas ou a reduzir a massa salarial diante de qualquer contexto adverso. Não estamos falando de nada incomum para a época, quando a manufatura costumava operar com capacidade ociosa. De maneira geral essas formações sociais contavam com regimes de trabalho transitórios e rarefeitos.

O trabalho qualificado convivia com o precário nos mercados de trabalho em gestação em São Paulo e no Rio de Janeiro. Essas posições distintas no mundo do trabalho dotavam os trabalhadores de estratégias diferentes de resistência. Operários especializados com melhores posições no mercado podiam se proteger com mais êxito das incertezas e instabilidades sociais advindas da mercantilização da força de trabalho. A qualificação de sua mão de obra favorecia o deslocamento de diferenciais de poder das diferenças de poderes para o lado da demanda[91], possibilitando que esses trabalhadores obtivessem sucesso em impor limites à exploração de sua força de trabalho. Já aqueles trabalhadores facilmente substituíveis no mercado de trabalho eram objetos das mais altas taxas de exploração. Além disso, eram estruturalmente pressionados pela concorrência promovida pelo excesso de mão de obra no mercado.

As disparidades de qualificação da força de trabalho são utilizadas pelos empregadores à sua maneira no jogo político do mercado de trabalho. A parcela dos trabalhadores desprovida de qualificação técnica era obrigada a se inserir nas atividades mais instáveis e a se adaptarem às condições impostas pela fome de exploração do capital[92]. Por isso, estavam fadados a estarem mais desprotegidos em um mundo que promovia formas exageradas de instabilidade para a população pobre.

A formação de mercados de trabalho nas cidades representou a constituição de novas experiências sociais vivenciadas pelos trabalhadores urbanos. Diante de dinâmicas regionais de expansão material, tais mercados disseminavam regimes de trabalho diferenciados e marcadamente precários para uma população que encontrava dificuldade em garantir a reprodução de sua existência independente da integração no processo produtivo. Essa experiência, determinada pelo movimento da diversificação de atividades urbanas, passou a contar com uma característica em comum: a *insegurança estrutural*.

---

[91] OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado.* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 46.
[92] Ibidem, p. 50.

Formas de insegurança, como vimos, são inerentes ao próprio assalariamento, ainda mais em seu estágio embrionário. O próprio emprego era marcado por uma situação de intermitência. Esses regimes de trabalho precários, por sua vez, potencializavam essa insegurança, imputando aos trabalhadores diversos riscos intrínsecos a essas novas atividades. Pela primeira vez na história brasileira, riscos ligados à instabilidade do mercado eram repassados ao trabalho sob a forma de rebaixamento salarial e da própria exclusão temporária do processo produtivo.

# 2. DINÂMICAS REGIONAIS E FORMAÇÃO DO CAPITAL EM SÃO PAULO E NO RIO DE JANEIRO

Este capítulo tem por objetivo expor como a historiografia analisou as dinâmicas regionais de expansão econômica que proporcionaram as transformações sociais em curso em São Paulo e no Rio de Janeiro entre a última década do século XIX e as primeiras do século XX. Concentrar-nos-emos basicamente nas trajetórias de formação do capital industrial, devido ao fato desse setor econômico ter sido importante na constituição e na expansão do assalariamento em ambas as cidades.

Para tanto, buscaremos recompor um paradigma interpretativo da história econômica brasileira representado pelas interpretações clássicas de Caio Prado Jr.[93] e de Fernando Novais[94]. Voltaremos a esse paradigma pelo fato dele ter servido como alicerce para os estudos realizados na Escola de Economia da Unicamp entre meados dos anos 1970 e a década de 1980 acerca da formação e das características tomadas pelo capitalismo no Brasil. Dentre esses estudiosos, podemos citar Wilson Cano[95], João Manuel Cardoso[96] de Mello e Sérgio Silva[97].

Esses autores analisaram a expansão industrial de São Paulo através da relação café-indústria. Essa linha interpretativa era aplicada aos momentos iniciais da história industrial do Rio de Janeiro. A decadência da economia cafeeira do Vale do Paraíba fluminense serviu, inclusive, como argumento para as explicações acerca do maior dinamismo da expansão manufatureira paulistana em relação a do Distrito Federal.

Na mesma década, uma revisão historiográfica foi promovida por Eulália Lobo[98], Maria Bárbara Levy[99] e Sérgio Lamarão[100]. Os estudos desses historiadores desvincularam a expansão industrial do Rio de Janeiro do setor exportador da economia. Segundo eles o capital mercantil teria tido papel preponderante na diversificação das atividades urbanas do

---

[93] PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
[94] NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).* 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2005.
[95] CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* 4. ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998.
[96] MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio.* 11. ed. Campinas: Edições Facamp, 2009.
[97] SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* 8. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995
[98] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro* – do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
[99] LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
[100] Cf. LAMARÃO, Sérgio T. Niemeyer. *A Energia Elétrica e o Parque Industrial Carioca (1880-1920).* 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, UFF, 1997.

Distrito Federal. Essas diferentes dinâmicas regionais de formação do capital serão tratadas respectivamente nas segunda e terceira seções deste capítulo.

Na última seção, buscaremos contextualizar essas economias na fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação britânico[101]. Acreditamos que as características inovadoras do terceiro ciclo sistêmico de acumulação de capital colocaram novas potencialidades para a expansão material nos espaços econômicos mais dinâmicos da periferia.

## 2.1. PARADIGMAS INTERPRETATIVOS DA REALIDADE ECONÔMICA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DE CAPITAL NAS CIDADES MAIS DINÂMICAS DO CENTRO-SUL DO BRASIL

Partimos do princípio de que a economia-mundo capitalista mostrou-se capaz de articular zonas econômicas do globo marcadas por diferentes formas de produção em prol do esforço de acumulação de riquezas. Até o século XIX, o sistema global foi orquestrado pela forma mercantil do capital, responsável por organizar diversas formações sociais caracterizadas pelas mais variadas formas de relações sociais de produção.

Pensadores como Fernand Braudel[102], Giovani Arrighi[103] e Immanuel Wallerstein[104] trabalham com uma concepção de capitalismo que privilegia o funcionamento das largas redes comerciais e das finanças na organização das economias-mundo. Para eles, o capitalismo seria uma superestrutura econômica dominada por grandes comerciantes e financistas que atuariam na economia-mundo a partir de seu centro. Esse sistema seria interligado por zonas hierárquicas que se prolongariam do centro, um gânglio financeiro, até as zonas periféricas, cuja inserção na economia-mundo seria marcadamente desvantajosa.

O Brasil passa a participar do sistema mundo no século XVI, após a conformação de um tráfico intenso de açúcar dirigido para o centro do sistema. Seu espaço de formação foi o mundo atlântico, responsável por unificar as zonas produtoras do litoral nordestino da

---

[101] ARRIGHI, Giovani. *O Longo Século XX.* São Paulo: Unesp/Contraponto, 1994, cap. 3.
[102] BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo.* Volume III. O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
[103] ARRIGHI, Giovani, op. cit.
[104] WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II:* Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750. New York: Academic Press, 1980.

América Portuguesa às zonas criatórias de escravos da África[105]. Portugal servia como um entreposto entre a produção e a realização do produto no Velho Mundo. Assim se daria a inserção primeira do Brasil no contexto internacional moderno.

Para Wallerstein, a partir de então a América Portuguesa passa a fazer parte do sistema mundo. É bastante claro que a concepção teórica desse autor não se preocupa com a forma da produção em si. Para ele, o capitalismo histórico seria responsável por compor uma articulação das mais diversas formas de trabalho a partir da circulação dos gêneros produzidos por tão distintas relações sociais de produção. O trabalho, então, é visto como um fator de cálculo da produção cuja consideração recairia sobre a disponibilidade e o custo[106].

O Brasil teria uma participação dentro das traves mestras do capitalismo histórico, mas sua forma de integração no sistema - como câmara de compensação do comércio lusitano - o colocaria numa posição passiva dentro desse mesmo sistema. Haveria participação, mas não agência, uma vez que o *locus* do capitalismo estaria concentrado nas cidades articuladoras da economia-mundo, como as cidades-estados italianas e depois Amsterdã.

Caio Prado Jr. inaugurou um tipo de marxismo no Brasil que se afastava de interpretações etapistas muito comuns em sua época. Seu estilo peculiar de interpretar a história brasileira se aproxima bastante da forma como Braudel ou Wallerstein entendiam o papel da periferia no sistema mundial.

A concepção de capitalismo desse marxista obviamente diferia da de Wallerstein. Contudo, sua tese a respeito da formação de uma sociedade colonial no Brasil e de seu papel na economia internacional é razoavelmente parecida com a desse sociólogo. Para Caio Prado, a gestação de uma colônia produtora de açúcar no seio da América Portuguesa representaria a formação de uma estrutura socioeconômica bastante peculiar dentro de um sistema capitalista em vias de formação. A colônia é encarada por ele como a forma de participação do Brasil nesse sistema, cuja existência deveria se dar necessariamente em função do comércio europeu[107]. Dessa forma, Caio Prado Jr. busca a compreensão da totalidade dessa realidade colonial a partir do comércio. A troca representaria mais do que o elo entre a parte e a totalidade do sistema - seria a forma através da qual o centro imporia o sentido à periferia colonial do sistema. Haveria, então, uma inversão de preponderância da produção para a circulação, colocada pela própria concretude da história.

---

[105] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.35.
[106] WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p. 20.
[107] PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 29.

O Brasil é encarado por esse historiador como uma vasta empresa comercial destinada a produzir gêneros tropicais para vitaminar o comércio europeu[108]. Os aspectos exógeno e espoliativo formariam os determinantes da história brasileira As questões que fundamentariam tanto as ações dos agentes históricos preponderantes quanto a organização da formação social diriam respeito primordialmente ao sentido da colonização. Consequentemente, a dinâmica da economia colonial seria fomentada pela demanda europeia por gêneros tropicais.

Fernando Novais é outro historiador que caracteriza a colônia portuguesa através de suas vinculações comerciais com a Europa. Para ele, a obra colonizadora portuguesa e sua inerente aproximação com a escravidão representam a participação portuguesa na transição do feudalismo para o capitalismo. Novais já trabalha claramente com a noção de modo de produção capitalista, que estaria, por sua vez, em vias de desenvolvimento no continente europeu. A seu ver, o Brasil teria participado da formação desse modo de produção, amadurecido no século XIX com a Revolução Industrial, a partir de Portugal até o início do século XIX. A agência histórica caberia mais uma vez as nações europeias, dentre as quais Portugal aparece como um intermediário mercantilista de um sistema comercial maior. Seguindo a tese de Eric Williams[109], Novais destaca que o *Antigo Sistema Colonial* teria sido, então, uma das engrenagens principais da acumulação primitiva de capitais colocada em movimento em algumas regiões da Europa[110].

Tanto autores clássicos cuja matriz teórica parte do marxismo quanto pensadores ligados à noção de capitalismo histórico enfatizariam tais determinantes exteriores. A questão que nos interessa nesse capítulo está na reflexão acerca das possibilidades de formação do capital, enquanto modo de produção, no Brasil, um país periférico cuja participação no sistema capitalista ao longo de três séculos se deu predominantemente através da forma colonial. Definitivamente, as conexões do Brasil com o sistema mundo foram fundamentais para a compreensão das transformações ocorridas na base econômica de alguns espaços econômicos do Brasil no final do século XIX.

Identificamos a formação do capital com as novas atividades urbanas em expansão no começo do século XX, dentre as quais damos peso especial para a indústria devido ao seu potencial de disseminação da relação social capitalista. A formação do capital industrial é

---

[108] PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 36.
[109] WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
[110] NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).* 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 70.

uma antítese da forma colonial tomada pela produção nos setores mais rentáveis da economia brasileira.

Tanto Caio Prado Jr.[111] quanto Celso Furtado[112] ressaltaram o descompasso estrutural colocado no aparelho produtivo brasileiro entre o setor exportador da economia e aquele voltado para o abastecimento doméstico. De acordo com Prado Jr., a existência de uma cisão estrutural entre o setor orgânico, ligado a esse sentido mercantil, e o inorgânico, voltado para atender as necessidades materiais internas. Enquanto o primeiro seria marcado pela pujança e opulência, o segundo seria caracterizado por sua debilidade estrutural. Haveria uma relação de negação entre eles. A expansão do setor orgânico significaria a compressão do inorgânico, por causa da concentração da utilização dos fatores de produção naquele primeiro setor.

Analisando a história econômica do Brasil a partir de uma ótica braudeliana, poderíamos chegar a conclusões muito parecidas com as de Caio Prado Jr.. Tendo em vista as categorias de análise de Braudel, podemos afirmar que o território colonial brasileiro seria caracterizado por uma vida material marcadamente pobre e por enclaves produtivos ligados ao centro da economia-mundo. O estrato intermediário, designado por esse historiador como "economia de mercado", seria pouco avantajado no Brasil. Haveria basicamente o débil setor do auto-consumo e as zonas de *plantation*. Essas últimas responsáveis por promover a acumulação de riqueza nas mãos dos revendedores desse produto na Europa.

Caio Prado Jr. não enxerga grandes momentos de ruptura da forma colonial de produção e de inserção do Brasil no cenário internacional. Pelo contrário, ele procura sempre apontar como as transformações socioeconômicas pelas quais passava o Brasil eram consequências de transformações maiores ocorridas no âmbito do sistema internacional. O capitalismo teria assumido, então, uma forma estranha no Brasil da segunda metade do século XX. Teria sido introduzido de fora e funcionaria a partir de dinâmicas externas, sem bases autônomas[113].

Celso Furtado acompanha o estilo de reflexão de Caio Prado Jr. em muitos aspectos básicos. Considera, inclusive, que a economia brasileira dos oitocentos era incapaz de fomentar um mercado interno e, portanto, de internalizar renda e o centro de decisão econômica em seus próprios limites[114]. Apesar de reconhecer que a principal consequência da crise de 1929 para o Brasil fora a reorientação do eixo dinâmico da economia do centro-sul

---

[111] PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira.* 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 88.
[112] FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editora, 1969, p. 66.
[113] PRADO JR., Caio, op. cit., p. 157.
[114] FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980, p. 177-195.

brasileiro, ele concorda com o fato da economia brasileira ter sido regida por determinantes exteriores até pelo menos meados do século XX[115].

Sobre essas noções básicas desenvolvidas por Furtado e seguindo a linha teórica sistematizada por Novais, pesquisadores da UNICAMP desenvolveram entre as décadas de 1970 e 1980 uma linha interpretativa de análise da formação do capitalismo no Brasil. Wilson Cano[116], Sérgio Silva[117] e João Manuel Cardoso de Melo[118] são os principais nomes responsáveis pela construção dessa vertente historiográfica. Wilson Suzigan considera que esses pesquisadores podem ser agrupados a partir da "ótica do capitalismo tardio" [119].

Essa interpretação parte de uma revisão da doutrina da CEPAL[120]. Nota-se a influência do marxismo tanto em suas formulações teóricas, quanto em sua operacionalização da realidade histórica. O esqueleto argumentativo confirma a tese de Furtado, mas, além de contar com um aporte teórico mais complexo, é marcada por maior densidade histórica.

Fugindo de uma interpretação histórica do Brasil puramente reflexa dos fenômenos exógenos, a estrutura argumentativa dessa corrente destaca os fatores internos e externos que possibilitaram a emergência de um tipo tardio e dependente de capitalismo no Brasil. Esse paradigma recua até a transição do trabalho escravo para o livre no bojo da economia cafeeira do Oeste Paulista. Essa transição teria marcado, no Brasil, a passagem de uma economia colonial escravista para uma economia capitalista baseada na agricultura de exportação entre 1880 e 1920[121].

Diferentemente das zonas de *plantation*, a nova forma de agricultura comercial teria sido dotada de dinamismo suficiente para promover o assalariamento e para empregar tecnologia a serviço da acumulação de riqueza em torno do setor exportador. Falamos basicamente do emprego de máquinas de beneficiamento de café e da instalação das linhas ferroviárias responsáveis por ligar as regiões produtoras ao porto exportador[122].

Em síntese, os autores situados dentro da ótica do capitalismo tardio consideram que houve alterações estruturais entre a região produtora de café do Vale do Paraíba e a do Oeste Paulista. Essas alterações estariam concatenadas não apenas com a nova racionalidade empresarial dos fazendeiros do Oeste Paulista, mas também com a formação de um novo modo de produção em torno do setor exportador da economia, representado não apenas pela

---

[115] FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p 83.
[116] CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* 4. ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998.
[117] SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* 8. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.
[118] MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio.* 11. ed. Campinas: Edições Facamp, 2009.
[119] SUZIGAN, Wilson. *Indústria no Brasil:* origens e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 34.
[120] Ibidem, p. 35-36.
[121] MELLO, João Manuel Cardoso de, op. cit., p. 63.
[122] Ibidem, p. 78-86.

lavoura cafeeira, mas também pelo complexo material erigido em seu entorno. Esse capitalismo tardio seria marcado pela dependência e pela ausência de formas endógenas de expansão, uma vez que seu dinamismo seria dado a partir dos movimentos comerciais do café e da importação de tecnologia necessária para a expansão da produção.

Para Wilson Cano, a nascente indústria estava limitada aos contornos do complexo cafeeiro. Ela seria uma atividade acessória à acumulação cafeeira. Portanto, a expansão industrial seria induzida pelas necessidades colocadas pela acumulação desse complexo. Haveria então uma relação estreita entre o café a indústria em São Paulo durante as primeiras décadas do século XX[123].

A relação café-indústria tornou-se um paradigma para as análises históricas acerca da expansão industrial em marcha não apenas em São Paulo, como também no Rio de Janeiro. O caráter generalizador atribuído à dinâmica da economia cafeeira para a compreensão da expansão industrial ocupou o centro do debate. Dessa forma, a mesma conjuntura do final do século XIX, que uniu a crise da economia cafeeira do Vale do Paraíba fluminense à expansão do complexo exportador paulista, explicaria o dinamismo da indústria paulista e sua estagnação no Distrito Federal.

Entre meados da década de 1970 e a década de 1980, os estudos de historiadores cariocas desvincularam a experiência de formação de capital ocorrida no Rio de Janeiro dos finais do século XIX dessas supostas raízes cafeeiras. As pesquisas de Eulália Lobo[124], Maria Bárbara Levy[125] e Sérgio Lamarão[126] mostraram que o dinamismo da manufatura da cidade do Rio de Janeiro estaria assentado em uma dinâmica fomentada pela atividade comercial residente na capital do país.

Tendo em vista o século XIX como um todo, pode-se afirmar que a atividade comercial teve mais importância que o café para a economia carioca. A produção cafeeira inclusive mantinha relações de submissão com a praça mercantil carioca[127]. Além disso, a conjuntura de decadência do tráfico atlântico de escravos da produção cafeeira fluminense fora acompanhada da expansão do capital mercantil carioca. A pujança desse setor econômico

---

[123] CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* 4. ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998, p. 44.

[124] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro* – do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

[125] LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

[126] Cf. LAMARÃO, Sérgio T. Niemeyer. *A Energia Elétrica e o Parque Industrial Carioca (1880-1920).* 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, UFF, 1997.

[127] FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 243.

foi importante no processo de diversificação econômica pela qual passou a economia do Distrito Federal após 1890.

A partir das críticas dos historiadores do Rio de Janeiro diante do enquadramento dos avanços industriais cariocas sobre a mesma dinâmica paulista surgiu um debate acerca das diferentes dinâmicas regionais de crescimento econômico urbano. Do lado paulista haveria a dinâmica promovida pelo grande capital cafeeiro, enquanto do lado carioca haveria a dinâmica do capital comercial urbano.

Tais dinâmicas regionais são importantes para a pesquisa pelo fato de representarem as transformações objetivas, ocorridas na base da sociedade, fundamentais para os respectivos processos de formação de "mercados de trabalho" nessas duas cidades. Independentemente das diferenças existentes entre a dinâmica paulista e a carioca, devemos assinalar que ambas correspondem a formas essencialmente mercantis de acumulação de riqueza. Portanto, tais casos específicos de formação do capital reiteraram a visão de Marx acerca da necessidade de um tipo mercantil de acumulação prévia à formação do capital[128].

## 2.2. A DINÂMICA DE EXPANSÃO MATERIAL DE SÃO PAULO

O capital comercial foi essencial na formação da dinâmica de expansão material em São Paulo. Esse capital comercial estava concentrado tanto na exportação de café quanto na importação de bens manufaturados. Segundo Warren Dean, uma parcela considerável dos industriais de São Paulo teve origem em casas comerciais, principalmente de grandes importadores[129]. Além desse importante vetor, devemos dar evidência à diversificação econômica promovida pelo desenvolvimento da cafeicultura em São Paulo.

Wilson Cano parte da premissa de que o processo econômico cafeeiro foi caracterizado fundamentalmente pela acumulação de capital[130]. A formação desse tipo mais moderno de economia no Oeste Paulista teria surgido a partir do choque entre as novas necessidades de acumulação com os obstáculos colocados pela antiga forma escravista de produção, que seria incongruente com a expansão das forças produtivas. Para esse autor, a

---

[128] MARX, Karl. *O Capital.* Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 223.
[129] DEAN, Warren. *A industrialização em São Paulo.* São Paulo: Difel, 1971, cap. 7.
[130] CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* 4. ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998, p. 44.

lavoura cafeeira do Oeste Paulista faria parte cum complexo econômico capitalista, composto por outras atividades econômicas, dentre as quais podemos destacar a indústria. As atividades que formavam o complexo seriam extensões materiais da produção cafeeira estratégicas para a acumulação de capital[131].

A noção de complexo cafeeiro desenvolvida por Cano tem grande utilidade dentro desse esforço de pesquisa. No caso paulista, esse complexo erigido em torno da produção e da exportação cafeeira teve papel preponderante no processo de modernização e diversificação da base material da economia paulista. A relação entre a produção cafeeira e a indústria é válida para a explicação da formação do capital em São Paulo.

Analisando a documentação acerca da exportação de maquinaria dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Alemanha para o Brasil, Wilson Suzigan chega à conclusão de que o investimento em maquinaria era realmente dependente do comportamento das exportações de café. Seu estudo demonstrou que as conjunturas favoráveis à exportação de café foram coincidentes com os picos de importação de maquinaria[132]. Como os documentos trabalhados por Suzigan servem como *proxy* do investimento em maquinaria no Brasil, podemos afirmar que havia uma relação umbilical entre a exportação de café e a formação do capital industrial em São Paulo.

Houve um tradicional debate estabelecido entre as visões de Warren Dean e de Roberto Simonsen a respeito do crescimento industrial ocorrido em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. De um lado, Dean privilegia a relação entre expansão industrial e as conjunturas positivas encontradas pelo setor exportador. De outro, Simonsen sustentava a tese de que os choques adversos, colocados no âmbito da economia internacional, favoreceriam essa expansão industrial[133].

No final da década de 1970, Versiani & Versiani foram os responsáveis pela realocação dessas questões, sugerindo que ambas as linhas interpretativas - tanto dos seguidores de Dean como os de Simonsen - eram problemáticas e incapazes de explicar por si só o crescimento industrial da região:

> [...] o início da industrialização surge como resultado dos estímulos produzidos pela conjugação de períodos de dificuldades no setor externo com períodos em que a economia voltou-se mais para o exterior. De um lado, o impacto que tiveram, na ausência de fases anteriores de formação de capacidade produtiva. De outro lado, a

---

[131] CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* 4. ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998, p.140-150.
[132] SUZIGAN, Wilson. *Indústria no Brasil: origens e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 97.
[133] SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 20–26.

> interpretação da industrialização como um resultado direto da expansão das exportações aparece como notoriamente insuficiente e simplista.[134]

Segundo eles, o aumento da exportação favorecia o acúmulo de uma massa de capital estratégica para a importação de maquinaria. As conjunturas de encarecimento das importações, por sua vez, teriam sido responsáveis pelo fomento da produção interna de produtos manufaturados, responsável por alavancar a produção industrial. Logo, é preciso levar em consideração essas duas variáveis para a análise do crescimento industrial em São Paulo[135].

Um conceito importante para a compreensão da dinâmica econômica de São Paulo é a de *capital cafeeiro*[136]. Trata-se de uma leitura da história do desenvolvimento da cafeicultura a partir da economia política. Para Sérgio Silva, o capital cafeeiro pode ser dividido em duas categorias: o *grande capital cafeeiro* e o *médio capital.* O primeiro se refere a um capital baseado na cafeicultura, porém diversificado, agindo em outras atividades ligadas entre si e dependentes do café. O segundo se refere ao capital materializado apenas na lavoura cafeeira. Essas formas do capital cafeeiro sustentaram as frações superior e inferior da burguesia do café.

A formulação desse conceito levou em consideração o vazamento de capital do setor cafeeiro para demais setores da economia urbana. A consolidação do *grande capital cafeeiro* se deu entre 1890 e 1914. O aprofundamento dos investimentos realizados por agentes econômicos ligados à economia cafeeira no comércio (importação e exportação), no setor bancário e nos serviços urbanos se deu nas primeiras décadas do século XX[137]. Se em um primeiro momento, ainda em seu estágio embrionário, essas atividades se limitavam a subsidiar a economia cafeeira, a partir da Primeira Guerra Mundial tais atividades passariam a ser dotadas de dinamismo e de uma importância econômica mais ou menos independentes da lavoura cafeeira[138].

O grande capital cafeeiro foi realmente o principal motor da formação do capital e de todo o processo de modernização da economia urbana de São Paulo no começo do século XX. Portanto, a camada superior da burguesia cafeeira foi a fração da classe dominante mais atuante no processo de aparelhamento dessa economia.

---

[137] VERSIANI, F.R.; VERSIANI, M.T.R.O. *A industrialização brasileira antes de 1930:* uma contribuição. In: VERSIANI, F.R.; BARROS, J.R.M. (Orgs.). Formação econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 141.
[135] Ibidem, p. 150.
[136] SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e a origem da indústria no Brasil.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 60.
[137] PERISSINOTO, Renato. *Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha.* Campinas: Unicamp, 1994, p. 30.
[138] SUZIGAN, Wilson. *Indústria no Brasil:* origens e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 76.

O complexo cafeeiro foi se tornando mais dinâmica e mais importante do que a própria lavoura em si à medida que o processo de diversificação da economia foi colocado em movimento. Na última década do século XIX, por exemplo, as ferrovias já eram responsáveis por uma lucratividade que chegava a 25% da renda da própria atividade nuclear do complexo econômico cafeeiro. A tendência à diversificação aumentava ainda mais no começo no século XX, por causa da imigração e do surgimento dos novos fluxos de demandas de consumo tipicamente urbanas.

O desempenho do setor exportador, cerne da economia paulista, fora responsável por ditar o ritmo da diversificação material ocorrida na cidade de São Paulo ao longo das primeiras décadas do século passado. Exemplifiquemos, então, essa migração de capitais para a capital do estado. Uma parcela da renda acumulada nos limites do setor exportador foi remetida a outras atividades sob a forma de investimentos. Para exemplificar esse vazamento de capitais, citemos algumas atividades e empresas nas quais as famílias paulistas ligadas aos negócios do café eram acionistas ou tinham cargos de direção. O caso das ferrovias é o que parece mais óbvio. Nesse caso, podemos citar a formação da Cia. Paulista, a da Mogiana e a da Sorocabana. Já o espraiamento do capital acumulado no setor cafeeiro para o setor bancário pode ser exemplificado pela formação do Banco de São Paulo, o Banco da Lavoura e o Banco do Comércio e Indústria. Podemos citar também os avanços no campo do grande comércio importador, através da formação de diversas sociedades anônimas responsáveis por suprir as demandas urbanas de produtos manufaturados importados. Além desses casos, citemos também o da própria indústria de transformação, seja de máquinas agrícolas, como a Companhia Arens ou a Lidgerwood, ou de indústria leve, como, por exemplo, a fábrica de Calçados União e a têxtil de nome Votorantim[139].

Até 1920, a diversificação das atividades urbanas da cidade de São Paulo foi em grande parte promovida pelo desenvolvimento do grande capital cafeeiro. Portanto, fora sobre os auspícios dessa forma de capital que se expandiu a indústria paulista. Esse conceito também nos ajuda a compreender, inclusive, o papel dos encadeamentos produtivos responsáveis pela dinamização da expansão industrial. Suzigan sugere que a produção de café não tem grande potencial para promover efeitos de encadeamento na economia[140]. Contudo, devemos pensar os efeitos de encadeamentos produtivos na economia em questão a partir de todas as atividades inseridas nesse complexo econômico.

---

[139] SAES, Flávio A. M. de. *Estradas de ferro e diversificação econômica na expansão cafeeira em São Paulo (1870 – 1900).* In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). História Econômica da Independência e do Império. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 189.

[140] SUZIGAN, Wilson. *Indústria no Brasil:* origens e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 74.

Dessa forma, devemos incluir a rede ferroviária, a produção nacional de máquinas de beneficiamento e a própria indústria no conjunto de encadeamentos e de efeitos multiplicadores que alargaram a extensão e aumentaram a densidade do capital em formação em São Paulo. Tanto é que a estrita relação entre o crescimento industrial e as exportações de café, como mostrou Suzigan, foram se reduzindo à medida que esses efeitos de encadeamento vão se tornando mais vibrantes a partir segunda década do século XX.

Os efeitos de encadeamento são definidos por Suzigan como o potencial que um setor da economia tem em impulsionar o investimento em novas atividades. Existem efeitos de encadeamento para trás e para frente. O primeiro diz respeito ao fomento de atividades auxiliares à atividade nuclear. No caso paulista, podemos citar a produção de juta ou a de máquinas de beneficiamento. Já o segundo diz respeito à produção de bens de consumo para o mercado local. As origens da indústria de tecidos em São Paulo estiveram vinculadas à produção de juta, comumente utilizada na produção de sacaria para o armazenamento do café. O ocaso da escravidão foi fundamental para potencializar esse tipo tão comum de efeito de encadeamento para frente nos limites da economia paulista, uma vez que ele requer o aumento da renda monetária na economia[141]. Apesar de suas limitações, o nascente mercado interno urbano foi capaz de induzir a substituição de importações em alguns setores já no começo do século XX.

Além disso, o capital cafeeiro foi responsável pela formação de uma estrutura material que favoreceu o crescimento industrial. Uma estrutura que esteve além da própria indústria, das ferrovias e dos bancos. Ela abarcou a produção de gêneros alimentícios nos interstícios do próprio latifúndio exportador. Essa produção foi responsável pelo rebaixamento do custo da mão de obra nos mundos rural e urbano[142].

Essa nascente indústria cresceu a partir dos fatores econômicos disponíveis. O baixo custo da força de trabalho fora um diferencial positivo para o crescimento manufatureiro paulistano. A manufatura dessa cidade pode contar com parte da imensa leva de imigrantes expropriados que chegavam em São Paulo motivados pela inserção produtiva na lavoura cafeeira. Além de favorecer o rebaixamento estrutural dos salários, a imigração fora responsável por introduzir trabalhadores especializados, provenientes de regiões manufatureiras da Itália, no mercado de trabalho paulistano. Em termos relativos, tanto os

---

[141] SUZIGAN, Wilson. *Indústria no Brasil:* origens e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 70-75.
[142] CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.* São Paulo: Difel, 1977, p. 127.

salários dos ofícios desqualificados quanto os dos qualificados eram mais baixos em São Paulo do que no Rio de Janeiro[143].

## 2.3. A DINÂMICA DE EXPANSÃO MATERIAL DO RIO DE JANEIRO

A cidade do Rio de Janeiro passou a ser um importante ponto de trânsito de mercadorias a partir do desenvolvimento da economia mineradora em Minas Gerais ao longo do século XVIII. Era essa cidade o centro nevrálgico dos laços materiais estabelecidos, nesse período, entre os núcleos de extração aurífera e a Europa. Ou seja, a cidade sede do Governo Geral era uma praça comercial responsável por estabelecer a mediação entre o excedente produzido pela economia mineradora e a produção manufatureira europeia, responsável por suprir as demandas do consumo interno de diversas regiões brasileiras.

A chegada da Família Real lusitana e a Abertura dos Portos, em 1808, deram mais preponderância a essa cidade dentro do Império Português. A partir de então ela se tornou o centro político desse império ameaçado. O acolhimento da burocracia real e sua consequente acomodação em território tropical favoreceu o estreitamento dos laços materiais entre a cidade do Rio de Janeiro e suas cercanias após a primeira década do século XIX. O adensamento urbano promovido pela presença da Corte e as demandas que ela passou a representar ajudaram a fomentar o desenvolvimento do comércio inter-regional centrado na capital[144].

De forma geral, o mosaico econômico brasileiro passou por transformações importantes durante a passagem do século XVIII para o XIX. A conjuntura econômica que uniu o esgotamento das jazidas de ouro de Minas Gerais às primeiras décadas do século XIX fora marcada pelo baixo grau de vinculação entre as formações sociais do Brasil com e a economia-mundo europeia. As economias produtoras de açúcar e de café do Vale do Paraíba fluminense foram as que conseguiram, no segundo quartel dos oitocentos, engatar-se no mercado internacional.

---

[143] VERSIANI, Flávio Rabelo. Escravos, Homens Livres e Imigrantes. Notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. In: SILVA, Sérgio; SZMERECSÁNYI, Tamás. *História Econômica da Primeira República.* São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial, 2002, p. 207.

[144] Cf. DIAS, Maria Odila Silva. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos.* São Paulo: Alameda, 2005.

A montagem dessas *plantations* e sua rentabilidade tocaram a cidade. Esses novos nexos estabelecidos entre as zonas escravistas de produção de mercadorias e o mercado internacional favoreceram o desenvolvimento do capital comercial centrado no Porto do Rio de Janeiro. Esse desenvolvimento pode ser exemplificado com o aumento do tráfico de escravos, a expansão do comércio regional e a expansão do setor exportador de café e de açúcar. A retenção de uma parcela da riqueza circulada a partir da Capital por parte da elite comercial carioca era inerente a essa forma de expansão econômica.

Segundo Eulália Lobo, há uma alteração do papel do porto carioca para essa economia regional ao longo do século XIX. Em um primeiro momento, a função desse porto esteve reduzida à mera exportação para o mercado internacional. A partir da segunda metade do XIX, ele passava a representar, além do ponto de vazão da produção das *plantations*, uma rede comercial responsável por articular diversas demandas da região do seu entorno às mais diversas zonas produtoras de mercadorias, espalhadas pelo sul, pelo nordeste e pela própria Europa[145].

Ao longo do Segundo Reinado, o capital mercantil carioca funcionou como o principal agente das transformações econômicas do Rio de Janeiro, tanto que, em meados do século XIX, já desempenhava um papel determinante na expansão do próprio setor agroexportador carioca. Manolo Florentino e João Fragoso destacam que esse capital mercantil residente na praça do Rio de Janeiro possuía capacidade de financiar rapidamente zonas de agricultura escravista[146]. Esse papel de personagem das transformações econômicas teve longa duração, sendo importante também no processo de diversificação econômica ocorrida na virada do século XIX para o século XX.

Estamos diante de uma região econômica muito diferente da paulista. Seguindo Nicolau Sevcenko, afirmamos que enquanto São Paulo brotava subitamente como um cogumelo colossal após a chuva no final dos oitocentos[147], o Rio de Janeiro, por sua vez, já detinha uma importância fundamental dentro do contexto econômico do Brasil em meados do século XIX. A capital contava com um dos setores comerciais mais importantes dentro do continente, com uma população de 275 mil habitantes em 1872 e com a maior estrutura manufatureira do sudeste brasileiro. Tais elementos facilitaram o desenvolvimento do capital

---

[145] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro* – do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, v. 2, p. 520-530.

[146] FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 71, p. 108. Cf. FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Ventura:* acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830*)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 25-26; p. 273-278.

[147] SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 31.

industrial no Rio de Janeiro. Esse processo se desenrolou em uma cronologia anterior ao surgimento da indústria em São Paulo.

Essa atividade manufatureira foi amplamente beneficiada com a promulgação da tarifa Alves Branco. A partir de 1844, as tarifas alfandegárias foram elevadas, minando o antigo privilégio oferecido aos ingleses no começo do século XIX. Trata-se de uma estrutura produtiva simples e essencialmente marcada pela estrutura familiar. Estava voltada para a produção de bens leves e seu conteúdo era predominantemente artesanal. A mão de obra era composta por trabalhadores livres e por escravos de ganho, treinados tecnicamente para o exercício de determinados ofícios prestados sob a forma de aluguéis. Apesar de importante, essa estrutura artesanal jamais contrariou a lógica de importação de produtos manufaturados estrangeiros pelas grandes casas de importação residentes na capital[148].

Em 1850, com o fim do tráfico de escravos, a região de plantation se viu diante da impossibilidade da reprodução da escravidão por um longo período. A primeira medida tomada pelos cafeicultores escravistas do Vale do Paraíba foi arregimentar um volumoso comércio escravo interprovincial. Esse movimento de braços cativos teve impactos importantes na produção artesanal carioca, pois possibilitou o crescimento do trabalho livre na capital[149].

Outro elemento importante para a compreensão do crescimento manufatureiro carioca foi a implementação do Código Comercial, indiretamente responsável pela abertura de novas empresas. Esse código e a Lei das Sociedades Anônimas foram marcos legais capazes de ampliar a capacidade das empresas em absorver capitais mediante investimentos em ações na bolsa de valores.

Por fim, devemos mencionar que o Rio de Janeiro formava o maior principal mercado consumidor existente no centro-sul do Brasil. Essa era a cidade mais populosa do país entre meados do século XIX e o começo do século XX. Em 1920, a população carioca era quase o dobro da paulistana. Por ser capital, ela abrigava setores sociais importantes na formação de uma demanda por bens manufaturados leves, como a burocracia, as armas e uma série de profissionais liberais.

Segundo Eulália Lobo, a dinâmica da modernização carioca seguiu quatro movimentos maiores. O primeiro foi marcado pelas relações umbilicais estabelecidas entre a

---

[148] SOARES, Luiz Carlos. A Indústria na Sociedade Escravista: as Origens do Crescimento Manufatureiro da Região Fluminense em Meados do Século XIX (1840-1860). In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). *História Econômica da Independência e do Império.* São Paulo: Hucitec, 1996, p. 292.

[149] SOARES, Luiz Carlos. *O povo de Cam na capital do Brasil:* a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 34-36.

produção de café e as ferrovias. O café surge nesse contexto como uma fonte de diversificação e encadeamentos produtivos. O problema é que essa região cafeeira encontrou sua decadência de forma prematura, já por volta de 1880, por causa do esgotamento da fertilidade de seus solos e das dificuldades encontradas para a expansão da área agriculturável. O segundo fora representado pelo papel do capital estrangeiro no processo de implementação dos serviços públicos. O terceiro, pelo sistema de distribuição de mercadorias representado pelo porto e pela própria atividade mercantil em si. O último - e que mais nos interessa – fora representado pela expansão industrial, colocada em movimento pela massa de capitais acumulada na esfera mercantil[150].

Ainda de acordo com as ideias defendidas por essa historiadora, a aceleração da formação do capital industrial propriamente dito teria se dado no Rio de Janeiro durante o contexto do Encilhamento. A fonte de dinamismo dessa expansão material teria sido representada pelo capital mercantil urbano, concentrado na exportação e importação de mercadorias. Tanto ela quanto Maria Bárbara Levy acreditam que essa diversificação foi feita através do mercado de capitais carioca, que era o mais desenvolvido existente na nascente República[151]. Esse mercado de capitais favoreceu a migração de capital entre as atividades econômicas. Levy destaca, por exemplo, o papel dos acionistas de bancos importantes como investidores na atividade industrial[152].

O crescimento industrial, como fora mencionado acima, se deu no contexto do Encilhamento. Nos últimos passos do Império, o gabinete do Visconde de Ouro Preto foi responsável pela composição de uma política econômica mais flexível no que tange ao crédito e à política monetária. Essa política econômica não fora colocada em prática para atender interesses industrialistas e nem para favorecer a diversificação das atividades urbanas, através do credito e da facilidade em abrir negócios. Pelo contrário, o interesse desses *policy makers* apontava para o passado recente da Abolição, uma vez que o crédito barato mirava o favorecimento dos ex-proprietários de escravos prejudicados diretamente com a Lei Áurea.

Essa conjuntura favorável à abertura de empresas foi ainda mais ampliada com Ruy Barbosa, ministro da fazenda do primeiro governo republicano, uma vez que ele desvinculou a emissão de moeda das reservas do país. A emissão passou, então, a ser lastreada por títulos da dívida pública. A recente legislação das sociedades anônimas permitia a abertura de

---

[150] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro* – do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 611.
[151] Ibidem, p. 180.
[152] Cf. LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

empresas mediante 30% de seu capital total. Apesar da fúria especulativa criada, esse contexto permitiu a diversificação dos negócios e a expansão industrial. Criaram-se condições, mesmo que conjunturais e limitadas, para que a indústria participasse do processo de diversificação da base econômica. Foram abertas indústrias têxteis e o *lócus* privilegiado dessa nascente indústria foi a bolsa de valores.

Analisando o investimento feito em maquinaria importada pelo Brasil, Suzigan aponta que em 1890 houve expansão em 30% da compra de maquinaria têxtil. No ano subsequente esse crescimento foi de 70%[153]. Maria Bárbara Levy, estudiosa dos movimentos do mercado de capitais carioca, destacou os impactos do Encilhamento sobre a bolsa de valores. Entre 1889 e 1891 teria havido, segundo ela, o aumento de 84% das transações dadas na bolsa, onde 114 empresas participaram ativamente do fluxo de investimentos[154]. Dialogando com essa autora, Eulália Lobo sugere que esses investimentos teriam sido mais concentrados no Rio de Janeiro. Investimentos cujo sentido ter-se-ia dado do grande comércio de importação para a atividade industrial. A década de 1880 é considerada, por Levy, como fundamental para a consolidação da união entre capital comercial e atividade industrial. A entrada dos comerciantes nessa atividade em expansão teria possibilitado a transição da forma manufatureira para a forma industrial propriamente dita no Rio de Janeiro. Foi esse o contexto em que tais comerciantes nacionais e estrangeiros promoveram a substituição de importações em setores caracterizados pela produção de bens leves, como roupas e calçados[155].

## 2.4. A FASE FINANCEIRA DO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO BRITÂNICO E AS POTENCIALIDADES PARA A *MODERNIZAÇÃO*

A conjuntura econômica na qual o sistema-mundo se encontrava entre 1870 e 1914 trouxe novas potencialidades para que as regiões econômicas mais dinâmicas da periferia viessem a passar por processos de *modernização.*

Essa conjuntura fora marcada pelo estreitamento das relações econômicas entre algumas regiões da América Latina e a Grã-Bretanha. Essa aproximação não fora

---

[153] SUZIGAN, Wilson. *Indústria no Brasil:* origens e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 50.
[154] LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 247.
[155] Ibidem, p. 97–98.

representada apenas pela expansão comercial, como também pela expansão dos fluxos de capitais do centro para a periferia.

Além do comércio, as relações estabelecidas entre centro e periferia, nessa nova conjuntura, eram marcadas pela exportação de capitais da Grã-Bretanha para as bordas do sistema mundial. Essa exportação de capitais fora efetuada através de investimentos diretos realizados mediante garantia de juros, empréstimos feitos aos governos e também através da própria exportação de maquinaria. As inovações técnicas no campo das comunicações e da navegação facilitaram também essa vinculação mais próxima entre centro e América Latina dentro do chamado "século dos ingleses" [156].

As economias mais dinâmicas da periferia souberam aproveitar essas mudanças sistêmicas colocadas em movimento pelos centros industriais para acumular renda através das exportações e para se beneficiar da tendência à financeirização apresentada pela economia britânica a partir da conjuntura da Grande Depressão de 1873. O internacionalismo de tais elites locais favoreceu a formação de projetos de expansão econômica baseados no atrelamento ao capital externo disponível.

A *modernização* de ambas as cidades esteve intimamente relacionada aos nexos estabelecidos entre essas regiões econômicas e o mercado internacional, expressos tanto em suas formas mercantis e dependentes de acumulação quanto nos fluxos de capitais remetidos do centro para a periferia.

Arrighi analisa o capitalismo histórico a partir da noção de ciclo sistêmico de acumulação de capital. Trata-se de uma estrutura histórica de existência de longa duração e que tem apresentado movimentos cíclicos desde sua conformação a partir do século XIII. Essa tendência seria composta por duas fases. A primeira seria marcada pela expansão material. Nessa fase, novas rotas comerciais seriam criadas, os limites geográficos da economia-mundo seriam ampliados e, sobretudo, um novo bloco dominante passaria a exercer a hegemonia dentro do sistema-mundo. A segunda fase, por sua vez, surgiria como resposta a uma situação de estagnação das taxas de lucro obtidas pelos capitalistas ao longo da fase de expansão material. Essa resposta seria a concentração de capitais e das atividades dos grandes capitalistas na esfera financeira.

A Inglaterra sucedeu a Holanda no que tange ao papel preponderante dentro do sistema mundial. Defendendo e impondo a bandeira do imperialismo de livre comércio, essa nação foi capaz de se assenhorear do equilíbrio de poder do sistema interestatal no final do

---

[156] BETHELL, Leslie. A Grã-Bretanha e a América Latina, 1830- 1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina:* de 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2004, v. 4, p. 581.

século XVIII, passando, assim, a utilizá-lo em prol da construção de sua hegemonia[157]. A partir de então, a Grã-Bretanha passava a encarnar uma instituição que ganhava ímpeto diante das demais esferas da vida social: o mercado. Essa confusão entre a nação central do sistema e os interesses do mercado deu uma aparência universal aos interesses britânicos dentro da economia-mundo.

Essa nação foi a grande beneficiada da falência do sistema de Vestfália e da expansão financeira que marcou o término do ciclo holandês. A Holanda nutria suas forças comerciais e políticas do antigo sistema de Vestfália, que garantia o princípio do equilíbrio de poder diante do concerto das nações modernas da Europa. A garantia desse equilíbrio ajudava a Holanda não só a se manter independente do império espanhol, mas também a explorar a estrutura territorialista ibérica[158]. Ao controlar essa estrutura, a Holanda garantia seu acesso aos negócios da Ásia e da América. Esses espaços comerciais formavam, ao lado do comércio do Báltico, as principais zonas de comércio exploradas pela Holanda.

A falência do sistema de Vestfália, estratégico para a acumulação dos capitalistas de Amsterdã, e a crise do Antigo Sistema Colonial redundaram em uma fase de expansão dos conflitos políticos interestatais por colônias e rotas comerciais lucrativas. A Inglaterra beneficiou-se amplamente dessa conjuntura para construir sua hegemonia comercial sobre o globo. O raio de ação política e econômica inglês aumentou consideravelmente neste momento de recentragem e expansão da economia-mundo, cujas dimensões tomavam quase a totalidade do globo. A Grã-Bretanha passou a controlar as rotas comerciais mais lucrativas situadas no eixo atlânticos. A construção da hegemonia britânica evidenciou claramente a dualidade desse conceito entre liderança e coerção. Além de montar um aparelho coercitivo de colonização poderoso, a Grã-Bretanha contou com a diplomacia para assumir seu papel preponderante no cenário internacional. A passagem da zona de atuação do imperialismo português para o britânico foi um exemplo claro dessa preponderância política construída a partir da esfera diplomática.

Ao ajudar a construir a legitimidade política das novas nações americanas e ao impor o livre comércio, a Inglaterra conseguiu deslocar os fluxos do comércio latino-americano para seus próprios rios. Essa nação já era a maior parceira comercial das nações americanas na primeira metade do século XIX. Foi a partir desse contexto que as economias periféricas passaram a orbitar em torno da potente economia britânica.

---

[157] ARRIGHI, Giovani. *O Longo Século XX*. São Paulo: Unesp/Contraponto, 1994, p. 187.
[158] Ibidem, p. 140.

Ao representar a principal intermediação do comércio e das finanças em escala mundial, a Grã-Bretanha passou a exercer sua função de câmara de compensação da economia mundial dentro dessa estrutura do capitalismo histórico. Além de entreposto financeiro e comercial, fora também a principal fábrica do mundo durante o período de sua hegemonia.

O ciclo britânico teve como característica inédita a conjunção entre o capitalismo histórico e o modo de produção capitalista, alinhavando, dessa forma, o comércio a longa distância com uma nova estrutura produtora de mercadorias em massa. A orientação da produção de manufaturados e bens de capital esteve voltada para o exterior desde meados dos oitocentos. A lógica capitalista e sua tendência à redução dos custos de produção foram introduzidas no campo organizacional das empresas especializadas em atividades produtivas. A partir de então, o capitalismo teria incorporado o avanço industrial britânico do século XIX, responsável principal pelo dinamismo econômico e também pelas transformações impostas à periferia diante das novas demandas colocadas pelo comércio mundial.

A expansão do comércio realizada pela Inglaterra se deu em uma escala até então absolutamente incomparável. Além de reorganizar o comércio mundial em seu próprio benefício e dominar os novos espaços essenciais do comércio internacional, a nova nação central do sistema mundial promoveu a exportação de capitais, investimentos, máquinas, aço e sistemas ferroviários para as mais distintas partes do mundo, visando a ampliação das taxas de lucro de sua burguesia.

O divisor de águas do ciclo britânico foi a grande depressão da década de 1870. Essa crise teve como principal característica a depressão generalizada das taxas de lucro. Repetindo o caminho trilhado pelos holandeses, os capitalistas britânicos se refugiaram na esfera financeira com o intuito de defender suas taxas de lucros da depressão. Essa repetida concentração de capitais na esfera financeira favoreceu ainda mais o processo de expansão dos fluxos de capitais orientados da *City* para o restante da economia global. As empresas britânicas passaram a cortejar novos mercados nas mais distantes zonas do globo para se livrar do emperramento das taxas de lucratividade de seus negócios durante a grande depressão da década de 1870. Apesar de marcar o início do fim de mais esse ciclo sistêmico, essa fase financeira foi responsável pelo aprofundamento da internacionalização dos fluxos de capitais britânicos. A massa de capitais disponível no cenário internacional teve um papel fundamental na *modernização* das economias urbanas selecionadas pelo estudo.

A partir das décadas de 1860 e 1870, as regiões econômicas do Brasil capazes de promover dinâmicas de acumulação interna de renda passaram a se tornar alvos de

investimentos e dos fluxos de capitais britânicos, além de passarem a ser dotadas da capacidade de importar maquinaria.

As principais cidades latino-americanas participaram dessa conjuntura de aproximação entre a periferia e as economias capitalistas em expansão, dentre as quais a Inglaterra era a principal, seguida por Alemanha e Estados Unidos. O governo federal brasileiro foi um grande tomador de empréstimos dos Rothschild. O próprio governo paulista também realizava empréstimos frequentes com banqueiros ingleses durante as primeiras décadas do século XX. Apesar de a exportação cafeeira paulista ter os Estados Unidos como principal mercado, a economia paulista era alvo de investimentos e de exportações britânicas de manufaturados. O mesmo pode ser dito para a cidade do Rio de Janeiro, mas em uma escala ainda maior, pelo fato dessa cidade ter sido o maior centro comercial brasileiro e o principal mercado consumidor da época. O capital mercantil carioca esteve em última instância submetido ao comércio e às finanças inglesas. No limite, a praça comercial carioca formava um elo menor dentro de uma cadeia comercial repleta de intermediários organizada pelo capitalismo britânico.

O espaço temporal existente entre 1870 e 1890 foi caracterizado pela aceleração do investimento na indústria de transformação, possibilitado pela existência de uma política monetária expansionista no Brasil, pelos bons resultados do setor exportador brasileiro[159] e, sobretudo, pela expansão das exportações de maquinaria promovida pela Inglaterra com o intuito de aumentar a rentabilidade da indústria britânica de bens de capital. A financeirização da economia britânica e sua consequente exportação de capitais possuem os mesmos marcos cronológicos dos processos de modernização das economias urbanas mais importantes do centro-sul brasileiro. Não se trata apenas de uma coincidência. O engate das economias regionais em questão ao mercado capitalista internacional, representado pela sólida conexão financeira com a Grã-Bretanha, foi fundamental para os processos regionais de *modernização.*

O ciclo britânico estava basicamente assentado sobre três vértices. A ação direta empreendida pelo Estado no cenário internacional, sempre muito próxima dos interesses capitalistas; o domínio sobre os fluxos financeiros e comerciais; e o papel de sua poderosa base industrial. Esses vértices passam a tocar a realidade brasileira diretamente na segunda metade do século XIX. Primeiramente, com a imposição da cessação do tráfico negreiro. Já a

---

[159] SUZIGAN, Wilson. *Indústria no Brasil:* origens e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 83.

partir de 1880, com a concessão de crédito, a exportação de maquinaria, migração de empresas capitalistas e a realização de investimentos diretos.

A década de 1890 no Brasil foi exemplar das novas conexões traçadas entre centro e periferia da economia-mundo, marcadas claramente pela explosão de fluxos comerciais e financeiros. Lembremos que o contexto do Encilhamento marcou um pico de investimento industrial. Esse contexto fora caracterizado pela confluência da disponibilidade de capitais no centro do sistema, pela expansão da economia cafeeira e a pela existência de uma política econômica favorável à abertura de empresas e à expansão da moeda.

Se a conjuntura do Encilhamento foi fundamental para o investimento na atividade manufatureira na capital do país, o do Funding Loan foi essencial no caso paulista. Mais especificamente, o intervalo de tempo situado entre o Funding Loan e a Primeira Guerra Mundial. Além de importante no saneamento das finanças, a renegociação da dívida externa brasileira possibilitou uma aproximação do processo de modernização paulista ao crédito britânico. Trata-se de um momento de confluência entre os fatores internos e externos que possibilitaram o crescimento industrial.

O contexto de recuperação da economia cafeeira, favorecida pela intervenção no mercado prevista no Convênio de Taubaté, também demonstrou a situação favorável à diversificação econômica em São Paulo, uma vez que marcou a conjunção entre o aumento da rentabilidade do setor exportador, o acesso ao crédito externo via governo estadual, o desenvolvimento do mercado interno paulistano e controle do Estado por parte do grande capital cafeeiro.

# 3. MERCADOS DE TRABALHO RESTRITOS E HETEROGENEIDADE DAS POSIÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA: AS CIDADES DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O último capítulo desta dissertação será dividido em três seções. As duas primeiras trazem a análise comparativa entre os mercados de trabalho de São Paulo e do Rio de Janeiro com base no Censo Industrial e no Censo Demográfico de 1920. Analisamos esse corpo documental tendo em vista uma problemática essencial dentro deste esforço de pesquisa: avaliar as dimensões tomadas pelo assalariamento nesses respectivos mercados de trabalho, com foco empírico na indústria.

Buscaremos apresentar um quadro com as diferentes formas de organização da produção manufatureira existentes nesses espaços de transação de força de trabalho, que se estendiam entre o *artesanato* e a *grande indústria*. Também apresentaremos os dados do emprego no setor terciário da economia de ambas as cidades. O trabalho de sistematização dos dados foi feito com o intuito de chegar a conclusões acerca da problemática levantada na Introdução e no capítulo 1 desta dissertação. Trata-se da avaliação do dinamismo da produção de relações sociais capitalistas por parte das duas dinâmicas de expansão material das duas economias urbanas estudadas.

Adiantemos que o padrão de crescimento manufatureiro criou mundos do trabalho bastante heterogêneos tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Essa heterogeneidade também se manifestava no campo das relações sociais de produção travadas nessas cidades e nas diversas posições da classe trabalhadora ocupadas em ambos os mercados de trabalho. O cotejo entre a realidade carioca e a paulistana no que se refere a essas formas de heterogeneidade também faz parte dos objetivos de da segunda seção do capítulo.

Na última seção, procuraremos tecer alguns comentários que aproximam a formação desses mercados de trabalho incompletos com a organização dos trabalhadores e, sobretudo, com as formas de poder e de luta sustentadas pelos trabalhadores recém-inseridos em contextos de mercantilização da força de trabalho.

## 3.1. HETEROGENEIDADE NA ESTRUTURA DO EMPREGO: SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO EM 1920

Nesta seção, concentrar-nos-emos basicamente no Censo Industrial e no Demográfico pelo fato deles agruparem dados gerais que nos permitem recuperar alguns aspectos essenciais dos espaços de transação de força de trabalho de São Paulo e do Rio de Janeiro no começo do século XX.

A Diretoria Geral de Estatística teve a preocupação de criar um banco de dados sobre o Brasil arrolando os resultados de levantamentos censitários anteriores, mesmo que esses tivessem sido realizados por outras instituições. No que diz respeito ao nosso objeto de estudo, é importante estarmos atentos aos dados do censo industrial de 1907 arrolados no quinto volume do Recenseamento Geral de 1920.

O Censo Industrial de 1907 foi o primeiro levantamento industrial nacional realizado no Brasil. Antes dele foram realizadas outras contagens acerca da realidade manufatureira no país, mas todas elas tiveram um caráter regional. O que mais chama a atenção em uma comparação mais apurada entre esses censos são as diferentes metodologias adotadas para a produção da base de dados.

O Censo Industrial de 1907 foi realizado após a solicitação do Ministério de Viação e Obras Públicas, dentro de um conjunto de ações estatais que visavam a celebração do centenário da Abertura dos Portos. Esse censo conheceu três publicações. A primeira delas saiu em 1908, já a última, e mais importante, foi editada junto com o Recenseamento de 1920. Esse último, por sua vez, foi encomendado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio ao Departamento Geral de Estatística (DGE).

O Recenseamento de 1920[160] foi realizado efetivamente por uma diretoria de estatística, que esteve apoiada no conhecimento técnico necessário para essa empreitada, constituído e sistematizado em centros mais desenvolvidos. A equipe técnica de Bulhões de Carvalho[161] adotou os padrões recomendados pelo Instituto Internacional de Estatísticas[162].

---

[160] Esse censo foi publicado como Recenseamento Geral do Brasil, em 1920. Trata-se de uma publicação que conta com dezenove livros divididos em cinco volumes. Os volumes são organizados em três frentes: os recenseamentos agrícola, industrial e demográfico.

[161] Bulhões de Carvalho foi médico e demografista, grande estudioso de estatística no Brasil. Foi o principal nome da equipe técnica responsável pelo recenseamento geral de 1920 e também pela criação do IBGE, em 1936. Cada volume do censo geral é iniciado com uma apresentação feita pelo autor acerca dos resultados mais significativos obtidos através das pesquisas censitárias.

Apesar dos esforços metodológicos realizados por essa equipe no sentido de aproximar os principais resultados dos censos de 1907 e 1920, os diferentes critérios metodológicos de produção desses censos tornam frágeis as análises comparativas entre as diversas regiões do Brasil baseadas nessas fontes primárias.

Uma das diferenças nesses critérios que mais chama a atenção é o fato do Censo Industrial de 1907 ter privilegiado as grandes fábricas em detrimento das pequenas e médias manufaturas e oficinas artesanais. O Censo Industrial de 1920, por sua vez, contou com critérios menos restritos. Esse censo arrola, por exemplo, oficinas responsáveis pelo emprego de até quatro trabalhadores. A exclusão dessa parcela do setor artesanal por parte dos agentes recenseadores de 1907 pode levar a estimativas exageradas acerca do crescimento industrial ocorrido no intervalo de tempo que separou os dois censos.

Warren Dean foi responsável por tecer as críticas e os apontamentos metodológicos mais contundentes em relação ao uso do censo de 1907 para a pesquisa em história econômica. Para esse historiador, os dados arrolados sobre a indústria paulista contidos no Censo de 1907 são muito menores do que a realidade da época. Baseado em outras contagens, ele defende que haveria pelo menos 1.500 estabelecimentos manufatureiros responsáveis pelo emprego de cerca de 30.000 trabalhadores em São Paulo no final da primeira década do século XX[163].

Contudo, o cotejo entre as realidades paulista e carioca, a partir dos dados do Censo de 1907, mostra que a indústria carioca era mais avantajada no que tange ao número de estabelecimentos e também ao emprego.

**Tabela 1 -** Estabelecimentos e empregados na indústria em 1907 e 1920

| **Regiões** | **1907** | **1920** |
|---|---|---|
| **Distrito Federal** | 652 estabelecimentos e 35.104 empregados | 1.541 estabelecimentos e 56.229 empregados |
| **Rio de Janeiro (sem D.F.)** | 126 estabelecimentos e 11.900 empregados | 454 estabelecimentos e 16.794 empregados |
| **Estado de São Paulo** | 314 estabelecimentos e 22.355 empregados | 4.154 estabelecimentos e 83.998 empregados |

Fonte: Recenseamento Geral de 1920. Vol. V. Parte 1. *Indústria*, 1928, p. VI-VII.

[162] MERRICK, Thomas; GRAHAM, Douglas. *População e desenvolvimento econômico no Brasil de 1800 até a atualidade.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 189.
[163] DEAN, Warren. *A Industrialização em São Paulo.* 4. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1983, p. 105.

O Censo de 1920, por sua vez, apresenta um panorama radicalmente diferente. Esse *corpus documental* foi utilizado por historiadores e economistas para sustentar a tese de que a expansão industrial paulista foi mais vigorosa que a do Distrito Federal entre 1907 e 1920. Os dados gerais desse último censo deixam claro o maior dinamismo tomado pela indústria paulista, uma vez que os dados relativos ao número de trabalhadores, de estabelecimentos manufatureiros, de sociedades anônimas são maiores em São Paulo. Além disso, os dados referentes ao volume da produção paulista também são superiores.

Em 1907, de acordo com censo, a capital federal contava com 34,5% dos operários e 40% do valor anual da produção em relação ao resto do país, e São Paulo apresentava, respectivamente, 16% e 17% nos mesmos quesitos. Já o censo de 1920 apresenta um panorama bastante distinto. Segundo seus dados, São Paulo contaria com 30,5% dos operários e com 33% do valor anual da produção manufatureira do país, enquanto os dados do Rio de Janeiro demonstram respectivamente 26,5% e 28%[164].

De acordo com Wilson Cano, a evolução do emprego teria variado a uma taxa média de 12% ao ano em São Paulo entre 1907 e 1920, enquanto ela teria sido de 3,5% na capital do país. Esse crescimento provavelmente se deu nos ramos mais intensivos em tecnologia, já marcados pela experiência da grande indústria, com o têxtil[165].

A média nacional de crescimento industrial foi de cerca de 5% ao ano entre 1900 e 1920. O crescimento paulista foi bem maior nesse período. Cano defende que a produção industrial de São Paulo teria aumentado cerca de 800% entre 1907 e 1920, ou seja, mais de 10% ao ano, enquanto a da região da capital teria crescido 3,5% ao ano, uma taxa inferior à média nacional. Porém, devemos nos lembrar da ressalva que fizemos à respeito do crescimento industrial paulista ter sido superestimado devido à problemas nas fontes primárias.

Entretanto, esses dados essas constatações empíricas não nos permitem afirmar que a manufatura da capital federal estivesse atravessando uma conjuntura adversa nas primeiras décadas do século XX. A questão é que as taxas de crescimento apresentadas pela economia paulista e seu poder de diversificação econômica foram superiores as do Distrito Federal. Podemos agrupar as hipóteses que procuraram explicar o maior dinamismo paulista em de quatro argumentos básicos. O maior dinamismo e poder de encadeamento dentro dos limites do complexo cafeeiro, as menores tarifas de fretes cobradas em São Paulo, a maior facilidade encontrada pela economia paulista em gerar e distribuir energia elétrica de forma mais

---

[164] Departamento Geral de Estatística. *Recenseamento Geral de 1920.* Vol. V. Parte 1, *Indústria*, 1928, p. VIII.
[165] CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.* São Paulo: Difel, 1977, p. 292.

barata[166] e, por fim, questões pertinentes ao mercado de trabalho. Quanto a essa última hipótese, cabe destacar, por ora, que o Rio de Janeiro possuía as maiores taxas salariais médias do país entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX[167].

Independentemente dos graus diferenciados de dinamismo da expansão industrial, ambas as formações sociais assistiram a expansão do emprego e da força de trabalho em seus limites. Utilizemos o censo demográfico para recompor os contextos sociais nos quais a expansão do emprego foi promovida.

Em 1872, a população do município de São Paulo era de 31.385 habitantes, enquanto a da capital já alcançava a marca de 274.972 habitantes. O ano de 1900 já apresentava uma realidade muito diferente. A população da capital paulista era de 239.820, e a da federal 811.433. Vinte anos depois a população carioca já chegava a 1.152.873 habitantes, enquanto a paulistana atingia a cifra de 579.033 habitantes[168]. Uma parcela considerável dessa população era de origem estrangeira. Segundo o Censo Demográfico de 1920, pouco mais de 20% da população residente na capital era proveniente de outros países[169]. O percentual de estrangeiros na cidade de São Paulo era ainda mais elevado, ultrapassava 35% do total da população[170]. Cabe lembrar, além disso, que boa parte da população residente em São Paulo era descendente de imigrantes, dentre os quais os italianos tinham grande preponderância.

---

[166] Sobre esses dois últimos pontos, cf. GUARITA, Marcos A.R. *A Indústria de transformação no Rio de Janeiro no Início do Século XX*. 1986. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, 1986.

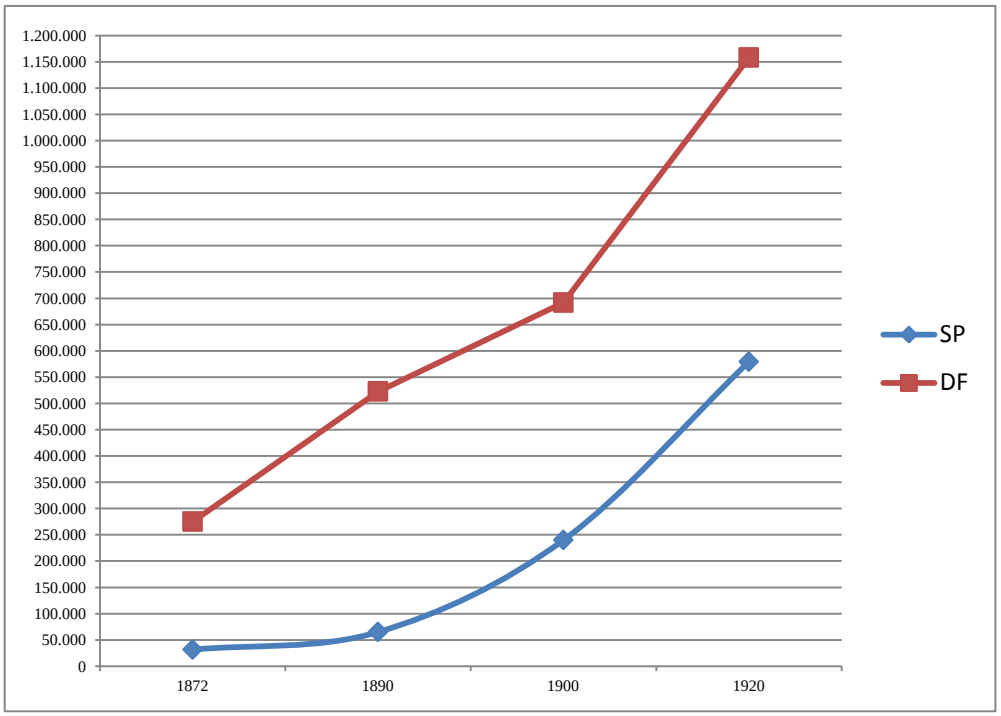
[167] VERSIANI, Flávio Rabelo. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. *Revista de Economia Política*, Brasília, v. 13, n. 4, p. 83, out./dez. 1993.

[168] Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral de 1920. Vol 4. Parte 1. *População*, 1926, p. XII; Vol 4. Parte 2. *População*, 1928, p. 800.

[169] Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral de 1920. Vol 2. Parte 1. *População do Rio de Janeiro (Districto Federal)*, 1924, p. LI.

[170] Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral de 1920. Vol 4. Parte 2. *População*, 1928, p. 800.

**Gráfico – Evolução da população da cidade de São Paulo e do Rio de janeiro entre 1872 e 1920**




Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 1920. DGE. Recenseamento Geral de 1920. Vol. 4. Parte 1. p. IX - X.

Esses dados apontam para um vultoso crescimento populacional ocorrido nas cidades durante as duas primeiras décadas do século XX. O principal vetor desse crescimento foi a imigração. Esse incremento demográfico representou o aumento de demandas urbanas e a consequente expansão dos mercados consumidores de ambas as cidades. Tais demandas estimularam o crescimento industrial, principalmente nas conjunturas em que a desvalorização da moeda acarretava no encarecimento das importações de produtos manufaturados.

Além desses efeitos sobre o mercado, o rápido crescimento populacional - que em São Paulo tomou proporções de uma revolução demográfica – acabou potencializado um problema social grave. Trata-se de uma diferença grande existente entre a população proletarizada e o emprego urbano. Essa diferença torna-se maior ainda se levarmos em consideração apenas os postos menos instáveis do emprego dos mercados de trabalho dessas duas cidades. Essa diferença foi um dos principais vetores da constituição histórica da *questão social* em ambas as cidades durante a Primeira República.

Desde a época colonial, os principais centros urbanos do país conviviam com o problema da desclassificação social[171], a existência de uma parcela considerável da população que existia socialmente, além do setor orgânico da economia. Os respectivos processos de modernização das economias urbanas estudadas carregaram consigo a potencialização desse antigo problema social, criando um tipo de *população sobrante* qualitativamente diferente, uma vez que a existência social dessa população está vinculada à expropriação. A forte presença de massas crescentemente proletarizadas nessas economias potencialmente capitalistas significou o espraiamento social da opressão, da pobreza e da miséria nas cidades como fenômenos de grandes proporções. Essas são as marcas do nascimento da *condição proletária* no país[172].

O trabalho com os censos populacional e econômico nos ajuda a visualizar esse descompasso existente entre população em idade ativa e a população ocupada no mercado de trabalho. José Murilo de Carvalho, analisando o censo de 1907, chega à conclusão de que provavelmente duzentas mil pessoas estavam alijadas do mercado de trabalho urbano na cidade do Rio de Janeiro[173].

O Censo Demográfico permite visualizar a parcela da população que mantinha sua reprodução social à margem dos estreitos limites dos respectivos mercados de trabalho. Mencionamos que a população total da cidade do Rio de Janeiro era de 1.152.873 habitantes. Desse total, 70% residiam dentro do perímetro urbano da capital. Assumindo que a parcela da população sem trabalho e com formas bastante precárias de reprodução da vida material é captada nesse censo nos itens "profissões mal definidas" e "profissão não declaradas e sem profissão"[174], chegamos à conclusão de que a parcela sobrante da população era de 325.133[175], ou seja, 51% da *população em idade ativa*[176]. Obtivemos a PIA das cidades

---

[171] Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Os Desclassificados do Ouro:* a pobreza mineira no século XVIII. São Paulo: Graal, 1986.

[172] O conceito de condição proletária foi extraído de Robert Castel, em *As Metamorfoses da Questão Social.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

[173] CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados.* O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 17.

[174] Dois estudos sobre a evolução da força de trabalho no Brasil foram muito influentes para esta pesquisa: SINGER, Paul. *Força de Trabalho e Emprego no Brasil 1920-1969.* São Paulo: Cebrap, 1971 e BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil.* São Paulo: Alameda, 2008. Entretanto, nosso trabalho de sistematização dos dados seguiu critérios diferentes. Optamos por considerar os dados para "profissões mal definidas" e "profissões não declaradas e sem profissão" como parcelas excedentes da força de trabalho.

[175] Dado obtido por elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1920. DGE. Vol. 4. Parte 5. Tomo 1. p. 20-26.

[176] A População em Idade Ativa (PIA) foi calculada com base no Censo Demográfico. Trata-se da diferença entre a população total e a parcela da população menor de 10 anos de idade. Optamos por esse corte pelo fato do trabalho infantil ser bastante disseminado na época. Além disso, a ausência de formas de segurança social e aposentadoria nos levou a considerar os idosos no campo da PIA. Os dados da PIA no Brasil, no Distrito Federal

excluindo os menores de 10 anos da população total da cidade. O mesmo raciocínio, aplicado aos dados da cidade de São Paulo, demonstrou que 41% da população viviam constrangidas a formas extremamente precárias de inserção social[177]. Essa parcela da população formava um *excedente estrutural de força de trabalho* nas duas cidades.

**Tabela 2 -** Dimensões do excedente estrutural de força de trabalho – São Paulo e Rio de Janeiro, 1920

| Cidades | Números absolutos | Percentuais em relação à PIA |
|---|---|---|
| **São Paulo** | 184.092 | 41% |
| **Rio de Janeiro** | 325.133 | 51% |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico. DGE. Recenseamento Geral de 1920. Vol. IV. Parte 5. *População*, 1930, p. 24, 25, 26,27, 170, 171, 172 e 173. A PIA das duas cidades também foi calculada a partir do Censo Demográfico. DGE. Recenseamento Geral de 1920. Vol. IV. Parte 2. Tomo 1. *População*, 1928, p. 8, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 170, 171, 172, 173 e 174.

Essa população formava uma força de trabalho fluida nas cidades. Quando inserida no mercado de trabalho, provavelmente ocupava seu espaço mais instável, marcado pela maior rotatividade no emprego. Fora desse mercado, o que deveria ser mais regra que exceção, essa parcela da população provavelmente obtinha seu sustento através da realização de diversas formas precárias de trabalho, enquanto vendedores ambulantes, quitandeiros, carregadores, realizando serviços gerais de limpeza etc. Era muito comum, nessa época, uma mesma pessoa pobre realizar diversos tipos de trabalhos em um curto intervalo de tempo. Trata-se de uma estratégia popular de sobrevivência.

Vale mencionar que esse não é o número de desempregados. Nem faz sentido falar em desemprego para uma economia na qual o assalariamento ainda não se encontrava plenamente constituído. Também não podemos afirmar que boa parte dessa população tinha potencial de ingresso nos espaços mais dinâmicos do mercado de trabalho. Ou seja, seria equivocado estabelecer uma relação entre tais números e os limites de um eventual *exército industrial de reserva*. Essa categoria é válida para economias genuinamente capitalistas, dentro das quais essa população sobrante exerce papéis funcionais dentro do sistema, como o de rebaixar o

e em São Paulo eram, respectivamente, 22.423.086, 904.775 e 439,693. Fonte: DGE. Vol. IV. Parte 2. Tomo 1. *População*, 1928, p. 3, 8 e 135.

[177] Dado obtido por elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1920. DGE. Vol. 4. Parte 5. Tomo 1. *População*, 1930, p. 170 -176.

custo do salário e o de manter uma população constantemente disponível para o capital em momentos de expansão do uso do fator trabalho na produção[178].

O conceito mais apropriado para caracterizar a situação dessa população é o de *superpopulação relativa*, uma vez que ela deve ser enquadrada na parte economicamente ativa da sociedade, mas que não é necessariamente mobilizada e nem está disponível para o capital residente nas cidades. A constatação desse vultoso excedente de força de trabalho nos remeteu também ao conceito de *massa marginal*, elaborado por José Nun[179]. De acordo com Nun, a *massa marginal* é uma parcela sobrante da população cuja existência era afuncional em relação ao mercado de trabalho, devido ao baixíssimo grau de integração produtiva dessa população em setores econômicos dotados de algum dinamismo relevante[180].

O conceito de massa marginal foi elaborado por Nun para o contexto latino-americano da década de 1960, quando já vigorava, em algumas regiões, o capitalismo monopolista dependente. Obviamente esse conceito deve ser usado com ressalvas para o contexto estudado. Devemos ressaltar que as formações sociais urbanas em questão eram movimentadas por dinâmicas econômicas essencialmente mercantis e que a produção manufatureira era composta por um amálgama de formas de produção dentro do qual a relação capitalista compunha apenas uma pequena franja. A contribuição da utilização do conceito de Nun reside apenas no fato do *excedente estrutural de força de trabalho* das duas cidades ter tido o mesmo comportamento que uma massa marginal diante do contexto de formação de mercados de trabalho pequenos, incompletos e congestionados.

Dentro dessa massa da população sem integração produtiva bem definida destacava-se a presença muito mais significativa de brasileiros do que de imigrantes, principalmente no Rio de Janeiro. Na capital, quase 78% das pessoas que se enquadravam no *excedente estrutural de força de trabalho* era composta por brasileiros, enquanto apenas 22% eram estrangeiros. O caso de São Paulo mostra um panorama mais bem distribuído, uma vez que 52% do total do excedente era de fato brasileira. Entretanto, devemos mencionar que o percentual estrangeiro da população era muito maior em São Paulo do que no Rio de Janeiro, ainda mais se levarmos em consideração apenas a população com alguma ocupação definida. Além disso, podemos inferir que dentro da população considerada nacional de ambas as cidades havia um imenso contingente de descendentes de estrangeiros.

---

[178] SOUZA, Paulo Renato. *A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas.* 1990. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1980, p. 16.
[179] NUN, José. *Marginalidad y Exclusión Social.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 2001.
[180] Ibidem, p. 115.

O percentual de estrangeiros residentes na capital federal variou de 26 para 21% entre 1907 e 1920[181]. Esse último censo assinalava que a população estrangeira da cidade de São Paulo chegava a 36% do total dos habitantes. Apesar de representar minoria diante da população geral, os estrangeiros compunham boa parcela da força de trabalho urbano. Segundo apontamentos existentes no próprio Censo de 1907, a presença de estrangeiros ultrapassa 50% das ocupações totais em muitos ramos manufatureiros[182].

O próprio Censo Industrial de 1920 menciona esse predomínio da presença estrangeira nos principais ramos da economia urbana carioca: a indústria, o transporte e o comércio. No que tange exclusivamente a indústria, a maioria dos trabalhadores integrados nos ramos ligados a produção de alimentos, artefatos de madeira e edificações eram de outras nacionalidades, dentre as quais a portuguesa se sobressaia. Já os setores têxtil, metalúrgico e vestuário e toucador eram marcados pelo predomínio do trabalhador brasileiro[183].

Em São Paulo, havia o predomínio de estrangeiros no setor de transportes, enquanto o comércio era ocupado por brasileiros. A análise dos dados sobre a indústria mostrou um amplo predomínio estrangeiro nos setores de alimentação, edificações e metalurgia[184]. Os dados do Censo Demográfico não nos permite afirmar, mas podemos considerar que tanto a indústria quanto o comércio e os transportes eram dominados por pessoas cujas histórias pessoais remontavam à imigração.

O censo estudado não traz dados referentes à cor dos trabalhadores. Estudos clássicos de História e de Sociologia destacam uma diferenciação nos mercados de trabalho em vias de formação em São Paulo e no Rio de Janeiro. A maior presença negra no Rio de Janeiro era evidente. A concentração de população negra na cidade pode ser explicada pelos impactos da Abolição e da decadência da economia cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense.

O Distrito Federal contava com uma das maiores concentrações negras do continente americano durante o final do século XIX. O Censo de 1872, por exemplo, destaca que 12% dos trabalhadores da manufatura carioca eram escravos[185]. Em 1893, negros e mulatos compunham cerca de 30% do emprego manufatureiro carioca. Essa parcela da população

---

[181] Departamento Geral de Estatística. *Recenseamento Geral de 1920*. Vol. 2. Parte 1. *População do Rio de Janeiro (Districto Federal)*, 1923, p. LI.

[182] Departamento Geral de Estatística. *Boletim Comemorativo da Exposição Nacional* – 1908. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1908.

[183] Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral de 1920. Vol. 2. Parte 1. *População do Rio de Janeiro (Districto Federal)*, 1923, p. CXXII e 514.

[184] Departamento Geral de Estatística. *Recenseamento Geral de 1920.* Vol. 4. Parte 5. Tomo 1. *População*, 1930, p. 170-172.

[185] SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 107-142, mar/ago. 1988, p. 16.

estava situada, provavelmente, nos setores mais precários do setor secundário[186]. Além disso, a maioria dos trabalhadores portuários, dentre os quais se destacavam aqueles que trabalhavam na estiva, eram negros.

Essa presença negra se acentuou no mundo do trabalho ao longo das décadas iniciais do século XX. Eulália Lobo traz dados relevantes em relação a essa questão. A análise feita sobre 1.674 fichas de admissão de operários pela Companhia América Fabril, abertas entre 1911 e 1935, permitiu que ela chegasse à conclusão de que por volta de 32% dessas enquadravam os trabalhadores nas categorias pretos e mulatos[187]. O caso paulista era radicalmente diferente. Havia um predomínio de imigrantes italianos no mercado de trabalho em processo de formação.

Passemos da questão do excedente de força de trabalho para a estrutura de emprego do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Inspirados na estrutura ocupacional de 1920 proposta por Paul Singer[188], fizemos uma análise dos dados gerais sobre o emprego no Brasil a partir do Censo Demográfico, como se observa na Tabela 3.

**Tabela 3 -** Estrutura do emprego no Brasil – 1920

| | | |
|---|---|---|
| **Setor primário** | 21% | 6.451.530 |
| **Setor secundário** | 3,8% | 1.189.357 |
| **Setor terciário** | 4,92% | 1.509.367 |
| **Excedente de força de trabalho** | 29% | 8.812.986 |
| **Inativos*** | 41,3% | 12.672.635 |
| **Total** | 100% | 30. 635.875 |

*Foram considerados inativos os indivíduos sem profissão menores de 15 anos e também todos os indivíduos que viviam de renda auferida sem trabalho.
Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1920. DGE. Recenseamento Geral de 1920. Vol 4. Parte 5. Tomo 1. *População,* 1930, p. 4-7.

[186] MERRICK, Thomas; GRAHAM, Douglas. *População e desenvolvimento econômico no Brasil de 1800 até a atualidade.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 105.
[187] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro, do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, v. 2, p. 523.
[188] SINGER, Paul. *Força de Trabalho e Emprego no Brasil - 1920-1969.* São Paulo: Cebrap, 1971, p. 63.

Podemos dizer que as três primeiras linhas da tabela acima trazem os dados sobre a população brasileira potencialmente inserida em ocupações estáveis em 1920[189]. Nota-se que essa parcela da população tinha dimensões próximas do excedente de força de trabalho.

A *população economicamente ativa* era formada, em 1920, pela população potencialmente ocupada somada ao excedente de força de trabalho. Portanto, cerca de 18 milhões de pessoas compunham essa parcela da população no Brasil. Trata-se de 58,5% da população total brasileira em 1920.

A esmagadora maioria das pessoas empregadas do país estava situada em atividades rurais. Os setores secundário e terciário aparecem com uma participação total bastante próxima. Cabe ressaltar que os empregados na indústria estão divididos em setores, como têxtil, metalurgia, vestuário e toucador, produção de alimentos, cerâmica, edificações etc. Já no setor terciário, foram agrupados profissionais das áreas de transportes, do comércio, das comunicações, empregados em bancos, agentes a serviço dos organismos de repressão do Estado, pessoas empregadas nas administrações públicas e privadas, empregados domésticos e profissionais liberais.

Vejamos o mesmo processo de sistematização dos dados feito para as economias urbanas que interessam mais especificamente a esta pesquisa.

**Tabela 4 -** Estrutura do Emprego no Distrito Federal – 1920

| | | |
|---|---|---|
| **Setor primário** | 2,5% | 29.593 |
| **Setor secundário** | 13,5% | 154.488 |
| **Setor terciário** | 25% | 291.574 |
| **Excedente de força de trabalho** | 28% | 325.133 |
| **Inativos*** | 31% | 357.105 |
| **Total** | 100% | 1.157.873 |

*Foram considerados inativos os indivíduos sem profissão menores de 15 anos e também todos os indivíduos que viviam de renda auferida sem trabalho.
Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1920. DGE. Recenseamento Geral de 1920. Vol 4. Parte 5. Tomo 1. p. 24-27.

[189] O caráter potencial foi dado devido ao fato desse censo agrupar pessoas que tinham profissão definida independentemente de estarem ou não exercendo suas profissões no momento de realização da pesquisa censitária.

A estrutura de emprego do Distrito Federal apresenta um formato completamente diferente do panorama geral do Brasil. O espaço ocupado pelo setor primário era muito pequeno, provavelmente voltado às culturas de subsistência concentradas na região suburbana da cidade. A grande diferença em relação ao restante do país estava na parcela da população que potencialmente ocupava as posições ocupacionais menos instáveis do mercado de trabalho que se formava naquela cidade, basicamente vinculados ao setor secundário e ao terciário da economia. Ambos os setores são expressivamente maiores, em termos relativos, se comparados ao quadro geral do emprego do país. Eles formavam a ossatura de um dos mercados de trabalho mais importantes do país.

A dimensão do setor terciário se deve ao fato da urbe carioca abrigar a principal praça comercial do país, as instituições fundamentais da República, a maior parcela do funcionalismo público, um setor relativamente vasto de serviços urbanos e o aparelho de repressão do Estado, seja o exército ou a polícia. Já o expressivo tamanho do setor industrial no emprego remonta ao fato da manufatura carioca ter sido a maior do país ao longo de todo o século XIX e anos iniciais do século XX. Apesar de ter perdido seu lugar preponderante na atividade industrial, essa ainda era importante para a compreensão do perfil geral da cidade. Contudo, essa estrutura do emprego nos permite conferir à capital um perfil burocrático-administrativo neste contexto.

A parcela da população economicamente ativa com ocupações potencialmente menos instáveis era formada por 475.655 pessoas[190]. A análise dos dados contidos na Tabela 4 demonstrou que 32% dos trabalhadores situados nessa categoria estavam vinculados ao setor secundário da economia. A análise comparativa dos dados referentes ao setor terciário evidenciou que 62% dessa parcela da classe trabalhadora com potencial estabilidade no que tange à sua posição ocupacional.

[190] Trata-se da PEA sem o excedente de força de trabalho.

**Tabela 5 -** Estrutura do emprego na cidade de São Paulo – 1920

| | | |
|---|---|---|
| **Setor primário** | 2,5% | 14.500 |
| **Setor secundário** | 17,5% | 100.388 |
| **Setor terciário** | 15,3% | 88.720 |
| **Excedente de força de trabalho** | 32% | 184.092 |
| **Inativos*** | 33% | 191.333 |
| **Total** | 100% | 579.033 |

*Foram considerados inativos os indivíduos sem profissão menores de 15 anos e também todos os indivíduos que viviam de renda auferida sem trabalho.
Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1920. DGE. Recenseamento Geral de 1920. Vol 4. Parte 5. Tomo 1. *População,* 1930, p. 170-173.

Já em São Paulo, a parcela menos instável da população economicamente ativa estava concentrada na atividade manufatureira. Mesmo sendo uma capital de importante peso político, o caráter industrial da cidade estava de fato despontando nas primeiras décadas do século XX. A dinâmica regional de expansão industrial em São Paulo não foi apenas mais recente como também mais eficiente no sentido de transformar o perfil socioeconômico da cidade e também as próprias relações sociais ali travadas. Na década de 1920, a categoria manufatura já passava a ser essencial para a compreensão daquela realidade urbana em constante transformação.

Devemos destacar o peso considerável do setor terciário na estrutura geral do emprego. Acreditamos que esse percentual elevado deve-se basicamente ao rápido desenvolvimento dos serviços urbanos na cidade, como iluminação pública, transportes urbanos, distribuição de energia elétrica e o comércio em geral.

Cabe salientar uma diferença contrastante entre as realidades materiais das duas cidades comparadas. Trata-se da participação do emprego manufatureiro na parcela menos instável da população economicamente ativa[191]. A cidade de São Paulo destoava de todas as demais realidades econômicas existentes no Brasil nesse aspecto, uma vez que cerca de 50%

[191] Chamamos de parcela menos instável da PEA os trabalhadores inseridos nos setores primário, secundário e terciário da economia. Optamos por essa definição devido ao fato do que entendemos atualmente por desemprego e desemprego oculto estar inserido nessas categorias profissionais do censo demográfico. Em contrapartida a essa categoria teríamos o excedente de força de trabalho. Essa seria a parcela extremamente fluida e instável da PEA. Essa parcela participava massivamente no que chamamos atualmente de desemprego oculto. Lembremos que os conceitos de desemprego e desemprego oculto não são apropriados para esse contexto. A questão é que o excedente de força de trabalha tem comportamentos semelhantes a essa forma de desemprego.

dessa parcela da PEA estava inserida na manufatura. O emprego no setor terciário, por sua vez, representava 43,5% da fração menos instável da PEA.

Se compararmos o peso do emprego manufatureiro na população em idade ativa nas duas cidades, chegamos a um panorama de contraste. Do lado paulistano, cerca de 25% da população em idade ativa estava inserida na indústria em 1920, enquanto, do lado carioca, apenas 17% da PIA estava posicionada nesse setor da economia.

O panorama do emprego no setor terciário também apresenta diferenças importantes. Em termos relativos, esse setor tinha uma presença mais contundente no que se refere ao que chamamos de parcela menos instável da PEA. Entretanto, há uma diferença entre os setores terciários das duas cidades. Enquanto boa parte do terciário carioca dizia respeito à burocracia, às armas e, sobretudo, ao comércio; o paulistano tinha maior peso relativo de setores econômicos produtivos, como era o caso dos serviços urbanos mais modernos e dos transportes.

Esses dados nos levam a duas considerações. Em primeiro lugar, podemos afirmar que o peso do setor manufatureiro no mercado de trabalho era maior em São Paulo do que no Rio de Janeiro. Em segundo, podemos lançar a hipótese de que o peso do setor terciário vinculado ao setor produtivo também fosse maior em São Paulo. Portanto, podemos imputar ao nascente mercado de trabalho paulistano maior dinamismo e, consequentemente, um maior potencial transformador das relações sociais de produção se comparado ao do Rio de Janeiro.

Entretanto, devemos salientar que as economias dessas duas cidades dizem respeito a um pequeno segmento na superfície de um quadro econômico mais geral, caracterizado em sua essência pelas atividades rurais. O mesmo raciocínio é válido para situar a indústria no panorama geral tanto dessas economias regionais quanto da economia brasileira.

## 3.2. ESTRATOS SOCIAIS NA INDÚSTRIA E NO SETOR DE SERVIÇOS: SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO EM 1920

O Censo Demográfico nos permite ter uma visão ampliada das respectivas classes trabalhadoras de São Paulo e do Rio de Janeiro. A classe trabalhadora não deve necessariamente ser identificada apenas com o setor secundário da economia e muito menos com os estreitos limites tomados pela grande indústria, responsável por efetivar a subsunção

formal do trabalho ao capital. Mais ampla que isso, a classe trabalhadora está situada em diversas posições sociais ligadas diretamente à setores econômicos produtivos.

Assim sendo, podemos identificar segmentos importantes da classe trabalhadora espalhada em atividades nas quais as relações sociais capitalistas já se encontravam mais bem definidas, como eram os casos da manufatura, do comércio e dos transportes urbanos. De acordo com o censo em questão, o número de empregados nessas três áreas no Rio de Janeiro era, respectivamente, 154.488, 84.306 e 44.107[192]. Já os números para São Paulo na mesma época eram, respectivamente, 100.388, 29.582 e 13.914[193]. Portanto, o número total para o Rio de Janeiro seria 282.901 pessoas, enquanto em São Paulo haveria 143.884 indivíduos com potencial participação no assalariamento. Esses números absolutos representam um percentual da *população em idade ativa* próximo nas duas cidades. Trata-se, respectivamente, de 37% e 35% da PEA em São Paulo no Rio de Janeiro.

Analisemos agora os dados disponíveis para o emprego na indústria no censo populacional. Vejamos, nas tabelas seguintes, como o Censo Demográfico divide a população empregada nesse setor no Rio de Janeiro e em São Paulo de acordo com cada um de seus principais ramos de produção.

---

[192] Departamento Geral de Estatística. *Recenseamento Geral de 1920.* Vol 4. Parte 5. Tomo 1. *População, 1930,* p. XVI-XVII.

[193] Departamento Geral de Estatística. *Recenseamento Geral de 1920.* Vol 4. Parte 5. Tomo 1. *População, 1930,* p. XXIII-XXIV.

**Tabela 6 –** Trabalhadores empregados em cada industrial na cidade do Rio de Janeiro (Censo Demográfico)

| Ramos | Brasileiros | Estrangeiros | Total |
|---|---|---|---|
| **Têxtil** | 11.478 (11,5%) | 3.436 (6,3%) | 14.934 (9,5%) |
| **Indústria de couros** | 1.185 (1,2%) | 379 (0,7%) | 1.564 (1%) |
| **Madeira** | 8.497 (8.5%) | 8.510 (15,6%) | 17.007 (11%) |
| **Metalurgia** | 11.358 (11,5%) | 4.540 (8,3%) | 15.898 (10%) |
| **Cerâmica** | 342 (0,35%) | 364 (0,65%) | 706 (0,45%) |
| **Produtos químicos** | 281 (0,3%) | 164 (0,3%) | 446 (0,3%) |
| **Alimentação** | 2.801 (2,8%) | 3.003 (5,5%) | 5.811 (3,8%) |
| **Vestuário e toucador** | 35.769 (35,7%) | 19.110 (36,5%) | 54.891 (36%) |
| **Mobiliário** | 644 (0,64%) | 614 (0,3%) | 1.259 (0,8%) |
| **Edificações** | 16.221 (16,2%) | 10.153 (18,6%) | 26.333 (17%) |
| **Aparelhos de transporte** | 207 (0,2%) | 115 (0,2%) | 332 (0,2%) |
| **Produção de força física** | 3.237 (3,2%) | 910 (1,6%) | 4.149 (2,7%) |
| **Indústria de luxo** | 5.814 (5,8%) | 1.656 (3%) | 7.470 (4,8%) |
| **Outros** | 2.168 (2,1%) | 1.439 (2,6%) | 3.607 (2,3%) |
| **Total** | 100.002 (100%) | 54.395 (100%) | 154.488 (100%) |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos no Censo Demográfico. DGE. *Recenseamento Geral do Brasil.* Vol 4. Parte 5. Tomo 1. *População,* 1930, p. 25-27.

**Tabela 7 –** Trabalhadores empregados em cada ramo industrial na cidade de São Paulo (Censo Demográfico)

| Ramos | Brasileiros | Estrangeiros | Total |
|---|---|---|---|
| **Têxtil** | 5.681 (11,5%) | 4.728 (9,2%) | 10.408 (10,35%) |
| **Indústria de couros** | 868 (1,8%) | 544 (1%) | 1.412 (1,4%) |
| **Madeira** | 933 (1,9%) | 929 (2%) | 1.862 (1,8%) |
| **Metalurgia** | 4.828 (9,8%) | 5.275 (10,3%) | 10.103 (10%) |
| **Cerâmica** | 1.201 (2,4%) | 939 (2%) | 2.140 (2,1%) |
| **Produtos químicos** | 199 (0,4%) | 228 (0,4%) | 427 (0,42%) |
| **Alimentação** | 967 (2%) | 2.244 (4,3%) | 3.211 (3,2%) |
| **Vestuário e toucador** | 18.997 (39%) | 15.457 (30%) | 34.455 (34,4%) |
| **Mobiliário** | 1.951 (4%) | 1.917 (3,7%) | 3.868 (3,8%) |
| **Edificações** | 7.522 (15,3%) | 13.580 (26,5%) | 21.102 (21%) |
| **Aparelhos de transporte** | 290 (0,6%) | 266 (0,5%) | 556 (0,5%) |
| **Produção de força física** | 925 (1,9%) | 1.023 (2%) | 1.948 (2%) |
| **Indústria de luxo** | 2.828 (5,75%) | 1.557 (3%) | 4.384 (4,3%) |
| **Outros** | 1.881 (3,8%) | 2.631 (5%) | 4.512 (4,5%) |
| **Total** | 49.110 (100%) | 51.278 (100%) | 100.388 (100%) |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos no Censo Demográfico. DGE. *Recenseamento Geral do Brasil.* Vol. 4. Parte 5. Tomo 1. *População,* 1930, p. 170-172.

O exame das Tabelas 6 e 7 nos mostra a divisão da parcela da classe trabalhadora inserida na indústria nas duas cidades estudadas. Os principais ramos responsáveis pelo emprego em ambas as cidades eram os setores têxtil, metalúrgico, edificações e o de vestuário e toucador. No Distrito Federal, esses ramos empregavam 73% dos trabalhadores da manufatura. Em São Paulo, por sua vez, 77% dos trabalhadores estavam posicionados nesses setores.

O segundo volume do Censo Geral de 1920 traz apenas dados econômicos sobre a agricultura e indústria do Distrito Federal. De acordo com dados sistematizados nesse volume, os setores da manufatura que mais empregavam maquinaria eram o têxtil, metalúrgico, alimentação, produtos químicos e vestuário e toucador. Dentre esses, o setor têxtil era o que

mais se destacava no que tange a mobilização de energia (hp) a ser despendida no processo produtivo[194].

Essas duas tabelas nos permitem verificar as respectivas parcelas de trabalhadores nacionais e imigrantes que compunham a classe operária nas duas cidades. No que tange a esse aspecto há uma diferenciação clara em relação às estruturas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

De um lado, a capital nos apresenta um panorama marcado pela maior presença do trabalhador nacional nos setores mais intensivos em tecnologia, como o têxtil, o metalúrgico e o de vestuário e toucador. Esses foram os setores nos quais a forma capitalista de organização da produção se encontrava mais desenvolvida. Não apenas pela disseminação da mecanização da produção, mas também pela formação das primeiras grandes plantas fabris. Diferentemente desses setores, o ramo de edificações ainda estava organizado sob uma forma artesanal, com predomínio do trabalho manual. Nesse setor, também era notável o predomínio de trabalhadores brasileiros.

De outro, os dados para São Paulo nos trazem um panorama muito mais bem dividido entre trabalhadores nacionais e imigrantes, com uma presença pouco mais expressiva de trabalhadores estrangeiros na maioria dos ramos manufatureiros. Havia o amplo predomínio de estrangeiros apenas no setor de edificações. Ramo caracterizado por abrigar uma série de ofícios especializados.

Diferentemente do censo populacional, o censo econômico não traz dados específicos para as capitais dos estados. A apresentação das tabelas censitárias é organizada em torno dos dados absolutos apenas para o Brasil, o Distrito Federal e os estados. Felizmente, o Censo Geral traz um anexo estatístico de dois volumes com informações pertinentes a todas as empresas arroladas no censo econômico. Essas informações dizem respeito ao nome da empresa, sua área de atuação e sua localização no estado. O exame desse anexo nos possibilitou chegar à conclusão de que dentre as 4.145 empresas recenseadas no estado de São Paulo, cerca de 1.200 estavam localizadas em sua capital, ou seja, cerca de 30% desse total[195].

---

[194] Departamento Geral de Estatística. *Recenseamento Geral de 1920.* Vol II. Parte II. *Agricultura e Indústrias – Districto Federal*, 1924, p. LXXVII.

[195] Departamento Geral de Estatística. *Recenseamento Geral de 1920*. *Relação dos estabelecimentos recenseados no Distrito Federal, nos estados e no território do Acre*. Tomo II. 1924, p. 162-412.

**Tabela 8 -** Número de estabelecimentos industriais em São Paulo e no Rio de Janeiro - 1920

| Setores | São Paulo | Rio de Janeiro |
|---|---|---|
| **Têxtil** | - | 73 (5%) |
| **Couros** | - | 29 (2%) |
| **Madeira** | - | 95 (6%) |
| **Metalurgia** | - | 131 (8,5%) |
| **Cerâmica** | - | 89 (5,7%) |
| **Produtos químicos** | - | 232 (15%) |
| **Alimentação** | - | 203 (13%) |
| **Vestuário e toucador** | - | 422 (27%) |
| **Mobiliário** | - | 135 (8,7%) |
| **Edificações** | - | 65 (4,2%) |
| **Aparelhos de transporte** | - | 41 (2,6%) |
| **Produção de força física** | - | 2 (0,12%) |
| **Indústria de luxo** | - | 24 (1,5%) |
| **Total** | 1.200 (aproximado) | 1.541 (100%) |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos no Censo Industrial. Dados da cidade do Rio de Janeiro: DGE. *Recenseamento Geral do Brasil de 1920*. Vol. 5. Parte 1. *Indústria*, 1928, p. 182, 191 e 194. Dados da cidade de São Paulo: DGE. *Recenseamento Geral do Brasil de 1920*. *Anexo Estatístico. Relação dos estabelecimentos recenseados no Distrito Federal, nos estados e no território do Acre.* Tomo II, 1924, p. 162-412.

Em termos absolutos, o total de unidades manufatureiras das duas cidades era razoavelmente próximo. Entretanto, devemos ressaltar que a evolução manufatureira do Distrito Federal se deu dentro da perspectiva cronológica mais ampla que a de São Paulo, concentrada basicamente entre o final do século XIX e o início do XX. Significa dizer que alguns dos principais ramos do setor secundário da economia já surgiram organizados sob formas mais modernas de produção. Enquanto a década de 1890 foi um período de transição da manufatura ao capital industrial no Rio de Janeiro[196], esse marco serve como ponto de partida para a rápida expansão da *grande indústria* em alguns setores da manufatura paulista, como era o caso do setor têxtil e de alguns ramos do setor metalúrgico, alimentício, do setor de calçados e também o de chapéus.

[196] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro, do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, v. 2, p. 487.

O número de estabelecimentos em si diz muito pouco sobre o perfil manufatureiro e o desenvolvimento das relações sociais de produção nas respectivas cidades. Isso se dá pelo fato dessas unidades produtivas em questão estarem situadas dentro de um largo espectro de tipos de empreendimentos privados. Analisados separadamente, esses dados não nos permitem verificar os tipos de organização da produção e de relações sociais responsáveis pela acumulação.

Porém, é possível comparar o número total de *sociedades de capital* de São Paulo e do Rio de Janeiro. Esse tipo de empresa nos permite visualizar o estrato superior da produção industrial em ambas as cidades. Trata-se de uma camada da produção de mercadorias capaz de produzir em grande escala e de incorporar maquinaria na produção.

Assumiremos que a grande maioria das sociedades de capital do estado de São Paulo estivesse situada na capital devido ao início do processo de concentração industrial nessa cidade em movimento na virada do século XIX para o XX. O Censo Industrial destaca que 172 empresas da capital paulista estavam organizadas dessa forma e, consequentemente, tinham ações na Bolsa de Valores. Deste total, 130 estavam organizadas sob a forma de sociedades anônimas[197]. No Distrito Federal, havia 99 sociedades de capital, dentre as quais 69 eram sociedades anônimas[198]. Esses dados nos permitem afirmar que havia uma grande probabilidade do número de sociedades de capital ser maior em São Paulo do que no Rio de Janeiro. Essas empresas, sobretudo as sociedades anônimas, formavam o *locus* principal da constituição de *relações sociais capitalistas* em ambas as cidades.

Interessa-nos, mais especificamente, os dados relativos ao número de trabalhadores posicionados nos respectivos mercados de trabalho. A inexistência de dados arrolados para a cidade de São Paulo torna-se aqui um problema ainda maior. Optamos por contornar essa dificuldade tomando o mesmo caminho de Alexandre de Freitas Barbosa em sua tese de doutoramento[199]. Barbosa seguiu o estudo comparativo realizado por Azis Simão acerca da evolução da indústria e do operariado paulistano entre 1907 e 1920 com base nos censos industriais. Esse estudo menciona o número de trabalhadores da manufatura do estado e também da cidade de São Paulo para o ano de 1907. Segundo esses dados, 65,5% dos

---

[197] Departamento Geral de Estatística. *Recenseamento Geral de 1920.* Vol. 5. Parte 1. *Indústria,* 1928, p. 182.
[198] Departamento Geral de Estatística. *Recenseamento Geral de 1920.* Vol. 5. Parte 1. *Indústria,* 1928, p. 194.
[199] BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil.* São Paulo: Alameda, 2008, p. 201.

trabalhadores da indústria paulista vivia na capital do estado em 1907[200]. Imputamos essa mesma relação aos dados do Censo Industrial de 1920 para construir a tabela seguinte.

**Tabela 9 -** Número de trabalhadores ocupados em cada setor industrial – SP e RJ (Censo Industrial)

| Setores | São Paulo | Rio de Janeiro |
|---|---|---|
| **Têxtil** | 23.681 (41,5%) | 19.264 (34%) |
| **Indústria de couros** | 750 (1,3%) | 631 (1,5%) |
| **Madeira** | 1.420 (2,5%) | 1.444 (2,6%) |
| **Metalurgia** | 3.750 (6,6%) | 4.977 (8,9%) |
| **Cerâmica** | 6.365 (11,2%) | 2.343 (4,1%) |
| **Produtos químicos** | 3.229 (5,9%) | 3.454 (6,1%) |
| **Alimentação** | 7.625 (13,4%) | 7.305 (13%) |
| **Vestuário e toucador** | 7.136 (12,5%) | 10.639 (19%) |
| **Mobiliário** | 1.380 (2,4%) | 2.749 (4,9%) |
| **Edificações** | 495 (0,8%) | 892 (1,5%) |
| **Aparelhos de transporte** | 992 (1,7%) | 1.944 (3,4%) |
| **Produção de força física** | 44 (0,07%) | 301 (0,5%) |
| **Indústria de luxo** | 254 (0,4%) | 285 (0,5%) |
| **Total** | 57.121 (100%) | 56.229 (100%) |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos no Censo Industrial. DGE. *Recenseamento Geral do Brasil.* Vol. 5. Parte 1. *Indústria, 1928,* p. 254, 267 e 271.

A tabela 9 agrupa os números absolutos e os percentuais relativos de trabalhadores arrolados no Censo Industrial. Os dados relativos à cidade do Rio de Janeiro foram extraídos diretamente do Censo Industrial, enquanto os relativos à capital paulista resultam da aplicação da relação entre trabalhadores do estado e da cidade de São Paulo em 1907 aos dados do Censo Industrial de 1920. Essa foi é a única forma encontrada para estabelecer o cotejo entre as duas cidades para o ano de 1920.

Provavelmente, a presença do operariado fabril era ainda mais acentuada na capital em 1920 do que em 1907 devido não apenas ao tipo concentrado de crescimento industrial de São

[200] SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado:* suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Dominus, 1966, p. 43.

Paulo, mas também à migração de trabalhadores do campo para a cidade, promovida pela crise que assolou o setor exportador entre meados da década de 1900 e a Primeira Guerra Mundial. Devemos mencionar que essa operação com os dados vai contra o argumento que está sendo defendido neste capítulo da dissertação, acerca do maior dinamismo do mercado de trabalho de São Paulo em relação ao Rio de Janeiro. A operação feita com os dados acaba subestimando as reais dimensões do mercado de trabalho paulistano em 1920. Por isso essa operação não prejudica o cerne analítico do estudo.

Os dados agrupados anteriormente nos mostram como os trabalhadores estavam distribuídos seguindo um padrão bastante próximo. Devemos fazer algumas observações sobre esses dados. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que essa tabela subestima o número absoluto de trabalhadores paulistanos. Em segundo, há algumas diferenças mais sensíveis nos setores têxtil, metalúrgico e vestuário e toucador.

A economia paulistana contava com um percentual maior de trabalhadores inseridos no setor têxtil. Esse ramo da manufatura já havia disseminado a experiência do trabalho na *grande indústria*, ou seja, já contava com grandes plantas industriais, divisão do trabalho e com o assalariamento mais bem definido. A economia carioca, por sua vez, contava com percentuais relativos maiores de trabalhadores nos outros dois setores destacados. Tanto um quanto outro eram caracterizados pela heterogeneidade de formas de produção, que iam do artesanato à grande indústria. Provavelmente, a economia carioca abrigava um número relativamente maior de pequenos estabelecimentos do que a paulista.

Apesar dos números absolutos de trabalhadores em cada ramo industrial ser próximo, devemos ressaltar mais uma vez a assimetria demográfica existente entre as duas cidades. Portanto, apesar de menor, o total de posições sociais mais bem definidas é relativamente maior em São Paulo. Podemos afirmar também que o mercado de trabalho paulistano possuía maior capilaridade social do que o carioca dentro do contexto da década de 1920.

A Tabela 10 revela-se estratégica para este esforço de pesquisa. Sua elaboração teve como objetivo o agrupamento comparativo dos dados referentes ao número de trabalhadores recenseados no censo populacional e no econômico para as duas cidades. A partir de seus dados, faremos uma análise qualitativa sobre os mercados de trabalho em questão.

Para tanto, iremos, primeiramente, realizar alguns comentários de ordem metodológica acerca da produção desses dados por parte do Departamento Geral de Estatística. Eles irão nos ajudar a visualizar diferentes setores da classe trabalhadora captados pelo corpo documental desta pesquisa. Em segundo lugar, utilizaremos a metodologia desenvolvida por Paulo Renato Souza para o trabalho com esses tipos de dados censitários com o intuito de aprofundar a

análise dos dados em questão. Essa metodologia, que será apresentada mais a frente, permitirá que visualizemos diferentes estratos de relações sociais captadas pelos dados censitários[201].

Podemos dizer, de antemão, que os dados a respeito do número de trabalhadores industriais agrupados pelo Censo Demográfico são muito maiores do que os números absolutos apresentados para as mesmas categorias de trabalhadores arroladas no censo econômico. Compreender essa diferença é essencial por dois motivos básicos. Primeiro, permitirá que aprofundemos nossa visão em relação a esses mercados de trabalho. Segundo, e mais importante, esses diferenciais nos ajudarão a responder a indagação central levantada ao longo dessa dissertação.

Preocupamo-nos em levantar reflexões a respeito do fato da *modernização* das economias de São Paulo e do Rio de Janeiro conter permanências e rupturas no que se refere à transformação das relações sociais. Tendo em vista essa problemática, procuraremos pontuar historicamente, a partir dos dados censitários, as dimensões tomadas pelas *relações sociais capitalistas* em meio ao vasto conjunto de relações sociais articuladas pelos respectivos espaços de transação de força de trabalho de São Paulo e do Rio de Janeiro.

---

[201] SOUZA, Paulo Renato. *A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas.* 1990. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1980.

**Tabela 10 -** Comparação da população empregada nos dados dos censos Industrial e Demográfico

| | São Paulo | | | Rio de Janeiro | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ramos** | **CD*** | **CI**** | **CI - CD** | **CD*** | **CI**** | **CI - CD** |
| **Têxtil** | 10.408 (10,35%) | 23.681 (41,5%) | -13.273 | 14.934 (9,5%) | 19.264 (34%) | -4.330 |
| **Couros** | 1.412 (1,4%) | 750 (1,3%) | +670 | 1.564 (1%) | 631 (1,5%) | +933 |
| **Madeira** | 1.862 (1,8%) | 1.420 (2,5%) | +442 | 17.007 (11%) | 1.444 (2,6%) | +15.563 |
| **Metalurgia** | 10.103 (10%) | 3.750 (6,6%) | +6.353 | 15.898 (10%) | 4.977 (8,9%) | +10.921 |
| **Cerâmica** | 2.140 (2,1%) | 6.365 (11,2%) | -4.225 | 706 (0,45%) | 2.343 (4,1%) | -1.637 |
| **Produtos químicos** | 427 (0,42%) | 3.229 (5,9%) | -2.802 | 446 (0,3%) | 3.454 (6,1%) | -3.008 |
| **Alimentação** | 3.211 (3,2%) | 7.625 (13,4%) | -3.925 | 5.811 (3,8%) | 7.305 (13%) | -1.494 |
| **Vestuário e toucador** | 34.455 (34,4%) | 7.136 (12,5%) | +27.319 | 54.891 (36%) | 10.639 (19%) | +44.252 |
| **Mobiliário** | 3.868 (3,8%) | 1.380 (2,4%) | +2.488 | 1.259 (0,8%) | 2.749 (4,9%) | -1.490 |
| **Edificações** | 21.102 (21%) | 495 (0,8%) | +20.607 | 26.333 (17%) | 892 (1,5%) | +25.441 |
| **Aparelhos de transporte** | 556 (0,5%) | 992 (1,7%) | -436 | 332 (0,2%) | 1.944 (3,4%) | -1.612 |
| **Produção de força física** | 1.948 (2%) | 44 (0,07%) | +1.904 | 4.149 (2,7%) | 301 (0,5%) | +3.848 |
| **Luxo** | 4.384 (4,3%) | 254 (0,4%) | +4.129 | 7.470 (4,8%) | 285 (0,5%) | +7.188 |
| **Outras** | 4.512 (4,5%) | – | – | 3.607 (2,3%) | – | – |
| **Total** | 100.388 (100%) | 57.121 (100%) | +43.267 | 154.488 (100%) | 56.229 (100%) | +98.259 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos no Censo Industrial e no Censo Demográfico. DGE. *Recenseamento Geral do Brasil.* Vol. 4. Parte 5. Tomo 1. *População*, 1930, pp. 25, 26, 27, 170, 171 e 172. DGE. *Recenseamento Geral do Brasil*. Vol. 5. Parte I. *Indústria*, 1928, p. 254, 267 e 271.
*Censo Demográfico
**Censo Industrial

Iniciemos com reflexões metodológicas acerca da própria produção dos dados. Em boa medida, a diferença entre os dados dos censos existe pelo fato de ambos terem sido elaborados de formas completamente diferentes. O Censo Demográfico tem o habitante como unidade básica de pesquisa, já o Censo Industrial está centrado nas empresas espalhadas pelos espaços recenseados. Se, no primeiro censo, os agentes recenseadores foram responsáveis por se dirigirem até os domicílios dos indivíduos; no segundo, fichas foram enviadas para que as empresas as respondessem de acordo com sua realidade, eventualmente com auxílio de técnicos responsáveis. Os registros de imposto de indústrias e profissões foram utilizados como ferramentas para localização das empresas por parte dos agentes responsáveis pelo censo econômico[202].

Como foi dito anteriormente, o Censo Industrial de 1920 não excluiu os pequenos estabelecimentos de uma forma geral. Mas nem por isso esse censo deixava de contar com seus critérios de exclusão de certos tipos de empresas. Ele procurou arrolar empresas privadas responsáveis pela produção sistemática de mercadorias. Por isso, procurou-se excluir as pequenas oficinas responsáveis por tarefas a serem executadas sob encomenda, como alfaiatarias, farmácias etc.; oficinas de consertos que também fossem realizados sob encomenda; estabelecimentos varejistas; manufaturas organizadas em domicílio; oficinas pertencentes ao Estado; estabelecimentos pertencentes a empresas de transporte; a indústria gráfica, que era considerada comércio de varejo; empresas ligadas a construção civil, que operavam sob o regime de empreitadas; e empresas de construção de estradas de ferro[203].

A consciência desses critérios coloca questões importantes para esta pesquisa. Em primeiro lugar, eles excluem uma parcela da população situada na produção simples de mercadorias, no trabalho doméstico e em pequenas oficinas do ramo do vestuário que ofertavam pequenos serviços por encomendas dentro de um raio local de ação. Esses empreendimentos mantêm seu funcionamento baseado em relações pessoais, muitas vezes familiares, e na oferta de serviços em espaços intersticiais do mercado não preenchidos pela produção dos estabelecimentos maiores. Essas formas de trabalho não representam nenhum potencial de transformação qualitativa das relações sociais de produção, uma vez que praticamente excluem o assalariamento. Apesar disso, essas atividades mais simples são

---

[202] Essas diferenciações são estabelecidas no próprio censo. Estão contidas na introdução do volume II do Recenseamento Geral feita por Bulhões de Carvalho. Departamento Geral de Estatística. *Recenseamento Geral de 1920.* Vol. II. Parte 2. *Agricultura e indústria: Districto Federal,* 1924, p. LIX-LX.

[203] Esses critérios de exclusão se encontram espalhados ao longo do anexo metodológico do censo e das introduções feitas por Bulhões de Carvalho ao Censo Demográfico e ao Censo Industrial. DGE. *Recenseamento Geral de 1920.* Vol. I. Anexos, p. 55, item 116; Vol. II, Parte 2, pp. LIX-LX; Departamento Geral de Estatística. *Recenseamento Geral de 1920.* Vol. V. Parte 1. *Indústria,* 1928, p. V.

responsáveis pela inserção de um contingente considerável de trabalhadores. Em segundo lugar, tais critérios excluem pequenos estabelecimentos comerciais varejistas, como padarias, cujos trabalhadores costumavam figurar ao lado de trabalhadores industriais em censos anteriores. Por fim, esse censo exclui setores importantes da classe trabalhadora no que tange ao número de membros, à organização política e ao nível de consciência de classe. Falamos dos operários que trabalhavam em oficinas do Estado, na indústria gráfica e no ramo da construção civil.

Até a década de 1920, o setor da construção civil, que ainda não podia ser caracterizado como uma indústria, organizava-se através das empreiteiras. Estas recrutavam os trabalhadores de acordo com a demanda gerada pelo mercado, por isso não operavam com um número fixo de trabalhadores. Assim sendo, do ponto de vista do capital, era racional organizar o trabalho através de empreitadas. Isso não significa que o número de trabalhadores desse ramo fosse insignificante. Pelo contrário, a crescente urbanização e as próprias reformas urbanas de São Paulo e do Rio de Janeiro representavam demandas crescentes para o setor de edificações. Essa característica de organização do trabalho nesse ramo tornava impossível a quantificação de trabalhadores no setor por parte dos agentes recenseadores.

Os operários que trabalhavam em oficinas pertencentes ao Estado eram bastante numerosos no Rio de Janeiro, onde havia metalúrgicas, fábricas de armamentos e de embarcações geridas pelo governo federal. O Arsenal da Marinha, por exemplo, era responsável pelo emprego de mais de 400 trabalhadores ainda nos finais do século XIX[204]. Esse setor produtivo estatal foi retirado dos dados gerais do censo econômico.

A indústria gráfica, por sua vez, estava em fase de expansão no Rio de Janeiro desde meados do século XIX. Seu crescimento na capital paulista fora bem mais recente em relação ao do Distrito Federal, mas sua intensidade de sua expansão foi maior em São Paulo[205]. Os gráficos tinham um peso relevante nas manifestações da consciência de classe já nos oitocentos. Sua cultura grevista e associativa remonta, no Rio de Janeiro, os meados do século XIX. Esse setor forma uma parcela essencial da classe trabalhadora excluída do Censo Industrial devido ao fato das gráficas serem consideradas estabelecimentos comerciais na época.

Os gráficos aparecem contabilizados no censo demográfico. Essa indústria está incluída no ramo das indústrias de luxo. Nos censos, esse ramo aparece como “indústrias de

---

[204] SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira:* origens e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 245.
[205] VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários:* mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1852-1912). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000, p. 67.

luxo e relacionadas às ciências e às letras". Isso explica o diferencial existente nesse ramo no Distrito Federal e em São Paulo. Podemos afirmar, com algum grau de verossimilhança, que esse diferencial estaria próximo do número de trabalhadores gráficos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Esse total seria composto, respectivamente, por 7.188 e 4.129 pessoas.

A indústria de vestuário e toucador, como dissemos, era responsável pela produção de calçados, de roupas e de chapéus. A organização da produção tanto de um quanto de outro era marcada, de forma geral, pela heterogeneidade. Como veremos mais adiante, havia fábricas de calçados e de chapéus já caracterizadas plenamente pela experiência na grande indústria, mas 60% dos estabelecimentos desse ramo não empregavam máquinas na produção[206]. Ou seja, estavam limitadas ao trabalho manual típico do artesanato. O mesmo pode ser dito para os setores responsáveis pela produção de alimentos e de produtos químicos. A heterogeneidade das formas de organização da produção marcava a indústria como um todo nesse período. Portanto, um dos maiores diferenciais estabelecidos entre o Censo Demográfico e o Censo Industrial é explicado pelo imenso número de empreendimentos familiares e artesanais não captados pelo censo econômico.

Esses critérios da produção dos dados censitários explicam em parte as diferenças para os trabalhadores da indústria nos censos. Devemos ter consciência de que o Censo Demográfico é capaz de captar realidades de trabalho e relações sociais de produção muito diversas. Seu raio de ação une desde costureiras até trabalhadores empregados na grande indústria. Afinal de contas, o critério de enquadramento do indivíduo em cada setor econômico é anunciado por ele próprio diante dos agentes recenseadores. A partir disso, podemos afirmar que o alcance desse censo é muito mais amplo do que o restrito espaço alcançado pelo desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas. O Censo Industrial, por sua vez, pode nos fornecer um número mais próximo da realidade atingida pelo assalariamento industrial nas duas cidades em questão. Seu recenseamento focado nas empresas permite captar uma realidade material na qual o assalariamento estava em vias de expansão. Porém, devemos lembrar que esse censo não exclui os pequenos estabelecimentos. Essa parcela das empresas recenseadas desempenhava um papel extremamente limitado na disseminação do assalariamento.

Na obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, Lenin faz uma discussão metodológica acerca do uso de dados censitários para a compreensão da dimensão tomada pelo capitalismo, sobretudo, em países "atrasados". Segundo ele, os recenseamentos

---

[206] Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral de 1920. Vol. 2. Parte 2. *Agricultura e Indústrias (Districto Federal).* 1924, p. LII.

industriais seriam responsáveis por arrolar qualquer tipo de unidade produtiva responsável pelo emprego de trabalhadores, independente do tamanho dos estabelecimentos e, principalmente, de sua natureza[207]. Por isso pequenas oficinas são agrupadas ao lado de fábricas propriamente ditas. Essa análise se aplica ao caso do Recenseamento Geral estudado. As divisões das atividades econômicas da indústria foram feitas unicamente a partir da transformação da matéria prima. Nosso olhar para os documentos foi guiado no sentido de remontar os vários tipos de relações sociais envoltas no processo produtivo das duas cidades no contexto das primeiras décadas do século XX.

Nosso objetivo é dimensionar o alcance da novidade, o assalariamento, dentro de uma estrutura de relações sociais de produção marcada pela inércia, apesar do fim da escravidão e do avanço do processo de *modernização* econômica. Conforme as reflexões de Lenin, o assalariamento é compatível com a manufatura e, obviamente, com a grande indústria. Esse tipo de relação social de produção seria, para ele, a fase superior do capitalismo[208]. Desde que imerso em uma realidade material dotada de dinamismo no que tange à aceleração do investimento produtivo e ao aprimoramento da divisão do trabalho, a transformação qualitativa das relações sociais pode, no limite, levar ao desenvolvimento de um novo modo de produção[209].

As próprias características estruturais das economias em questão não favoreciam a expansão do assalariamento. Como dissemos no capítulo 1, tratamos de estruturas econômicas destituídas de fontes autônomas de dinamismo. A expansão industrial é tributária dos setores que compunham as respectivas espinhas dorsais de ambas as economias, articuladas através da preponderância do capital comercial. Além disso, o padrão do crescimento industrial era dado através de surtos, dependentes da conjunção de fatores favoráveis, como o aumento de tarifas protecionistas, a conformação de um cenário exterior favorável ou uma mudança na orientação da política econômica[210].

A nascente indústria possuía uma base fluida, ou seja, era desprovida de relações materiais entre seus diversos setores. Relações, essas, que poderiam engendrar efeitos de encadeamento caso o mercado interno estivesse ganhando dinamismo ou gerando novas demandas. A única possível exceção a essa regra era a indústria paulista, que já na década de 1920 passava a diversificar sua produção no sentido de oferecer bens intermediários (cimento,

---

[207] LENIN, Vladimir Ilich. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia:* o processo de formação do mercado interno e da grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 290.
[208] Ibidem, p. 289.
[209] Ibidem, p. 273-274.
[210] SUZIGAN, Wilson. *Indústria no Brasil:* origens e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 124.

ferro, aço etc.) e produtos mais complexos no mercado, como seda, raiom e borracha. Segundo Suzigan, o contexto do início dos anos 1920 marca o início de um processo de transição para um sistema econômico dominado pelo capital industrial em São Paulo[211].

Tais economias eram típicas de espaços nos quais o processo de desenvolvimento do capitalismo deixava aos poucos de representar apenas um potencial. Movidas pelas demandas geradas pela urbanização, pelo limitado crescimento do mercado interno e, principalmente, pelo investimento vinculado ao desenvolvimento de suas dinâmicas regionais, eram responsáveis pela expansão de variados tipos de empresas. Algumas mais modernas, caracterizadas por suas plantas maiores, pela maquinaria e pelo assalariamento; outras de organização mais arcaicas, nas quais o assalariamento não ocupava espaço algum, como as empresas familiares; e algumas que se encontravam em uma situação intermediária. Essas últimas eram as manufaturas quase capitalistas[212]. Eram caracterizadas pelo emprego de trabalho assalariado, pela possível inserção do patrão no campo da produção e por uma inserção intersticial no mercado. Para o período estudado, tanto as empresas capitalistas quanto as quase capitalistas eram responsáveis por ocupar uma camada superior nesses respectivos mundos do trabalho. Falar em camada superior não quer dizer que as condições de trabalho oferecidas fossem menos precárias. Optamos por essa denominação pelo fato desse estrato de empresas possuir maior potencial de promoção do assalariamento e, consequentemente, a expansão do mercado de trabalho.

O padrão de crescimento da economia da capital do país não favorecia necessariamente a expansão de um tipo de empresa em detrimento dos demais. Todas se expandem e vão ocupando espaços diferenciados no mercado. O mesmo não se dava na economia de São Paulo, mais próxima de uma transição real da manufatura para um sistema industrial moderno. Nessa cidade, tanto o dinamismo do grande capital cafeeiro quanto o paulatino distanciamento que a expansão industrial vai tomando em relação do sistema exportador, representado pela diversificação da produção, favorecem a expansão de setores econômicos organizados em moldes mais modernos. Trata-se de uma realidade mais próxima do desenvolvimento do capitalismo, já que a manufatura é substituída pela indústria em suas formas mais avançadas.

Apesar dessa diferença, a própria debilidade dos respectivos mercados regionais foi responsável pela criação de espaços diferenciados no mercado nas duas economias, que

---

[211] SUZIGAN, Wilson. *Indústria no Brasil:* origens e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 261.

[212] Essa caracterização dos tipos de empresas foi inspirada na tipologia adotada por SOUZA, Paulo Renato. *A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas.* 1990. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1980.

acabavam impulsionando empresas capitalistas e também as que não o eram. Inclusive, a expansão da forma tipicamente fabril de produção poderia formar novas demandas para outros setores.

O avanço da grande indústria não vai necessariamente quebrar as empresas organizadas sob as formas mais simples, fossem elas oficinas artesanais ou empreendimentos familiares organizados em domicílios. Isso se deve ao fato do crescimento demográfico e da renda monetária nas cidades alargarem os estreitos limites daqueles mercados. Além disso, as demandas urbanas por produtos manufaturados se enquadravam em diferentes perfis de qualidade. Esses elementos nos ajudam a entender a heterogeneidade das formas de produção em ambas as cidades.

Outro aspecto importante era o fato do desenvolvimento de empresas capitalistas não causava impactos negativos sobre o acesso à mão de obra por parte das empresas menores, uma vez que ambas as economias urbanas eram caracterizadas estruturalmente pelo excedente de força de trabalho.

A situação da indústria dentro do contexto dessas economias urbanas e a precariedade do emprego impediam que as maiores empresas obtivessem vantagens definitivas em relação às menores. Essas últimas poderiam ocupar espaços no mercado situados entre a importação e a produção da indústria local. Apesar de não contarem com mecanismos técnicos de intensificação do grau de exploração da força de trabalho, elas também contavam com mecanismos pessoais de extensão da jornada de trabalho e de rebaixamento da folha salarial.

Não é uma tarefa fácil identificar a natureza das empresas arroladas no censo. O mesmo pode ser dito para identificar as dimensões tomadas tanto pelo assalariamento quanto por relações sociais de produção menos desenvolvidas, por causa do próprio critério demasiadamente amplo adotado nos censos.

Essa dificuldade joga luz na metodologia desenvolvida por Paulo Renato Souza em sua tese de doutoramento para analisar dados censitários. Segundo ele, a maioria das atividades organizadas sob a forma capitalista estaria recenseada no Censo Industrial, enquanto o Censo Demográfico seria responsável por captar uma realidade demasiadamente ampla, unindo artesanato, manufatura e indústria propriamente dita. Essa hipótese foi esboçada a partir da própria metodologia de produção dos dados, já que o Censo Industrial seleciona o espaço amostral de empresas a serem recenseadas, enquanto o Censo Demográfico, cuja célula básica é o domicílio, acaba captando uma vasta gama de situações e

de relações sociais diferentes[213]. Souza utilizou esses princípios metodológicos em sua análise a respeito da estrutura do emprego e dos salários nas décadas de 1950 e 1970. Apesar das diferenças temporais, acreditamos que essa metodologia pode ser utilizada em nosso trabalho com os dados do Censo de 1920. A própria metodologia de produção do recenseamento de 1920 nos autoriza a utilizar a hipótese de Paulo Renato acerca da conexão existente entre os dados do censo econômico e a dimensão das empresas mais modernas e, consequentemente, do assalariamento.

Assumindo essa hipótese, podemos dizer que a subtração dos dados referentes às pequenas empresas contidas nesse censo nos aproxima da realidade formada pelas manufaturas e pelas fábricas propriamente ditas[214]. Caso nos concentremos nos dados referentes às empresas responsáveis pelo emprego de mais de 100 operários, estaríamos, dessa forma, limitando nosso olhar sobre o estrato superior das relações sociais em processo de transformação, já identificada com a experiência grande indústria e o assalariamento[215].

Ainda alinhavando a proposta metodológica de Souza de acordo com nossos problemas de pesquisa, chegamos à conclusão de que a diferença dos dados do Censo Demográfico em relação ao Industrial nos permite visualizar a dimensão do setor formado pelo artesanato, desde que a esse resultado final sejam somados os dados sobre os pequenos estabelecimentos contidos no próprio Censo Industrial. Assim, estaríamos mais próximos do *locus* menos dinâmico dos respectivos espaços de transação de força de trabalho, nos quais o assalariamento era pouco desenvolvido.

Vejamos as conclusões obtidas através da operacionalização dessa proposta metodológica nos dados agregados do Censo Industrial e do Demográfico para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O estrato produtivo formado por manufaturas e fábricas pode ser apreendido apenas através do Censo Industrial. Para tanto, devemos excluir os estabelecimentos e os empregados ligados ao artesanato incluídos nesse Censo. Essa operação é facilitada pelo fato do Censo conter dados referentes aos estabelecimentos em função do número de trabalhadores empregados. Optamos por subtrair as empresas responsáveis pelo emprego de menos de 19

---

[213] SOUZA, Paulo Renato. *A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas.* 1990. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1980, p. 141.

[214] Há tabelas do Censo Industrial que relacionam a média de empregados em estabelecimentos de acordo com o emprego de motores. A maior média encontrada por estabelecimentos que não empregavam motores é de 20 trabalhadores por fábrica. Por isso, consideramos que os pequenos estabelecimentos seriam aqueles responsáveis pelo emprego de menos de 19 trabalhadores. Departamento Geral de Estatística. Vol. V. Parte I. *Indústria*, 1928, p. 82.

[215] A identificação da grande indústria como empresas que empregavam 100 ou mais operários é sugerida pelo próprio Lenin na obra citada anteriormente.

pessoas. Esse crivo nos ajuda a selecionar as empresas que possivelmente contavam com algum grau de assalariamento, de divisão social do trabalho e com a exclusão do proprietário do espaço da produção. Ou seja, ele nos ajudará a realizar a aproximação em relação a uma franja dos respectivos mundos urbanos do trabalho que representavam um potencial real de transformação qualitativa das relações sociais de produção concentradas nas manufaturas e nas fábricas.

As fábricas não formavam o único espaço do mundo do trabalho manufatureiro responsável por disseminar a relação salarial. Devemos valorizar também as manufaturas, uma vez que elas foram importantes dentro desse contexto pelo fato de estabelecerem um elo real entre a pequena produção de mercadorias e as formas embrionárias do capital[216]. Além disso, a condição social dos trabalhadores da manufatura se aproxima da dos trabalhadores fabris, caso o número de trabalhadores da manufatura não seja muito reduzido. Ou seja, nesse caso a dimensão quantitativa acaba encontrando reflexos qualitativos no campo das relações sociais de produção engendradas nesses espaços produtivos. Portanto, de acordo com a nossa perspectiva, o número de trabalhadores define se uma manufatura é ou não capitalista.

Em síntese, fábricas e manufaturas capitalistas representavam o espaço de transformação qualitativa das relações sociais de produção nas duas cidades mais dinâmicas do Centro-Sul brasileiro. No que tange ao Distrito Federal, podemos dizer que essa parcela do mercado de trabalho era composta por 413 empresas, responsáveis pelo emprego de 48.328 operários. Na cidade de São Paulo, 46.697 operários estavam inseridos em empresas capitalistas. Infelizmente, não é possível apresentar o número de empresas da capital paulista que eram de fato fábricas e manufaturas capitalistas devido à ausência desses dados no Censo Industrial, como já foi mencionado.

---

[216] LENIN, Vladimir Ilich. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia:* o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 247-248.

**Tabela 11 -** Trabalhadores inseridos em fábricas e manufaturas capitalistas – São Paulo e Rio de Janeiro em 1920

| Cidades | Número de operários | Participação nos ocupados na indústria | Participação na PEA |
|---|---|---|---|
| **Rio de Janeiro** | 48.328 | 31% | 12% |
| **São Paulo** | 46.697 | 47% | 6% |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Industrial. Departamento Geral de Estatística. Vol. V. Parte 1. *Indústria*, 1928, p. 163, 163, 165, 267, 268, 269, 270 e 271.

Podemos dizer que esses números absolutos representam uma *proxy* do total de assalariados na indústria. Nota-se que, em termos absolutos, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro apresentavam números muito próximos no contexto do final da segunda década do século passado.

O quadro muda de figura se analisarmos esses dados diante do total de ocupados no setor secundário. Esse último dado seria o número total de trabalhadores industriais de acordo com o censo populacional. Em São Paulo, 47% dos trabalhadores desse setor estariam inseridos em manufaturas ou fábricas de acordo com o censo demográfico. Significa dizer que quase metade dos trabalhadores manufatureiros estaria inserida em relações sociais de produção potencialmente capitalistas. O quadro socioeconômico do Rio de Janeiro era diferente. Apenas 31%, da população economicamente inserida na indústria estaria envolta nesse tipo de relação social. Os mesmos percentuais diriam respeito à taxa de assalariamento na indústria. É marcante o dinamismo paulistano em relação ao carioca no sentido de promover esse tipo de relação social no setor industrial[217].

A verificação da participação do assalariamento na indústria no total da PEA revelou uma realidade ainda mais contrastante. Em São Paulo, a parcela do operariado assalariado da indústria era responsável por 12% da PEA. No Distrito Federal, tal parcela representava apenas 6% da população economicamente ativa. Se levarmos em consideração apenas a parcela dos trabalhadores menos instáveis da PEA (deixando de lado o excedente de força de trabalho), notamos os assalariados na indústria compunham 23% do total de trabalhadores em São Paulo e 10% no Rio de Janeiro.

[217] A taxa de assalariamento na indústria foi obtida através da verificação da participação dos assalariados na indústria dentro do conjunto de trabalhadores manufatureiros mencionados no Censo Demográfico.

Portanto, a dimensão do estrato mais dinâmico do mercado de trabalho paulistano era consideravelmente maior do que a do mercado de trabalho carioca em termos relativos. Devemos mencionar ainda que o número de trabalhadores de fábricas e manufaturas capitalistas da capital paulista foi obtido através da extração de 65,5% dessa mesma parcela de trabalhadores do estado de São Paulo. Se esse procedimento acabou subestimando o total real de trabalhadores, isso é ainda mais verdade na captação do estrato superior do mercado de trabalho manufatureiro. Isso se deve a maior concentração de grandes empresas capital. Logo, é possível afirmar a presença de trabalhadores industriais inseridos em relações sociais capitalistas era maior em São Paulo mesmo em termos absolutos.

Podemos afirmar, então, que a transformação qualitativa de relações sociais de produção após o fim do escravismo se deu de forma mais dinâmica em São Paulo do que no Rio de Janeiro. A constituição de relações sociais capitalistas, em São Paulo, se deu de forma concentrada ao longo do rápido processo de *modernização econômica* da cidade. O processo de modernização em movimento no Rio de Janeiro, por sua vez, teve menor capacidade de transformar o padrão das relações sociais de produção travadas nos mundos do trabalho daquela cidade.

O aprofundamento da análise acerca do dinamismo dos respectivos mercados de trabalho no referente ao potencial tomado pelo assalariamento na indústria requer a compreensão dos diferentes estratos sociais desse setor econômico. Nossa análise dos censos populacional e econômico nos permitiu dividir o emprego na indústria das duas cidades em quatro estratos produtivos diferentes. Trata-se da *grande indústria*, da *manufatura*, da *manufatura não capitalista* e das *atividades de natureza artesanal inseridas na indústria*.

Expliquemos de forma sucinta os critérios metodológicos aplicados aos dados com o intuito de captar esses diferentes estratos. Chegamos às dimensões da ocupação na *grande indústria* separando a parcela do operariado que trabalhava em empresas com mais de 100 trabalhadores. Situamos a *manufatura capitalista* separando os operários que trabalhavam em empresas responsáveis pelo emprego de 20 a 100 operários. A *manufatura não capitalista*, por sua vez, foi identificada pelas empresas responsáveis pelo emprego de menos de 20 trabalhadores. Como mencionamos, a nosso ver o assalariamento estaria potencialmente concentrado nesses dois primeiros estratos. Os dados para esses dois estratos e também para a manufatura não capitalista foram extraídos do Censo Industrial. Essa última parcela diz respeito ao número de trabalhadores elencados no Censo Industrial que trabalhavam em estabelecimentos que empregavam menos de 20 operários. Já as dimensões do artesanato foram extraídas a partir da diferença entre os trabalhadores da manufatura do Censo

Demográfico e os trabalhadores do Censo Industrial. Vejamos as dimensões tomadas por esses quatro estratos da produção manufatureira nas duas cidades durante os anos 1920.

**Tabela 12 -** Inserção de trabalhadores nos diferentes estratos produtivos da indústria

| | **São Paulo** | **Participação na parcela dos ocupados na indústria** | **Rio de Janeiro** | **Participação na parcela dos ocupados na indústria** |
|---|---|---|---|---|
| **Grande indústria** | 37.186 | 37,2% | 35.554 | 23% |
| **Manufatura capitalista** | 9.511 | 9,8% | 12.774 | 8% |
| **Manufatura não capitalista** | 10.424 | 10% | 7.901 | 5,2% |
| **Atividades de natureza artesanal na indústria** | 43.267 | 43% | 98.259 | 64% |

Fonte: Elaboração própria a partir do confronto de dados do Censo Demográfico com os do Censo Industrial. Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Brasil. Vol. IV. Parte V. Tomo I. *População*, 1930, p. 27, 71 e 87. DGE. Recenseamento Geral do Brasil Vol. V. Parte 1. *Indústria*, 1928, p. 164, 165, 166, 267, 268, 269, 270 e 271.

De maneira geral, a forma de produção baseada na *grande indústria*, a camada superior da produção industrial, era minoritária em ambos os panoramas manufatureiros em 1920. Trata-se de uma franja diante de um panorama manufatureiro de teor mais artesanal. Essa camada do setor industrial era caracterizada pelo pequeno número de empresas, pelo alto número de trabalhadores empregados, pela disseminação do assalariamento, por algum grau de integração produtiva e pelo uso intensivo de maquinaria. Ela estava limitada a 99 grandes empresas e era responsável pelo emprego de 35.554 operários no Distrito Federal[218]. Em São Paulo, 37.186 operários estavam inseridos nessa forma de produção.

Apesar de sua proximidade em termos absolutos, podemos afirmar que, em termos relativos, a expressão da grande indústria fosse muito mais relevante em São Paulo do que no

[218] Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Brasil de 1920. Vol. V. Parte 1. *Indústria*, 1928, p. 165.

Rio de Janeiro. Em São Paulo, cerca de 37,2% dos trabalhadores do setor secundário vivenciavam esse tipo de experiência do trabalho, enquanto apenas 23% dos trabalhadores industriais cariocas estavam inseridos nessa forma específica de produção.

Havia também uma discrepância entre São Paulo e o Rio de Janeiro quanto ao enquadramento dos operários da grande indústria no total da PEA. Cerca de 10% da PEA paulistana estava inserida na produção em *grande indústria*, enquanto esse percentual para a capital do país era de 4,5%. Se concentrarmos a verificação dessa parcela do operariado fabril na totalidade da parcela menos instável da PEA, notamos que ela alcançava cerca de 20% dessa parcela da PEA em São Paulo e apenas 7,5% dessa parcela PEA no Distrito Federal.

A preponderância de São Paulo não se dava apenas no estrato mais desenvolvido da indústria. A própria parte capitalista da manufatura abrigava uma parcela maior da população economicamente ativa inserida na indústria em São Paulo do que no Rio de Janeiro. Defendemos que esse estrato do setor industrial também era responsável por disseminar o assalariamento na indústria. Devemos mencionar que para esse estrato da indústria a diferença entre as duas cidades eram menores.

Vejamos a dimensão do setor artesanal de ambas as cidades. De maneira geral, esse setor era muito grande tanto no Distrito Federal quanto em São Paulo. Lembremos que a mescla entre fábricas e pequenas oficinas é típica de qualquer panorama manufatureiro em suas etapas iniciais. Esse setor era caracterizado por seu limitado potencial de promoção do assalariamento. Chama atenção a vasta dimensão do artesanato carioca em relação ao paulistano. Em termos absolutos, o número de trabalhadores inseridos nessa forma de produção no Rio de Janeiro é mais do que o dobro do de São Paulo. Consequentemente, a participação desses trabalhadores manuais e artistas na população empregada no setor secundário no Rio de Janeiro é muito do que em São Paulo. Portanto, 64% dos trabalhadores manufatureiros mencionados no censo populacional eram artesãos, enquanto a participação desses no total de trabalhadores manufatureiros era de 43% em São Paulo.

Os dados contidos na Tabela 12 levaram a conclusões importantes no que concerne ao cotejo das realidades industriais das duas cidades. Enquanto a participação relativa do estrato superior da indústria, identificado com relações sociais capitalistas propriamente ditas, era maior no mercado de trabalho paulistano, o setor artesanal dava tonalidades mais acentuadas ao perfil industrial carioca. Fica evidente, então, o maior dinamismo na indústria paulistana no que se refere à promoção de relações sociais capitalistas. Dessa forma, concluímos que, de fato, a expansão do emprego e do tipo mais moderno de relação social ocorreu realmente de forma mais rápida e concentrada em São Paulo.

Outra conclusão importante diz respeito ao fato do setor secundário da economia de São Paulo era mais heterogêneo do que o carioca, apesar da presença mais avantajada do estrato industrial capitalista. A parcela majoritária do emprego manufatureiro se dava em atividades de natureza não capitalista. A manufatura carioca era menos heterogênea devido ao predomínio do conteúdo artesanal de seu processo produtivo. Nessa cidade, o assalariamento e a grande indústria representavam uma camada superficial sobreposta a uma estrutura manufatureira ainda artesanal.

Podemos visualizar a dimensão da grande indústria no setor secundário das respectivas economias urbanas. Para tanto, optamos por concentrar nossa análise no setor têxtil. Esse é um setor paradigmático no que se refere à transformação das relações sociais de produção nas primeiras fases da evolução industrial de economias potencialmente capitalistas.

Esse setor se destacava nas duas cidades selecionadas para o trabalho com o Censo Industrial. A maioria dos trabalhadores desse setor já vivenciava a experiência do trabalho na grande indústria. As empresas de fiação e tecelagem, por exemplo, contavam apenas com essa forma de organização da produção. A indústria têxtil passou por drásticas mudanças em sua forma de produção ao longo do final do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX. Tais transformações articularam o aumento do número de operários com a elevação da composição orgânica do capital. Por isso, a taxa de exploração do trabalho aumentou bastante nesse ramo da indústria. Esse elemento foi confirmado pelo crescimento sistemático do emprego de mulheres e crianças no processo produtivo e também pelo rebaixamento salarial[219].

Devemos mencionar uma diferença quanto à evolução desse setor nas economias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Enquanto o Distrito Federal passava por uma difícil transição da manufatura para a grande indústria, compreendida por Eulália Lobo através da diminuição do número de estabelecimentos e pelo aumento do valor da produção[220]; em São Paulo, notava-se a expansão desse setor já sob a forma de *grande indústria*, entre o final do século XIX e o começo do século XX. Essa expansão foi iniciada por dois vetores: (1) a formação de capital por parte de agentes ligados ao comércio importador e (2) e o vazamento de capitais do setor exportador para a indústria têxtil.

---

[219] Os trabalhadores têxteis tinham remunerações inferiores em relação à maioria dos outros ramos industriais. Esse diferencial pode ser comprovado com a segunda parte do Censo Industrial, referente aos salários.

[220] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro, do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, v. 2, p. 445.

**Tabela 13 -** Participação da grande indústria no setor têxtil diante indústria total – São Paulo e Rio de Janeiro em 1920

| Cidades | Empresas | Sociedades Anônimas | Trabalhadores | Participação na parcela dos ocupados na indústria |
|---|---|---|---|---|
| **São Paulo** | - | - | 22.472 | 22,5% |
| **Rio de Janeiro** | 22 | 17 | 17.641 | 11% |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Industrial. DGE. *Recenseamento Geral do Brasil de 1920*. Vol. V, parte 1. *Indústria*, 1928, p. 182, 190, 193, 278, 279, 291, 294 e 295.

Havia 73 empresas do setor têxtil no Distrito Federal em 1920, das quais 17 eram sociedades anônimas[221]. Dentre esses 73 estabelecimentos, 22 já eram responsáveis pelo emprego de 100 ou mais operários. Já em relação aos operários, podemos dizer que 90% dos 19.264 trabalhadores têxteis estavam inseridos na grande indústria, a fase superior da produção industrial[222].

As dimensões dessa forma de organização da produção têxtil em São Paulo eram maiores do que a do Rio de Janeiro, em termos absolutos. A preponderância paulistana já vem à tona se levarmos em conta essa superioridade em relação ao tamanho das duas cidades. Fica ainda mais clara quando comparamos a participação desses operários no total de trabalhadores industriais mencionados no Censo Demográfico para as duas cidades. Se apenas 11% dos trabalhadores manufatureiros do Rio de Janeiro estavam posicionados na grande indústria têxtil, esse percentual se elevava para 22,5% em São Paulo.

A reflexão teórica realizada em nosso trabalho de sistematização dos dados nos permite aprofundar a análise sobre a indústria das duas cidades a partir dos dados da Tabela 10. Chama atenção a diferencial negativo entre os dados do censo populacional e do econômico. Essa diferença atinge números negativos nos dois casos, mas chama a atenção o fato dessa diferença ser de -13.273 em São Paulo e -4.330 no Distrito Federal. A compreensão

[221] Os dados sobre o número de sociedades anônimas em cada ramo industrial estão contidos na página 82 do Censo Industrial. Departamento Geral de Estatística. Vol. V. Parte 1.
[222] Departamento Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil de 1920.* Vol. V. Parte 1. *Indústria*, 1928, p. 278-279.

dessa assimetria nos leva a conclusões qualitativas importantes a respeito do dinamismo desse setor nas duas cidades.

No contexto dos anos 1920, a indústria têxtil era caracterizada pela integração de todas as operações necessárias para a transformação da matéria prima em tecido com acabamento dentro do complexo fabril. Por isso, as grandes fábricas agregavam setores especializados em tinturaria além de oficinas mecânicas responsáveis pelo reparo da maquinaria[223]. Isso explica o fato do censo econômico agrupar um número maior de trabalhadores para esse setor do que o censo populacional. Se o censo econômico traz um número muito maior de trabalhadores, podemos dizer que essa estrutura moderna de produção, marcada pela integração produtiva, era mais bem desenvolvida em São Paulo do que no Rio de Janeiro. O dinamismo da indústria têxtil era capaz de integrar outras atividades em seu processo produtivo. Provavelmente, o Distrito Federal contava com fábricas mais antigas que as de São Paulo.

Essa tabela também nos permite visualizar a heterogeneidade de alguns setores em que as unidades produtivas mecanizadas conviviam com pequenas oficinas artesanais, como eram o caso dos setores metalúrgico e de vestuário e toucador em ambas as cidades. No setor metalúrgico, 60% dos trabalhadores estavam inseridos em estabelecimentos artesanais em São Paulo, enquanto no Rio de Janeiro a fração artesanal desse setor abrigava 70% dos trabalhadores. Em ambas as cidades, cerca de 80% dos trabalhadores empregados em fábricas de calçados e chapéus (vestuário e toucador) estavam inseridos em estabelecimentos artesanais.

Passemos do setor secundário da economia ao terciário das duas cidades em 1920. Já apresentamos dados agregados para esse setor como um todo. Vejamos, então, os dados de cada um dos ramos que compunham os serviços urbanos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Os serviços urbanos tinham um papel importante na acumulação da riqueza nas duas cidades e também promoviam o assalariamento.

---

[223] RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930).* Campinas: Hucitec/Unicamp, 1988, p. 50.

**Tabela 14 -** Ocupação no setor terciário em São Paulo e no Rio de Janeiro - 1920

| | **São Paulo** | **% em relação à parcela menos instável da PEA** | **% em relação à PEA** | **Rio de Janeiro** | **% em relação à parcela menos instável da PEA** | **% em relação à PEA** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Transportes** | 12.822 (14,5%) | 6,2% | 3% | 40.871 (14%) | 8,5% | 5,1% |
| **Comunicações** | 1.092 (1,2%) | 0,5% | 0,3% | 3.236 (1,1%) | 0,6% | 0,4% |
| **Serviços financeiros** | 1.953 (2,2%) | 0,9% | 0,5% | 2.837 (1%) | 0,5% | 0,35% |
| **Comércio** | 28.629 (32,3%) | 14% | 7,5% | 85.469 (29,3%) | 18% | 10,5% |
| **Burocracia** | 4.974 (5,6%) | 2,4% | 1,3% | 25.563 (8,7%) | 5,3% | 3,2% |
| **Armas** | 5.783 (6,5%) | 2,8% | 1,5% | 24.835 (8,5%) | 5,2% | 3% |
| **Administração privada** | 4.011 (4,5%) | 2% | 1% | 9.792 (3,3%) | 2% | 1,2% |
| **Profissionais liberais** | 13.980 (15,6%) | 7% | 3,6% | 27.219 (9,3%) | 5,7% | 3,4% |
| **Empregados domésticos** | 15.476 (17,4%) | 7,6% | 4,1% | 71.752 (25%) | 15% | 9% |
| **Total** | 88.720 (100%) | 43,5% | 23,2% | 291.574 (100%) | 61% | 36,4% |

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1920. Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral de 1920, Vol. 4, Parte 5, Tomo 1. *População*, 1930, p. 24, 25, 26, 27, 170, 171, 172 e 173.

A análise dos dados agregados já demonstrava o grande peso desse setor no mundo do trabalho da cidade do Rio de Janeiro. A Tabela 14 confirma isso, pois a parcela majoritária da população economicamente ativa estava inserida nesse setor econômico. A capilaridade desse setor no mundo do trabalho paulistano também era notável, apesar do fato de, nessa cidade, a participação dos setores mais modernos da indústria ser mais relevante naquele nascente espaço de transação de força de trabalho. Em ambas as cidades, o setor comercial e os serviços urbanos tinham um peso importante na composição da força de trabalho urbana.

A correlação dos dados sobre a indústria e os serviços urbanos, espaços essenciais na disseminação da relação salarial, nos permite calcular a *taxa de assalariamento* das duas

economias em questão. Para tanto, seguiremos o procedimento realizado por Alexandre Barbosa em seu estudo sobre o mercado de trabalho paulistano durante o mesmo período[224]. Segundo ele, a taxa de assalariamento seria dada pela verificação da participação do total dos trabalhadores assalariados (operários assalariados na indústria, trabalhadores empregados nos transportes, nos serviços financeiros, no setor de comunicações, na burocracia e na força pública) no número total de ocupados, de acordo com o Censo Demográfico. Essa operação, feita com os dados das duas cidades estudadas, nos permite afirmar que a taxa de assalariamento da economia paulista era de 36% e a da carioca era de 30%.

Se nossas constatações empíricas acerca do desenvolvimento do assalariamento na indústria mostrou uma diferença considerável entre São Paulo e o Rio de Janeiro, a taxa total de assalariamento mostrou-se mais próxima nessas duas cidades. Ou seja, a dimensão do setor de serviços urbanos na capital do país serviu para atenuar a disparidade no que concerne à promoção do emprego e do assalariamento nas duas cidades.

Voltemos nosso olhar para as parcelas do setor de serviços com um papel importante na acumulação de riqueza e na disseminação da relação salarial. A parcela do terciário em questão formava, ao lado de uma parte da indústria, o espaço mais dinâmico dos respectivos mercados de trabalho. Nesse sentido, é válido destacar os setores mais modernos dos serviços urbanos, como era o caso dos transportes e das comunicações. Esses dois ramos tinham uma penetração na população economicamente ativa de dimensões similares nas duas cidades. Neste caso, a economia carioca contava com uma ligeira vantagem em relação à paulistana. Além desses dois setores, também cabe dar evidência ao emprego nos serviços financeiros. Este ramo englobava as atividades dos bancos, das agências de seguro, de câmbio e as casas comissárias. Como mostram os dados, a participação relativa dos serviços financeiros no emprego urbano era maior em São Paulo, provavelmente devido à presença de parte da estrutura de comercialização do café na cidade.

O comércio era um dos setores mais importantes de ambas as economias urbanas. Infelizmente, o Censo Demográfico não traz dados mais específicos sobre esse setor. A lista de profissões do Censo menciona os dados referentes a esse setor em dois itens: “Commercio Propriamente Dito” e “Outras Espécies de Commercio”. Essa caracterização vaga não nos permite diferir o grande comércio do pequeno. Ou seja, o emprego em firmas importadoras ou em pequenos armazéns é tratado da mesma forma. Assim sendo, somos obrigamos a nos

[224] BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil.* São Paulo: Alameda, 2008, p. 304.

limitar a dizer que o emprego nesse setor era mais avantajado na capital do país do que em São Paulo.

Os setores mencionados nos parágrafos acima têm alguma vinculação com a acumulação da riqueza, mas a maior parcela do setor terciário não era caracterizada por tal papel. O exemplo mais claro disso é a burocracia e o aparelho de repressão do Estado. Notamos que a participação na população economicamente ativa desses dois setores era maior no Rio de Janeiro. Isso devido ao fato da cidade abrigar as principais instituições públicas do país no que se refere tanto à burocracia quanto às armas.

Outro elemento de destaque é o número expressivo de trabalhadores inseridos nos serviços domésticos no Rio de Janeiro. A dimensão desse fenômeno social deve ser explicada a partir da abolição da escravidão. Provavelmente, esse número considerável de empregados domésticos era composto por antigos escravos domésticos que continuaram servindo seus senhores mesmo com o fim da escravidão. No Distrito Federal, 15% da população economicamente ativa era formada por esse tipo de trabalhador; praticamente uma entre dez pessoas em idade ativa residentes no Rio de Janeiro eram empregados ou empregadas domésticas. Esse fenômeno não diz respeito apenas a um continuísmo histórico em relação ao recente passado escravista, como também serve como símbolo do mercado de trabalho menos dinâmico e de uma estrutura de repartição de renda mais desigual.

## 3.3. MERCADO DE TRABALHO E CLASSE TRABALHADORA: SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO EM 1920

O período que se estendeu entre o fim da escravidão e os anos 1920 foi marcado pela aproximação entre processos históricos vinculados à transformação da realidade socioeconômica das cidades estudadas. Trata-se da expansão do emprego em economias potencialmente capitalistas e da formação da classe trabalhadora. O primeiro processo correspondeu a uma transformação infraestrutural, enquanto o segundo foi um fenômeno social e cultural caracterizado pelas transformações nas experiências do trabalho urbano determinadas por aquelas alterações na base da sociedade.

Como afirmamos nos capítulos 1 e 2, São Paulo e Rio de Janeiro seguiram trajetórias distintas no que concerne à dinâmica de expansão material e à formação da classe

trabalhadora. Afirmamos, mais especificamente, que a formação regionalizada do capital deu tons também regionais a trajetória formativa da classe trabalhadora em ambas as cidades.

Devemos demonstrar neste momento o quanto essa questão é complexa. Todos os processos regionais de formação da classe trabalhadora foram partes constituintes de um processo sistêmico maior, vinculado ao espalhamento do capital por diversas zonas do globo a partir do final do século XIX[225]. Ou seja, a ligação entre diversas áreas econômicas do planeta ao centro do sistema mundo fomentou dinâmicas regionais de expansão material em algumas regiões da periferia. Essas dinâmicas, por sua vez, favoreceram diversos processos de formação da classe trabalhadora naqueles locais. O engate de economias periféricas no sistema mundial favoreceu dinâmicas de expansão econômica e processos formativos de classe trabalhadora não apenas nas cidades estudadas, como também em Buenos Aires e na Cidade do México.

Vejamos brevemente as linhas mestras dos processos formativos da classe trabalhadora em São Paulo e no Rio de Janeiro, os casos que interessam mais especificamente a este esforço de pesquisa, tendo em vista a reflexão realizada neste capítulo sobre a heterogeneidade da estrutura do emprego.

A principal hipótese acerca da formação da classe trabalhadora carioca foi desenvolvida por Marcelo Badaró de Mattos em sua tese de livre docência[226]. Seu estudo não possui um marco zero específico. Ele remonta a processos históricos que se desenvolveram entre meados do século XIX e a primeira década do século XX, período no qual o Rio de Janeiro serviu como palco para variados conflitos sociais movimentados pela luta de classes. Dentre esses conflitos, podemos citar as lutas empreendidas por escravizados, livres e libertos em torno do fim da escravidão e os tantos tipos de embates travados entre trabalhadores urbanos e seus empregadores no mundo do trabalho. De acordo com Mattos, a simultaneidade dessas lutas sociais e o compartilhamento de experiências comuns de vida e de trabalho na capital do país teriam evoluído no sentido da criação de redes de solidariedade e de resistência comuns entre escravos e livres, negros e brancos. O historiador ressalta a importância da comunhão de trabalhadores de variadas condições sociais na criação de estratégias de sobrevivência, formas de luta e organização comuns[227].

---

[225] VAN DER LINDEN, Marcel. The "Globalization" of Labour and Working Class. History and its consequences. *International Labor and Working-Class History*, n. 65, p. 136-156. 2004.
[226] MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravizados e Livres:* experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
[227] Ibidem, p. 21.

A organização dos trabalhadores cariocas estava materializada em seus diversos tipos de associações. O associativismo carioca foi vibrante ainda no século XIX. As irmandades, as sociedades beneficentes e as de socorro mútuo eram muito difundidas na capital do Brasil. A expansão do emprego ligou essa trajetória associativa ao incipiente operariado carioca. José Murilo de Carvalho quantificou a importância dada pelos trabalhadores urbanos ao associativismo. Segundo ele, havia 438 associações de auxílio mútuo responsáveis por agrupar cerca de 280 mil pessoas na capital do Brasil em 1912[228]. Uma grande parcela dessas mutualistas já era responsável pelo exercício da resistência operária ainda no século XIX. O principal produto desse longevo associativismo carioca foi a formação de uma cultura operária de enfrentamentos sistemáticos contra o patronato no começo do século XX. Além de alguns motins urbanos nos quais os trabalhadores foram os principais protagonistas.

A formação da classe trabalhadora em São Paulo foi um processo que teve sua apresentação histórica de forma conjunta com a imigração. Ela foi a principal saída para a crise do escravismo em São Paulo. Diante dessa crise, o Estado realizou uma forte intervenção no "mercado de trabalho" com o objetivo de garantir o acesso barato ao trabalho por parte do setor exportador da economia. As vultosas levas migratórias acabaram preenchendo também o mercado de trabalho que surgia na cidade a partir dos surtos industriais, da expansão dos serviços urbanos e da própria urbanização. Esse preenchimento foi constantemente reforçado durante a conjuntura de crise enfrentada pelo setor cafeeiro nos primeiros anos do século XX[229].

O mundo do trabalho paulistano passava a ser dominado por estrangeiros a partir do ocaso do escravismo. Na primeira seção deste capítulo levantamos dados sobre a forte presença estrangeira residente na capital paulista em 1920. Mencionamos também que a participação dos estrangeiros era maior ainda se limitarmos nosso olhar para a parcela da população ocupada. A presença estrangeira no mercado de trabalho paulistano é confirmada por vários relatos da época. Segundo o estudo de Bandeira Jr., os italianos compunham cerca de 80% do total de trabalhadores da cidade de São Paulo em 1901[230]. Alguns anos à frente, o Departamento Estadual do Trabalho produziu um boletim sobre as condições de trabalho na indústria têxtil. De acordo com esse documento, 60% dos trabalhadores têxteis eram de

---

[228] CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados.* O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 146.
[229] CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.* São Paulo: Difel, 1977, p. 126.
[230] BANDEIRA JR., Antônio Francisco. *A Indústria do Estado de São Paulo em 1901.* São Paulo. Tipografia do Diário Oficial, 1901, p XI.

origem italiana[231]. Esse percentual era maior ainda se focalizarmos apenas os ofícios especializados. Segundo o socialista italiano Antonio Piccarolo, cerca de 80% dos pedreiros empregados na cidade de São Paulo também tinham suas raízes na Itália[232].

A rapidez no preenchimento do mercado de trabalho com imigrantes acompanhou também os processos de expansão do emprego e de formação da classe trabalhadora em São Paulo. Entre 1906 e 1917, surgia em São Paulo uma estrutura associativa muito diversificada, capaz de promover a resistência operária. Essa estrutura era composta por ligas proletárias de bairro, sociedades beneficentes e pelos primeiros sindicatos. O intenso dinamismo do associativismo paulista não deve ser explicado apenas pela entrada de trabalhadores com potencial de ingresso na indústria, mas também devido ao fato de diversas lideranças operárias já carregarem consigo experiências em sociedades mutualistas e sindicatos cultivadas na Itália[233].

Em São Paulo, essas associações eram responsáveis por agregar um vasto contingente populacional, do qual boa parte era composta por operários e artistas[234]. O predomínio italiano nos permite afirmar que o associativismo paulistano conformava o espaço étnico essencial no desenvolvimento da consciência de classe em São Paulo.

Não apenas o associativismo de maneira geral, como a própria divisão geográfica da cidade favorecia a formação de bolsões étnicos que vieram a ser importantes no processo formativo da classe trabalhadora. Diferentemente do Rio de Janeiro, a vida operária paulistana se desenvolvia apartada em alguns bairros populares. Bairros formados em meio a colônias italianas, como foi o caso da Bela Vista, da Barra Funda, do Cambuci, do Bom Retiro, da Moóca e do Brás. Esses dois últimos bairros representavam, inclusive, as maiores concentrações fabris e operárias de São Paulo. Eles serviram de berço para o surgimento de duas ligas operárias bairristas na cidade[235]. Tanto as associações quanto os bairros operários

---

[231] Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1912. AESP. In: HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil, 1889-1930.* Vol. II. p. 61.

[232] MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro* (1890-1920). São Paulo: Paz e Terra, 1979, p. 16.

[233] Se a longeva imigração portuguesa para o Rio de Janeiro foi responsável por preencher aquele mercado de trabalho com camponeses, o mesmo não pode ser dito para o caso paulistano. A assimetria de graus de desenvolvimento econômico entre o sul e o norte italiano acabou respingando na qualidade da mão de obra exportada para o Brasil e, em particular, para São Paulo. A vazão de mão de obra da Itália para diversas regiões da Europa e da América expurgou trabalhadores inseridos tanto em contextos rurais mais atrasados quanto aqueles que estavam situados em contextos mais dinâmicos, já marcados pela indústria. Os trabalhadores provenientes do norte da Itália e do Vêneto cruzaram o Atlântico munidos de experiências com o trabalho manufatureiro e com formas de organização e de resistência. Sobre esse assunto cf. BIONDI, Luigi. *Classe e Nação:* trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920. Campinas: Unicamp, 2011, p. 117.

[234] Eram chamados de artistas os trabalhadores especializados e, sobretudo, os artesãos.

[235] TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias.* Campinas: Unicamp, 2004, p. 279.

representaram espaços em que costumes e formas de organização comuns eram compartilhados pelas classes subalternas da cidade.

As péssimas condições de vida e de trabalho aproximavam a vida dos trabalhadores que se inseriam em ambientes produtivos marcados pela exploração bruta da força de trabalho. Marcelo Badaró Mattos diz que esses dois elementos formaram o cimento negativo da consciência de classe de tantos trabalhadores espalhados pelo Rio de Janeiro[236]. Trata-se de uma unidade proletária construída a partir da miséria e da vulnerabilidade dessa parcela da população. O mesmo, de fato, pode ser dito para a experiência do trabalho produtivo em São Paulo. Devemos levar em consideração, ainda, o fato dos níveis salariais médios terem sido mais elevados no Rio de Janeiro do que em São Paulo nas primeiras décadas do século passado[237].

Mattos joga luz sobre um exemplar do periódico proletário *Eco Popular*, que nos informa que o custo de manutenção de uma família operária composta por quatro pessoas na capital era de mais ou menos 103$00, enquanto o ganho médio de um operário seria 96$000[238]. Em São Paulo essa situação não era muito diferente. Edgard Leuenroth e Hélio Negro fizeram um levantamento de dados parecidos para o caso paulista na primeira década do século XX. Eles apontaram que a renda média do trabalhador variava entre 80$000 e 120$00, sendo que o custo de reprodução da vida de uma família operária seria de 89$000[239]. Ambas as vozes proletárias demonstraram em seu tempo a insuficiência da remuneração daqueles submetidos ao trabalho produtivo.

Outro elemento que pode ser somado ao cimento negativo de comunhão operária nas duas cidades em questão era a *insegurança estrutural* do viver proletário. Segundo Mike Savage, essa insegurança estrutural seria a marca maior da existência dos trabalhadores inseridos em mercados de trabalho. Trata-se basicamente das incertezas derivadas dos riscos inerentes à venda da força de trabalho e da retirada das possibilidades para a reprodução autônoma de sua existência material[240]. A maioria dos trabalhadores urbanos das cidades estudadas vivia em uma realidade social movimentada por forças que lhes escapavam em absoluto. As incertezas recaiam sobre aspectos básicos da vida, como o acesso ao trabalho, ao

---

[236] MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravizados e Livres:* experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008, p. 201.
[237] VERSIANI, Flavio Rabelo. Escravos, Homens Livres e Imigrantes. Notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. In: SILVA, Sérgio; SZMERECSÁNYI, Tamás. *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial, 2002, p. 209.
[238] MATTOS, Marcelo Badaró de, op. cit., p. 74.
[239] DE LUCCA, Tânia Regina. *Indústria e trabalho na história do Brasil.* São Paulo: Contexto, 2001, p. 24.
[240] SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Claudio; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando da. (Orgs.) *Culturas de Classe.* Campinas: Unicamp, 2004, p. 33.

consumo, à moradia, a remuneração, as condições de trabalho e, sobretudo, a incapacidade de garantir a reprodução da própria existência após atingir a velhice.

Eram inúmeras as pautas de reivindicações dos movimentos sociais urbanos de São Paulo e do Rio de Janeiro entre 1890 e 1920. Muitas delas estiveram relacionadas ao mundo da produção. O contexto da afirmação das relações sociais de produção capitalistas nessas cidades foi permeado por tensões sociais permanentes. Dentre as reivindicações operárias propriamente ditas, podemos elencar as duras condições de trabalho, a insuficiente remuneração, as péssimas condições de moradia, a regulação do mercado de trabalho e a inserção de mulheres e de menores no processo produtivo. Os problemas sociais vividos pelas camadas populares dessas cidades passaram a estar conectados à materialidade da *condição proletária*. Esses problemas variavam de acordo com a inserção do trabalhador em cada estrato produtivo da indústria. Havia variação no que diz respeito a precariedade das condições de trabalho.

Podemos alinhavar as conclusões da parte empírica deste capítulo com as perspectivas teóricas de Claus Offe[241] e de Erik Ollin Wright[242], esboçadas no Capítulo 1 desta dissertação, para compreender as diversas formas de poder exercidas pelos trabalhadores em contextos de mercantilização de sua força de trabalho. Na primeira seção deste capítulo, buscamos remontar os diversos estratos nos quais estavam situadas as classes trabalhadoras de São Paulo e do Rio de Janeiro em relação ao mundo da produção. Essas variadas posições das classes trabalhadoras em questão iam do artesanato à grande indústria. Esses posicionamentos representavam barreiras e potencialidades para o exercício da resistência por parte dos trabalhadores. Vejamos, em primeiro lugar, uma síntese das principais conclusões às quais chegamos na seção anterior deste capítulo. Analisamos os censos populacional e econômico com o intuito de rastrear e de propor dimensões quantitativas para as diversas posições da classe trabalhadora em São Paulo e no Rio de Janeiro. Articulamos a categoria mercado de trabalho com essas variadas posições da classe trabalhadora através da circunscrição dos espaços tomados pelo assalariamento nas economias das duas cidades. Esses mercados de força de trabalho ainda não se encontravam em suas formas mais amadurecidas, uma vez que o assalariamento era uma realidade limitada a uma pequena franja das empresas e dos trabalhadores.

---

[241] OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1994.
[242] WRIGHT, Erik Ollin. *Working Class Power, capitalists-class interest and State compromise*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

O trabalho empírico desenvolvido na seção anterior nos colocou diante de mundos do trabalho muito heterogêneos, principalmente no que tange à parte do mercado de trabalho aberto pela expansão industrial nas duas cidades. Para além dessa heterogeneidade, notamos diferenças importantes no que concerne ao dinamismo desse tipo tão específico de mercado em gestação nas duas cidades. A cidade de São Paulo contava com um mercado de trabalho mais dinâmico do que o Distrito Federal em 1920. Como defendemos, o espaço de transação de força de trabalho paulistano era dotado de uma capilaridade social muito mais ampla que do que o da capital do país. Ou seja, a compra e venda de força de trabalho era mais importante para a compreensão da reprodução material da existência popular em São Paulo do que no Rio de Janeiro. Tanto é que, apesar da forte presença do setor moderno de serviços urbanos no Distrito Federal, a taxa de assalariamento geral da economia paulistana era maior.

No que se refere à indústria – setor essencial na disseminação do emprego e das relações capitalistas de produção − o cotejo entre as duas cidades se mostrou ainda mais desigual. A análise dos dados sobre o número de trabalhadores dos Censos Industrial e Demográfico demonstrou que a expansão industrial paulistana foi dotada de maior capacidade de promover relações sociais capitalistas[243]. Sugerimos, inclusive, que a parcela assalariada dos trabalhadores do setor secundário poderia chegar a 47% de seu total em São Paulo, enquanto atingia apenas um terço do total de trabalhadores manufatureiros na capital. Quanto à grande indústria, podemos dizer que ela tinha um peso relativo mais expressivo no mercado de trabalho paulistano em relação ao da capital. Em São Paulo, a grande indústria era responsável por compor o perfil da inserção produtiva de quase 40% dos trabalhadores manufatureiros.

Se a economia urbana do Distrito Federal era dotada de menor dinamismo no que diz respeito à promoção de relações sociais de produção mais promissoras do ponto de vista do capital, também podemos afirmar que o próprio perfil manufatureiro do Rio de Janeiro era predominantemente artesanal. O espaço de transação da força de trabalho estava pulverizado principalmente sobre várias oficinas ou pequenos estabelecimentos nessa cidade. Apesar desse setor artesanal da indústria ser avantajado nas duas cidades, sua presença era mais acentuada no Distrito Federal.

Esta pesquisa também procurou jogar luz sobre um problema social latente em ambas as cidades: a presença de vultosas massas populacionais cuja situação ocupacional era extremamente precária. Trata-se da parcela da população que compunha o que chamamos de

[243] Cf. Tabela 12 na página 123 deste capítulo. Nessa tabela é possível verificar a amplitude dos variados estratos da manufatura nas duas cidades.

*excedente de força de trabalho*. Tendo em vista apenas a parte urbana da cidade do Rio de Janeiro, notamos que esse excedente era composto por 51% da população em idade ativa. Em São Paulo, por sua vez, 41% da população se encontrava nessa situação social, marcada pelo baixo grau de integração produtiva da população. Essa assimetria pode ser explicada tanto pelo maior dinamismo da expansão industrial e do mercado de trabalho quanto pela maior presença de trabalhadores qualificados no perfil de sua mão de obra.

Passemos, então, a analisar essas conclusões à luz das ideias de Wright e de Offe. Em primeiro lugar, devemos dizer que o posicionamento de uma parcela dos operários na grande indústria não representava a eles nenhum tipo de privilégio. Pelo contrário, possivelmente tanto as condições de trabalho mais aviltantes quanto as maiores taxas de exploração da mão de obra estavam concentradas no setor mais avançado da indústria. Essa forma de produção estava concentrada em alguns setores da produção de alimentos, calçados, chapéus e, principalmente, no setor têxtil. A alta taxa de composição orgânica do capital imputava vulnerabilidade aos trabalhadores, uma vez que eles poderiam facilmente ser substituídos por outros no processo produtivo. O caso da indústria têxtil é ilustrativo acerca do surgimento da noção de trabalho abstrato, independente de habilidades técnicas, nas duas cidades. Nesse caso, a maquinaria era capaz de nivelar o esforço produtivo humano em operações simples e repetitivas. Por isso, uma das marcas da formação de capital no setor têxtil foi o emprego de mulheres e crianças na produção.

Em 1912, a integração de mulheres e de menores na produção de tecidos era muito relevante, principalmente em São Paulo. Segundo Maria Alice Rosa Ribeiro, esses dois grupos sociais chegavam a representar 80% do emprego nesse setor. Esses trabalhadores estavam todos inseridos em atividades que não requeriam qualificações especiais[244]. Os dados gerais do trabalho industrial contidos no Censo de 1920 demonstram a presença mais acentuada de mulheres na produção em São Paulo do que no Rio de Janeiro. De acordo com Wilson Cano, elas compunham 34% da classe trabalhadora de São Paulo, enquanto representavam 30% do total de trabalhadores do Distrito Federal[245].

A grande indústria produtora de tecidos não requeria qualificações técnicas de seus operários. Enquanto a própria estrutura fabril disciplinava os trabalhadores, o treinamento necessário para o trabalho era realizado com pouco tempo de experiência nas fábricas. A indústria têxtil é exemplar desse fenômeno, uma vez que a simplicidade de seu processo de

---

[244] RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930).* Campinas: Hucitec/Unicamp, 1988, p. 133-134.
[245] CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.* São Paulo: Difel, 1977, p. 127.

trabalho, baseado em tarefas repetitivas, propiciava a rápida adaptação dos trabalhadores[246]. Uma vez dispensada a qualificação da mão de obra, podemos inferir que esse setor da grande indústria, camada superior da produção manufatureira, tinha algum potencial em recrutar trabalhadores no que chamamos de massa marginal residente em ambas as cidades.

Se, por um lado, essa parcela do operariado integrada nos setores mais mecanizados da produção industrial encontrava as condições de trabalho mais precárias e as maiores jornadas de trabalho, por outro essa é a parcela que contava com a maior concentração de poder associativo[247]. As concentrações operárias das grandes plantas industriais têxteis obviamente encontravam maior potencial para o exercício de pressão política sobre a classe patronal.

O cotejo entre as duas realidades apresentadas na primeira seção deste capítulo nos leva a propor a hipótese de que a expansão do emprego representou também um crescente poder associativo dos operários de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Podemos defender essa hipótese a partir do rápido e concentrado processo de expansão da grande indústria em algumas parcelas do setor secundário da cidade. O mesmo não pode ser dito para o caso carioca, uma vez que a realidade material de seu tecido manufatureiro encontrava maiores dificuldades em realizar a transição industrial.

A conclusão acerca do maior ingresso de trabalhadores de São Paulo na produção em grande indústria pode, inclusive, ajudar a explicar o maior vigor do movimento operário paulistano no final da década de 1910. O altíssimo nível de enfrentamento classista durante a conjuntura grevista de 1917-1918 é inexplicável sem a preponderância desse tipo de trabalhador em São Paulo. Cabe ressaltar que o foco inicial de irradiação dessa conjuntura grevista esteve centrado nas fábricas de tecidos de Rodolfo Crespi e de Matarazzo. Essa conjuntura foi essencial na principal conquista operária das primeiras décadas do século XX: a imposição da necessidade da regulação do mercado de trabalho às frações industriais das burguesias regionais[248].

A própria estrutura da produção em grande indústria favorecia a organização política do operariado, uma vez que fábricas grandes poderiam formar suas próprias associações de trabalhadores. Além disso, uma greve geral, principal estratégia revolucionária de anarquistas e de socialistas, deveria contar com o peso das grandes plantas fabris para ter sucesso. O

---

[246] RIBEIRO, Maria Alice Rosa, op. cit., p. 135.
[247] WRIGHT, Erik Ollin. *Working Class Power, capitalists-class interest and State compromise*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 962.
[248] GOMES, Angela Maria. *Burguesia e Trabalho:* política e legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 133-134.

cessar das atividades nas principais fábricas poderia, inclusive, atrair os trabalhadores dos menores estabelecimentos para a luta de classes.

O desenvolvimento das forças produtivas era bastante desigual dentro do panorama manufatureiro paulistano e do carioca. A experiência do trabalho tipicamente fabril era limitada a uma fina camada do setor secundário, principalmente no Rio de Janeiro. A maioria dos setores era marcada pela convivência entre fábricas, manufaturas e oficinas. Ou seja, havia uma coexistência de ambientes produtivos caracterizados por diferentes formas de produção.

Os trabalhadores inseridos em formas artesanais de produção, por sua vez, podem ser divididos em duas categorias ocupantes de diferentes posições no mercado de trabalho. Uma delas era composta pelos trabalhadores qualificados situados em atividades econômicas cujas demandas foram crescentes no começo do século XX. Esse era o caso dos profissionais da construção civil, como pedreiros e canteiros, e também uma parcela dos empregados no setor metalúrgico. A outra diz respeito ao trabalho artesanal mais ou menos qualificado responsável pela produção de mercadorias similares as produzidas pela grande indústria. Obviamente devemos fazer uma ressalva a respeito da parcela do artesanato responsável pela produção de bens de luxo.

A rápida urbanização das duas cidades estudadas representava grandes demandas para o setor da construção civil. Do ponto de vista do capital, essas demandas encontravam barreiras na forma artesanal do exercício dessa atividade produtiva. A contrapartida a essa diferença entre oferta e demanda por trabalho foi a concentração de poder de barganha de mercado por parte dessa parcela da classe trabalhadora. Esse poder, ligado ao oferecimento de mão de obra no mercado, foi traduzido não apenas em maiores salários por parte desses trabalhadores qualificados, como também em maiores possibilidades de impor limites às condições da acumulação em vigência. Ou seja, esse estrato da classe trabalhadora era capaz de atuar quase como uma “aristocracia operária” dotada de maior poder de barganha e capacidade de impor a regulação dentro da franja do mercado de trabalho na qual estavam integrados. Foram esses os primeiros a conquistar uma das pautas mais avançadas defendidas pelo operariado de ambas as cidades: a jornada de oito horas de trabalho.

Vejamos um exemplo da manifestação da consciência de classe no estrato da classe trabalhadora inserida em uma atividade produtiva marcada pela qualificação laboral e por sua base artesanal. Em 1906, os trabalhadores cariocas em ladrilhos e mosaicos fundaram seu próprio sindicato. Assim rezava o estatuto de fundação de tal associação trabalhista:

> Art. 1.º - O Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilhos, constituído no Rio de Janeiro (Capital do Brasil) no dia 23 de fevereiro de 1906, será composto de número ilimitado de sócios, sem exceção de raça ou nacionalidade, que trabalharem em ladrilhos e que não explorem por sua conta operários ou aprendizes.
> Art. 2º. – A associação tem por fins:
> a) Obter, valendo-se da solidariedade dos seus associados, a diminuição das horas de trabalho e aumento de salário, assim como todos os melhoramentos que contribuam para elevar as condições higiênicas, materiais, técnicas e morais dos seus aderentes.
> b) Formular uma tabela única e estabelecer o máximo de horas de trabalho.
> c) Obter pontualidade nos pagamentos que procurará sejam feitos quinzenalmente.
> d) Colecionar e reunir todos os elementos instrutivos e dados estatísticos que possam ser úteis a todos os associados, assim como dar conferência e criar uma biblioteca logo que as posses desta associação o permitam.
> e) Estimular entre os operários o sentimento de solidariedade.
> f) Obter descanso dominical.
> g) Auxiliar os seus associados em todas as questões que surjam entre operários e patrões, providenciando para que não sejam cometidas irregularidades e injustiças em prejuízo dos operários.
> Art. 3º - A sociedade terá por base a resistência sobre o terreno econômico e não se filiará a nenhum partido político nem religioso.
> Art. 4º - A sociedade aderirá ao Congresso Regional Operário.[249]

Uma das finalidades da existência dessa associação era a necessidade da ingerência da união operária nos conflitos travados entre patrões e trabalhadores no ambiente de trabalho e também a própria atuação dos trabalhadores na regulação das condições de acumulação. Tanto é que, sua associação, tinha como finalidades importantes a imposição de um tipo regular de remuneração e também de um limite máximo de horas a serem despendidas no trabalho.

Entretanto, essas aspirações não estavam limitadas a esse grupo particular de trabalhadores. O ponto defendido é que eram os trabalhadores especializados inseridos em setores tocados por grandes demandas no mercado que tinham maior potencial em obter conquistas sociais ligadas à normatização das condições de trabalho. A questão da remuneração regular, por exemplo, era uma aspiração do movimento operário como um todo, tanto é que veio a se tornar, ao lado da redução da jornada de trabalho, uma das diretrizes centrais da luta formuladas no Congresso Operário de 1906.

Os trabalhadores gráficos, parcela essencial do operariado no que concerne às formas de expressão da consciência de classe, foram uma das categorias que lutaram pela imposição de uma tabela salarial comum a todos os gráficos de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Essa era uma das reivindicações centrais do programa de fundação da União dos Trabalhadores Gráficos. Essa aspiração não foi alcançada devido ao fato do mercado gráfico

---

[249] Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilhos e Mosaicos. Estatutos. Rio de Janeiro. 1906. In: CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 402.

ser extremamente heterogêneo. Essa característica tornou muito difícil a imposição por parte dos trabalhadores de uma tabela salarial única a empresas dos mais variados portes e níveis de atuação no mercado[250]. Ou seja, além da prepotência de proprietários que atuavam em um mundo do trabalho através dos regulamentos draconianos de cada fábrica ou oficina, os trabalhadores encontravam barreiras para suas aspirações na própria estrutura heterogênea do mercado que se expandia nas cidades. Além disso, a adoção de uma tabela comum de salários e jornada de trabalho era contrária à lógica intercapitalista do mercado.

A greve geral dos sapateiros cariocas, ocorrida em 1906, também reivindicava a normatização da remuneração e dos limites máximos para a jornada de trabalho. Apesar de esse movimento ter sido considerado vitorioso por parte dos próprios sapateiros, essa reivindicação não foi atendida pelos empregadores[251]. Isso demonstra a resistência patronal no sentido de garantir que a acumulação se desenvolva da forma mais favorável possível ao capital. A assimetria de poder existente entre patrões e empregados e o caráter privado da normatização das relações sociais de produção favoreciam o prevalecimento dessa garantia.

Disputas em torno da forma a ser tomada pelo assalariamento são inerentes a processos de formação de mercados de trabalho. A forma mais comum tomada pelo assalariamento na época era o seu tipo mais precário. Trata-se da remuneração por peça. De acordo com Marx, esse tipo de remuneração é uma variante do salário pago por tempo[252]. Esse tipo de remuneração é extremamente coercitivo e também é capaz de transferir diversos riscos da produção para o operário.

Trata-se de uma forma de remuneração que abre brechas para fraudes e descontos salariais por parte dos empregadores, uma vez que a remuneração era estipulada pelo crivo técnico de mestres e contramestres. Essa forma de remunerar o trabalho também não requereria muitos gastos com supervisão, já que o *quantum* de dinheiro recebido pelo trabalhador dependia da qualidade de sua produção. Além disso, ela tem um efeito subjetivo de alinhavar a intensidade e a qualidade do trabalho com o interesse do trabalhador[253]. Por isso ela acabava indiretamente fomentando a competição entre os trabalhadores. Essa forma de remuneração é mais adequada ao capitalismo[254]. Ela é estratégica no processo de constituição das relações sociais capitalistas, pois ela facilita a redução dos custos com capital

---

[250] VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e Operários:* mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000, p. 140.
[251] NEVES, Maria Cecília Baeta. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa. *Revista Brasileira de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 13, n. 2. 1973, p. 55.
[252] MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 621.
[253] Ibidem, p. 624.
[254] Ibidem, p. 627.

variável e a imposição da exploração da força de trabalho em um momento em que a manufatura era justamente intensiva em trabalho. Esses elementos típicos da forma mais comum tomada pelo assalariamento nas duas cidades estudadas explicam a luta operária por formas mais regulares e padronizadas de remuneração.

Em termos estruturais, à medida que a mecanização da produção se expandia, era enfraquecido o poder de barganha de mercado potencialmente exercido pelos trabalhadores qualificados. Foi notável o quanto a expansão da grande indústria representava não apenas a desqualificação técnica, como também uma desqualificação social dos trabalhadores. Os trabalhadores localizados em setores da manufatura que cumpriam sua transição para a forma industrial de produção expressaram sua consciência em relação ao processo de proletarização ao qual estavam sendo empurrados.

A luta contra a desqualificação pode ser entendida como uma importante forma de manifestação da consciência de classe situada dentro do contexto de disseminação do assalariamento. Os gráficos engrossavam a fileira de trabalhadores que expressavam esse tipo de consciência social, que apontava no sentido contrário da proletarização. Tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, esses trabalhadores foram amplamente contrários a instalação das máquinas linotipo em suas oficinas. Enquanto os compositores manuais eram responsáveis pela composição de 1.200 tipos por hora, o linotipista era responsável pela impressão de 10.000 letras durante esse mesmo intervalo de tempo. A introdução desse maquinário foi feita pelos empresários do ramo, a partir de 1903, como uma resposta à concorrência travada no mercado interno. Já os trabalhadores a encararam como objeto da ganância patronal por desejo de maiores lucros, mesmo que a realização dessa finalidade viesse a aumentar o grau de exploração dos empregados e a consequente desqualificação de seus ofícios[255].

Os artesãos eram comumente chamados de artistas. Esses artistas também lutavam contra seus empregadores pela valorização de sua obra. Não apenas uma valorização na remuneração, como também na qualidade das obras produzidas. A greve dos sapateiros cariocas de 1906 nos fornece outro exemplo bastante ilustrativo acerca da luta desses artesãos. Os sapateiros paredistas também denunciaram o emprego de papelão em algumas indústrias, o que demonstra certo tipo de identificação entre artista e obra[256]. Essa forma de denúncia já

---

[255] VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e Operários:* mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000, p. 214.

[256] NEVES, Maria Cecília Baeta. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa. *Revista Brasileira de Administração de Empresas,* São Paulo, v. 13, n. 2. 1973, p. 52.

não era comum para os trabalhadores fabris, uma vez que esse tipo de produção afasta a identificação entre o operário e o produto de seu trabalho.

A parcela mais precária dos trabalhadores inserida em formas artesanais de produção obviamente não tinha a mesma sorte no que concerne ao poder de barganha de mercado. Estamos falando basicamente de chapeleiros, sapateiros, trabalhadores em fábricas de mobília, uma parcela dos metalúrgicos, outra dos trabalhadores do setor alimentício etc. Tratamos daqueles trabalhadores inseridos em oficinas, mas que produziam tipos de mercadoria que não apresentavam demandas ascendentes no mercado ou que eram similares a produção de estabelecimentos mais modernos. Acreditamos que a luta de classes era mais cruel com essa parcela da classe trabalhadora. Ela detinha menor poder de reação às condições de acumulação impostas por seus empregadores, que se valiam da ausência de regulação do mercado de trabalho para aumentar a taxa de exploração do trabalho.

O contexto de uma oficina era comumente marcado pela baixa concentração de empregados, pelo trabalho manual e pela atividade produtiva desempenhada pelo empregador. Essa última característica dificultava a visualização da exploração entre os dois polos envolvidos da relação salarial. Essa proximidade poderia, via paternalismo, minar o comportamento classista do trabalhador. Ainda mais nos setores em que a substituição do trabalhador era feita com maior facilidade.

Além disso, a proximidade entre empregador e seus poucos empregados no ambiente produtivo poderia servir como um mecanismo pessoal de potencialização da extração de excedente via aumento da jornada de trabalho ou aplicação de multas aos trabalhadores considerados displicentes. Em boa medida, esses mecanismos pessoais coercitivos predominavam em um mercado de trabalho desregulado, mas é interessante notar que os trabalhadores empregados em pequenos estabelecimentos tinham um poder de reação a esses mecanismos de aumento da exploração muito menor do que aqueles empregados em fábricas propriamente ditas.

*O Cortiço*, romance de Aluísio Azevedo, ilustra muito bem essa proximidade entre patrão e operário em pequenos estabelecimentos. Para Antonio Candido, o eixo da narrativa desta obra está assentado sobre a vida do trabalhador sob a presença direta de seu explorador econômico. A coexistência íntima entre ambos marcaria, para Candido, "a natureza elementar da acumulação em um país semicolonial"[257]. Essa proximidade abre portas para a existência

[257] CANDIDO, Antonio. De Cortiço a Cortiço. In: AZEVEDO, Aluizio. *O Cortiço.* São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.11.

de diversos mecanismos de dependência que favoreceriam a extração de excedente econômico do trabalho.

Como mencionamos na seção anterior, essa parcela da classe trabalhadora era majoritária em ambas as cidades estudadas. O setor artesanal da indústria, formado por pequenos estabelecimentos, era responsável pela inserção produtiva de uma parcela considerável da população. Ao lado dos trabalhadores da grande indústria, esses eram os que mais sentiam o peso do nascimento da condição proletária nas cidades mais dinâmicas do centro-sul brasileiro.

Segundo Marcel van der Linden, esses estratos da classe trabalhadora viveriam em um estado de *heteronomia social institucionalizado*, caracterizado pela privação, pela miséria e pela opressão[258]. Essa diferenciação técnica entre os trabalhadores encontrava uma diferenciação étnica e de nacionalidade. Enquanto os ofícios mais especializados ficavam restritos aos imigrantes, os trabalhadores nacionais eram atirados nos espaços subalternos de ambos os mercados de trabalho.

Esse argumento retrata uma faceta essencial do processo de formação da classe trabalhadora em São Paulo. Diretamente ligada a esse processo formativo, a imigração representou o preenchimento do nascente mercado de trabalho paulistano com mão de obra europeia proveniente tanto de regiões rurais quanto de centros urbanos. Aqueles imigrantes que vieram de regiões urbanas, como os italianos do norte e do Vêneto, trouxeram consigo experiência no trabalho manufatureiro e, consequentemente, qualificação técnica. Dentro de um mercado já marcado pela competição por trabalho, podemos dizer que essa parcela do operariado tomou as melhores posições do mercado de trabalho enquanto muitos nacionais, dentre os quais devemos destacar os negros, eram sistematicamente excluídos do mundo do trabalho[259].

Havia também a imensa massa da população identificada em nosso trabalho como *excedente estrutural de força de trabalho*. Os agentes recenseadores agruparam essa vasta parcela da população nas categorias "profissões mal definidas" e "sem profissão". Acreditamos que parte considerável dessa população trabalhava para garantir sua sobrevivência, e que ela deve ser analisada enquanto uma parcela da classe trabalhadora.

Essa parcela é a que enfrentava cotidianamente as condições de vida mais precárias. Essas pessoas tiravam seu sustento através de oferecimento de serviços na economia da rua:

---

[258] VAN DER LINDEN, Marcel. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2. 2005, p. 28.
[259] ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988).* Bauru: Edusc, 1998, p. 146.

eram vendedores ambulantes, quitandeiros, carregadores, prostitutas, lavadeiras etc. A ausência de caminhos de integração produtiva relegou à rua a essa parcela da população, espaço no qual ela veio a se tornar artífice do improviso no que tange à prática de sobrevivência. Como mencionamos, essa parcela da população inserida em formas de trabalho extremamente precárias era muito mais numerosa no Rio de Janeiro do que em São Paulo. Para o caso específico do Distrito Federal, parte dessas pessoas garantia seu sustento através da prestação de serviços braçais nas obras de infraestrutura urbana, na limpeza dos espaços públicos e, sobretudo, no porto.

A zona portuária carioca formava uma arena comum para a reprodução da existência de uma parcela considerável de sua classe trabalhadora carioca. As maiores concentrações populares do Rio de Janeiro estavam situadas nos bairros da Saúde e da Gâmboa, ambos na região portuária. Os trabalhadores do porto provavelmente estavam inseridos na massa de mão de obra excedente no Rio de Janeiro. Visto como uma arena por esses trabalhadores, o porto representava um espaço de convivência e de disputa entre negros e brancos por trabalho no frete de mercadorias, na estiva e nos trapiches. Entre meados do século XIX e o começo do XX, havia um elo de experiências de trabalho e de estratégias de resistência empreendidas pelos trabalhadores tanto dos tempos escravistas, quanto da época de formação dos primeiros sindicatos dos trabalhadores portuários.

Essa importante região para a economia da cidade é bastante ilustrativa a respeito da forma de luta de trabalhadores cariocas inseridos em atividades extremamente precárias. A atuação dos primeiros sindicatos dos trabalhadores em trapiches e da estiva no Rio de Janeiro acontecia no sentido de obter o controle do processo de contratação de mão de obra. Ela era realizada, na maioria das atividades portuárias, de forma avulsa. Os trabalhadores para lá se dirigiam no início das atividades portuárias e esperavam por firmas responsáveis por agenciar o trabalho de carga e de descarga dos navios. Após a chegada dos funcionários dessas firmas, os trabalhadores eram escolhidos de forma aleatória. Aqueles que por ventura não viessem a ser escolhidos ficavam sem trabalho e, consequentemente, sem seu principal meio de ganhar a vida[260]. O sindicato dos estivadores, de orientação reformista, foi responsável pela luta por uma distribuição igualitária do trabalho para todos os seus membros, independente de cor ou

[260] ARANTES, Erika Bastos. Negros do Porto. Trabalho, cultura e repressão no Rio de Janeiro, 1900-1910. In: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUB, Sidney. *Trabalhadores na Cidade.* Campinas: Unicamp, 2009, p. 116.

nacionalidade, durante as primeiras décadas do século passado. Essa prática adveio dos tempos em que a estiva era marcada pela presença maciça de escravizados[261].

Notamos como as estratégias de luta por melhoria das condições de vida dos trabalhadores variava muito de acordo com a posição estrutural desses no mercado de trabalho. Enquanto os pedreiros obtinham sucesso na conquista no campo da formalização da jornada de trabalho e do assalariamento, os trabalhadores da estiva carioca lutavam para que a fratura racial deixada pelo passado escravista não impedisse que os estivadores negros garantissem sua sobrevivência.

O baixo grau de desenvolvimento do assalariamento e o fato da maior parte da população vivenciar formas extremamente precárias de trabalho não podem imputar ausência de mobilização por parte desses trabalhadores. Também não devemos supor que não havia comunicação entre os variados estratos da classe trabalhadora. Afinal de contas, a capital da República serviu como palco de duas revoltas populares de grandes dimensões, em 1881 e 1904. Trata-se do Motim do Vintém e da Revolta da Vacina. Enquanto a primeira foi motivada pelo aumento do preço das tarifas cobradas nos bondes, responsável por comprimir ainda mais a renda das classes populares, a segunda foi uma resposta popular violentíssima à interferência arbitrária do governo da capital na vida popular durante a campanha de vacinação contra a varíola. Esses dois movimentos revoltosos deram novas dimensões quantitativas ao enfrentamento e a radicalidade popular no Rio de Janeiro. Os principais protagonistas envolvidos em ambos os movimentos foram os trabalhadores pobres da manufatura, do porto e da imensa choldra anônima que tirava seu sustento através de atividades desenvolvidas nas ruas da cidade. Lembremos que os despejos sistemáticos, o aumento do custo de vida e a disseminação da carestia da vida atingiam todos os grupos populares da sociedade.

O enfrentamento popular no Rio de Janeiro não esteve limitado a tais motins, cujos bastiões da resistência foram montados na zona portuária. O Rio de Janeiro assistiu ao surgimento de uma cultura paredista no seio das classes populares. Se as revoltas podem ser classificadas como movimentos populares radicais, a expansão do número de greves diz respeito a uma cultura verdadeiramente operária em gestação na capital.

A primeira greve carioca ocorreu em 1858 e foi realizada pelos tipógrafos após três meses de reivindicações por aumento salarial em uma conjuntura de carestia. O papel da

---

[261] CRUZ, Maria Cecília Velasco. *Virando o Jogo:* estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 1998, p. 270.

Imperial Associação Tipográfica Fluminense, a sociedade de auxílio mútuo desses trabalhadores, foi essencial para a organização dessa parede, uma vez que, além de apoiar os grevistas, serviu como berço para o surgimento do Jornal dos Tipógrafos, periódico responsável por unir os trabalhadores gráficos em prol de uma luta comum e também por criar um espaço de debate público acerca das condições de trabalho e de vida dessa categoria. A relação entre os movimentos paredistas e as associações populares foi evidente durante o processo de formação da classe trabalhadora carioca. Tanto é que, entre 1890 e 1907, período de expansão do associativismo, ocorreram cerca de 230 greves na cidade do Rio de Janeiro[262]. O movimento associativo ajuda a compreender essa união operária forjada na luta. Dentre esse total de greves, devemos destacar que os tecelões, os cocheiros, os sapateiros e os trabalhadores da construção civil foram os responsáveis pelos maiores números de movimentos paredistas. A formação dessa cultura grevista era capaz de unir diferentes estratos da classe operária em um contexto de resistência.

Uma das tarefas mais difíceis encontradas pelas lideranças do movimento operário era a de organizar todos esses estratos da classe trabalhadora. A principal saída encontrada para esse problema em São Paulo foi a organização dos trabalhadores em ligas operárias, ligas de bairro e, mais adiante, em sindicatos por ofício. Esses tipos de associações favorecem a organização política e econômica dos trabalhadores inseridos em um ambiente produtivo tão heterogêneo. A Liga Operária da Moóca, principal associação na formação do Comitê de Defesa Proletária, em 1917, era um tipo de organização que poderia abraçar os trabalhadores do bairro da uma forma democrática. Um sindicato por ofício, por sua vez, poderia recrutar trabalhadores nos tipos mais variados de estabelecimentos.

A própria adoção da forma federativa da organização sindical favoreceu sua expansão e sua capacidade de interlocução com os mais variados tipos de trabalhadores, inseridos em realidades sociais muito distintas. A Federação Operária de São Paulo e a do Rio de Janeiro foram as principais responsáveis pela organização das associações operárias nas duas primeiras décadas do século passado. A forma federativa respeitava a auto-organização de cada associação em relação à escolha das linhas políticas e das estratégias definidas pelos trabalhadores para o enfrentamento com o patronato.

A condição proletária tomava a vida de homens, mulheres e crianças. Todos esses eram obrigados a vivenciar novas formas de desigualdade social. Esse compartilhamento de experiências comuns determinava formas também comuns de subjetividade popular. É nesse

---

[262] GOLDMACHER, Marcela. *Movimento Operário:* aspirações e lutas. Rio de Janeiro (1890-1913). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, p. 49.

sentido que devemos entender um momento importante de manifestação da consciência de classe que, pela primeira vez, aproximou a trajetória do movimento operário carioca do paulistano: o 1º Congresso Operário, ocorrido em 1906.

O Congresso teve o Rio de Janeiro como sede e contou com a participação de 23 entidades operárias, dentre as quais 16 eram da própria cidade. A presença paulistana fora representada por Edgard Leuenroth, responsável por contribuir para o encontro com pautas anarquistas bastantes características dos movimentos operários das duas cidades.

Esse congresso foi o primeiro momento em que pautas e finalidades comuns foram extraídas do consenso proletário das duas cidades. A principal questão que norteou os trabalhadores durante o Congresso foi a importância da expansão do nível de organização dos trabalhadores. Isso passava pela organização de novas associações, federações operárias e também pela expulsão de patrões e de seus representantes das associações existentes.

As lideranças operárias apontaram que o foco principal das lutas deveria ser a resistência, a redução da jornada de trabalho e a implementação de remuneração regular em detrimento do pagamento por peça. Além disso, deveriam lutar pelo fim das multas aplicadas pelos contramestres e pela culpabilidade dos patrões em caso de acidente de trabalho. A maioria dessas pautas de luta e de conquistas pode ser divida em duas partes. A primeira dizia respeito ao enfrentamento que deveria ser dirigido contra os patrões, em resposta às duras condições de vida e de trabalho impostas aos trabalhadores. A segunda, e mais importante, dizia respeito à necessidade da regulação do mercado de trabalho.

A principal tática a ser adotada pelas associações era a ação direta, orientada no sentido de promover greves gerais. Além disso, recomendava-se que o associativismo caminhasse no sentido da organização por ofícios, com o intuito de obter a maior capilaridade possível naqueles heterogêneos mundos do trabalho.

O impacto desse congresso foi efetivo nos respectivos movimentos operários. O número de organizações operárias cresceu e diversas greves gerais foram declaradas em nome da conquista da jornada de 8 horas e pelo fim da remuneração por peça. A repressão a esse movimento foi dura. Muitos trabalhadores foram presos e pelo menos 132 foram expulsos do país[263]. Os pedreiros, marmoristas, canteiros e metalúrgicos foram os primeiros a obter a jornada de 8 horas, ainda no ano de 1907[264]. Os sapateiros obtiveram essa conquista em apenas algumas fábricas, mas conquistaram aumentos salariais significativos. Já os gráficos,

---

[263] PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael. *A Classe Operária no Brasil, 1889-1930:* documentos. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, v. 1, p. 64.

[264] CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944).* 2. ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 96-97.

os tecelões e costureiras não obtiveram a jornada de 8 horas, mas conseguiram uma redução significativa de sua jornada de trabalho.

O maior diferencial de poder de mercado dos empregadores conseguiu barrar boa parte dessas conquistas. Segundo a análise feita por Aziz Simão do Boletim do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, a jornada de trabalho dos trabalhadores em fábricas de tecido era de 14 horas/dia; a dos chapeleiros girava em torno de 9 horas/dia; a dos metalúrgicos estaria entre 9 e 11 horas/dia. Apenas os pedreiros conseguiram manter a jornada de 8 horas/dia[265]. Trata-se de tipos de resistência advindos do poder de barganha de mercado ou do poder associativo dos trabalhadores.

Outro momento a ser destacado foi a conjuntura do final da década de 1910, época terminal de nossa cronologia. Período marcado pela ascensão do enfrentamento operário nas duas cidades, representado pela conjuntura grevista de 1917 em São Paulo e a tentativa de tomada do poder por parte de trabalhadores cariocas em 1919. Essa conjuntura deve ser vista como uma consequência do desenvolvimento da luta de classes a partir do final do século XIX, somada à deterioração das condições de existência após a Primeira Guerra Mundial. As maiores conquistas dos trabalhadores, nessa conjuntura radical, foram duas imposições à classe patronal e ao Estado. A primeira delas dizia respeito ao reconhecimento da atuação sindical no mercado de trabalho. Já a segunda, mencionada anteriormente, foi a abertura dos debates acerca da promulgação da legislação trabalhista[266].

Devido à ausência de regulação, podemos dizer que ambos os mercados de trabalho se apresentavam em seu estágio puro[267]. Isso significa dizer que a exploração da força de trabalho é potencializada ao ponto de negar a própria existência do trabalhador. A urgente necessidade de regular as condições nas quais era promovida a acumulação foi idealizada a partir de experiências comuns de exploração vivenciadas pelos trabalhadores urbanos, sobre os quais recaíam os riscos e as problemáticas advindas da mercantilização da força de trabalho. O poder associativo foi o principal meio encontrado pela classe trabalhadora para impor a remodelação das relações sociais de produção à classe industrial, que eram comandadas sob os auspícios da liberdade do mercado.

A nova conjuntura de radicalidade política do pós-guerra colocou o Estado diante de pressões provenientes da nascente burguesia industrial e dos operários. A pressão política dos trabalhadores se dava pela instituição de leis sociais que pudessem regular as condições de

---

[265] SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado:* suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Dominus, 1966, p. 71.
[266] FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social.* 4. ed. São Paulo: Difel, 1977, p. 199.
[267] OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado.* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 32.

acumulação. Essas leis poderiam diminuir a assimetria de poder no mercado de trabalho e colocar limites à inviolabilidade do mando patronal no mundo da produção. De outro, a pressão política exercida pelos industriais, através de suas associações de classe, no sentido de garantir a "liberdade de trabalho", elemento estratégico no esforço de acumulação de capital. Após a elevação do grau de enfretamento proletário no biênio 1917-1818, as pressões empresariais passaram a apontar, de forma bastante pragmática, para a necessidade de regular o mercado de trabalho. Entretanto, as propostas de regulação iam de encontro as aspirações proletárias. Essa regulação deveria ser feita sem maiores exageros, ou seja, de uma maneira bastante conveniente aos seus interesses de classe[268].

As medidas acerca da responsabilidade dos empregadores diante de acidentes de trabalho e formas de restrição à exploração do trabalho feminino e infantil até eram aceitas, mas pautas que viessem a recair sobre as condições de acumulação em si, como direito a férias, assalariamento regular e a diminuição da jornada eram refutadas veementemente. Ou seja, as leis sociais eram bem-vindas desde que não incidissem diretamente sobre a extração de mais trabalho. Essa postura da nascente burguesia - enquanto fração autônoma de classe - reforçava por meio de arcaísmos da cultura política brasileira o conteúdo desigual das relações sociais de produção.

[268] GOMES, Angela Maria. A República Não-oligárquica e Liberalismo dos Empresários. In: SILVA, Sérgio; SZMERECSÁNYI, Tamás (Orgs.). *História Econômica da Primeira República.* São Paulo: Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial, 2002, p. 100.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa remontou aos processos de *modernização* das formações sociais urbanas mais dinâmicas posicionadas no centro-sul do Brasil. Esses processos foram colocados em movimento a partir de pontos de vista regionais. Por isso, buscamos demonstrar a existência de duas dinâmicas de expansão material que alteraram drasticamente os panoramas urbanos de São Paulo e do Rio de Janeiro no começo do século XX.

Ambas as dinâmicas de expansão econômica eram essencialmente mercantis. Em São Paulo, ela foi uma consequência do desenvolvimento do capital cafeeiro e de suas implicações sobre o comércio exterior paulista. No Rio de Janeiro, por sua vez, a *modernização* da economia foi o produto do desenvolvimento do capital mercantil residente naquela praça, capaz de posicionar aquela cidade entre fluxos comerciais que interligavam partes do nordeste, do sul, de Minas Gerais e centros europeus exportadores de produtos manufaturados.

Apesar do papel preponderante do capital mercantil, enquanto fonte de dinamismo dessas economias, as bases materiais de ambas as cidades passaram por transformações importantes. Elas foram materializadas com a expansão da indústria e o surgimento de novas atividades ligadas aos serviços urbanos mais modernos, como o setor de transportes, eletrificação etc.

A problemática central que norteou este esforço de pesquisa diz respeito  capacidade desses processos de *modernização* em alterar qualitativamente o conjunto de relações sociais de produção e a estrutura social dessas cidades. Compreender a profundidade das transformações em marcha no âmbito das relações sociais de produção em São Paulo e no Rio de Janeiro foi encarado por nós como uma contribuição importante a ser feita para os estudos sobre a transição do escravismo para o capitalismo no Brasil.

Nossa hipótese inicial recaia sobre as permanências deixadas pelo passivo escravista sobre as relações sociais de produção, expressas basicamente na ausência da generalização do assalariamento nessas formações sociais e na compreensão de que os mundos do trabalho de ambas as cidades ainda eram organizados a partir da coerção pessoal.

A partir dessa problemática e dessa hipótese orientamos nosso estudo no sentido de montar uma base de dados a partir dos recenseamentos demográficos e industriais realizados no Brasil entre 1872 e 1920. Nosso objetivo era o de verificar a evolução do emprego e do assalariamento em São Paulo e no Rio de Janeiro durante a crise do escravismo. Entretanto,

encontramos muita dificuldade em estabelecer as relações necessárias entre esse conjunto de fontes primárias, devido ao fato de diferentes categorias econômicas, metodologias de pesquisa e de sistematização dos dados terem sido empregadas na produção desses materiais. Essas inquietações e dificuldades na operacionalização dos dados respingaram nesta dissertação. Em nosso capítulo 3, procuramos demonstrar a fragilidade das análises econômicas comparativas entre São Paulo e Rio de Janeiro baseadas nos censos industriais de 1907 e 1920.

Diante desse problema, optamos por particularizar e aprofundar nosso estudo sobre o Recenseamento Geral do Brasil de 1920. Isso significou que estes esforços de pesquisa tiveram de abandonar a proposta de pontuar as transformações socioeconômicas ao longo do tempo para concentrar o cotejo dos mercados de trabalho de São Paulo e do Rio de Janeiro no final da segunda década do século XX.

A redução de nosso *corpus* documental não necessariamente limitou a perspectiva histórica da análise feita neste estudo. Para visualizá-la devemos compreender que a generalização da escravidão travava a formação de mercados de trabalho no Brasil. Portanto, os processos formativos de mercados de trabalho foram iniciados apenas na última década dos oitocentos. Nossa pesquisa visou avaliar as proporções tomadas pelo assalariamento em ambos os mercados de trabalho trinta anos após a superação dos entraves escravistas. Logo, nossa análise permite avaliar o dinamismo dessas formações sociais no sentido da promoção de relações sociais de produção capitalistas imediatamente após o fim da escravidão.

A realização do trabalho empírico nos levou a constatações diferentes de nossa hipótese inicial. Os mercados de trabalho das duas cidades eram limitados e incompletos, ou seja, a relação salarial ainda não estava generalizada nos mundos do trabalho estudados. Contudo, podemos afirmar que as transformações na base dessas formações sociais tiveram impactos importantes nas relações sociais de produção estruturantes de ambos os mundos do trabalho. O cotejo entre os mercados de trabalho e as estruturas do emprego nessas duas cidades, em 1920, nos levou a afirmar que as transformações em marcha no âmbito das relações sociais de produção tomaram proporções diferentes em São Paulo e no Rio de Janeiro.

O mercado de trabalho de São Paulo era mais dinâmico do que o do Rio de Janeiro em 1920. O setor genuinamente capitalista da produção industrial, representado pela *grande indústria* e pela *manufatura capitalista,* era mais avantajado em São Paulo do que no Rio de Janeiro. Esses dois estratos da produção manufatureira foram estratégicos na constituição do assalariamento. Nosso trabalho de sistematização dos dados nos levou à conclusão de que

cerca de metade dos trabalhadores vinculados a manufatura em São Paulo estava inserida em relações sociais capitalistas, enquanto apenas um terço dessa parcela da classe trabalhadora estava inserida na camada superior da produção industrial. Em São Paulo, cerca de 40% dos trabalhadores industriais estavam inseridos em formas de produção organizadas pela *grande indústria.* O setor artesanal da indústria era mais avantajado no Rio de Janeiro do que em São Paulo. Partimos do pressuposto que essa camada inferior da produção manufatureira tinha menos facilidade em promover a disseminação de relações sociais estratégicas do ponto de vista da acumulação de capital.

Apesar dessa diferença no setor industrial, as duas economias apresentavam taxas de assalariamento semelhantes. Em São Paulo ela era de 36%, enquanto no Rio de Janeiro era de 30%. Se a indústria foi o principal setor na composição dessa taxa em São Paulo, o setor de serviços elevou a taxa desse indicador do desenvolvimento do assalariamento no Rio de Janeiro.

A expansão da força de trabalho e do emprego em atividades como a indústria e os serviços urbanos foi realizada em sociedades marcadas por altas taxas de crescimento demográfico e pelo até então recente passado escravista. A principal implicação social desses processos de *modernização* foi a constituição histórica da *questão social* durante a primeira República.

Nosso estudo também contribui para a compreensão da formação desse novo quadro social caracterizado essencialmente por tensões sociais. Um dos produtos das formas de expansão econômica vigentes foi a formação de vultosos *excedentes de força de trabalho*. Esse excedente de força de trabalho formava cerca 50% da população economicamente ativa no Distrito Federal e 40% em São Paulo. Trata-se de uma parcela fluida da população economicamente ativa inserida em formas de trabalho extremamente precárias, como carregadores, vendedores ambulantes etc. A reprodução material da existência dessa vasta parcela da sociedade era feita independentes da integração no mercado de trabalho. A integração precária dessas parcelas majoritárias da população nos indicam que além de incompletos esses mercados de trabalho em formação nas duas cidades já estavam congestionados.

Entretanto, estar inserido no mercado de trabalho, a esse tempo, não representava privilégios à maioria dos trabalhadores de São Paulo e do Distrito Federal. Podemos dizer que esses mercados de trabalho se encontravam em sua forma “pura” devido à ausência de regulação das condições de acumulação. Esse é outro elemento que nos ajuda a compreender as péssimas condições de vida e de trabalho de grande parte dos trabalhadores neste contexto.

A “liberdade de trabalho” vitaminava a exploração nessas formações sociais potencialmente capitalistas.

A inserção dos trabalhadores nos estratos mais modernos da produção não representava qualquer tipo de privilégio. Pelo contrário, os setores econômicos em que o assalariamento apresentava maior potencial de disseminação eram aqueles marcados pelas mais precárias formas de trabalho. A indústria têxtil é um grande exemplo dessa relação entre desenvolvimento do capital e imposição de duras condições de trabalho e baixos salários para os trabalhadores. A mecanização da produção nesse setor representou possibilidades reais para o rebaixamento salarial, potencializados com a inserção de mulheres e crianças no processo produtivo. A expansão do emprego nessas economias periféricas caminhou paralelamente à disseminação da pobreza e da exploração de classe nessas formações sociais.

O desenvolvimento da *grande indústria*, provavelmente, impactava negativamente as condições de trabalho na manufatura e nos setores mais precários da produção artesanal. Isso se dava devido à necessidade de redução da folha salarial induzida pela competição no mercado por parte de empresas de diferentes portes. Se esses setores não eram capazes de fazer uso de mecanismos técnicos para realizar o aumento da extração de excedente do trabalho, eles também contavam com mecanismos pessoais de imposição de extensão da jornada de trabalho e de reduzir os custos com salários. A forma mais comum tomada pelo assalariamento, a remuneração por peça, facilitava a conjunção de diferentes formas de potencialização da extração de excedente do trabalho.

Em síntese, as transformações em curso nas cidades mais dinâmicas do país foram capazes de imprimir alterações importantes no que diz respeito à força de trabalho e às relações sociais de produção, principalmente se levarmos em consideração o passivo escravista. Entretanto, essas alterações envoltas na *modernização* dessas cidades representaram um drama para as classes subalternas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

# FONTES PRIMÁRIAS

DGE - Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral de 1920, vol. I. *Annexos: decretos, instrucções e modelos das cadernetas e dos questionários para a execução do recenseamento*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1922.

DGE - Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral de 1920, vol. 2, 1ª Parte. *População do Rio de Janeiro (Districto Federal)*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1923.

DGE – Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral de 1920, vol. 2, 2ª Parte. *Agricultura e Indústrias: Districto Federal.* Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1924.

DGE - Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral de 1920. *Relação dos estabelecimentos industriaes recenseados no Districto Federal, nos estados e no território do Acre* – volume 1 e 2. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1924.

DGE - Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral de 1920, vol. 4, 1ª Parte. *População: população do Brazil por Estados, municípios, e districtos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade.* Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1926.

DGE – Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral de 1920, vol. 5, 1ª Parte. *Indústria:* modo de organização das empresas; capital empregado e data da fundação; força motriz e pessoal em serviço; período de funccionamento das fábricas; principaes despesas do custeio; produção annual. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1927.

DGE – Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral de 1920, vol. 4, 2ª Parte, tomos 1 e 2. *População:* população do Brazil por estados e municípios, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1928.

DGE – Departamento Geral de Estatística. Recenseamento Geral de 1920, vol. 4, 5ª Parte, tomos 1 e 2. *População:* população do Brazil, por estados e municípios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1930

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988).* Bauru: Edusc, 1998.

ARANTES, Erika Bastos. Negros do Porto. Trabalho, cultura e repressão no Rio de Janeiro, 1900-1910. In: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUB, Sidney. *Trabalhadores na Cidade.* Campinas: Unicamp, 2009.

ARRIGHI, Giovani. *O Longo Século XX.* São Paulo: Unesp/Contraponto, 1994.

BANDEIRA JR., Antônio Francisco. *A Indústria do Estado de São Paulo em 1901.* São Paulo. Tipografia do Diário Oficial, 1901.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil.* São Paulo: Alameda, 2008.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *O Negro na economia brasileira:* da colônia aos umbrais do século XXI. Disponível em: <http://nepheusp.googlepages.com/Onegronaeconomiabrasileira.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2013.

_____. *A acumulação de capital no Brasil*. Disponível em: <http://nepheusp.googlepages.com/AACUMULAODECAPITALNOBRASIL.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2014.

BATALHA, Claudio Henrique. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 6, n. 11/12, p. 41-69. 2000.

_____. A Geografia Associativa. Associações operárias, protestos e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H.M; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe.* Campinas: Unicamp, 2004.

_____. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H.M; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre.(Orgs.) *Culturas de classe.* Campinas: Unicamp, 2004.

_____; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe.* Campinas: Unicamp, 2004.

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina:* de 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2004, v. 4.

_____. A Grã-Bretanha e a América Latina, 1830- 1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina:* de 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2004, v. 4

BIONDI, Luigi. *Classe e Nação:* trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920. Campinas: Unicamp, 2011.

BLACKBURN, Robin. *A Construção do Escravismo no Novo Mundo.* Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRAGA, Ruy. *A Política do Precariado.* São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo* - Século XV-XVIII - Volume 3: O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRENNER, Robert. The Origins of Capitalist Development*:* a critique of NeoSmithian Marxism. *New Left Review*, v. 1, n. 104, jul/ago. 1977.

CANDIDO, Antonio. De Cortiço a Cortiço. In: AZEVEDO, Aluizio. *O Cortiço.* São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.* São Paulo: Difel, 1977.

_____. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* 4. ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998.

CARDOSO, Adalberto. *A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil.* Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridonal.* 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARONE, Edgard. *A República Velha.* Instituições e classes sociais. (1889-1930). 4. ed. São Paulo: Difel, 1978, v. 1.

_____. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944).* 2. ed. São Paulo: Difel, 1984.

_____. *A Evolução Industrial de São Paulo (1889-1930).* São Paulo: Senac, 2001.

CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados.* O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CASTEL, Robert. *Metamorfoses da Questão Social.* Uma crônica do salário. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Trabalho, lar e botequim.* 1. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

_____. *Machado de Assis:* historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia.* 4. ed. São Paulo: Unesp, 1997.

CRUZ, Maria Cecília Velasco. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiches e café, 1905-1930. *Afro-Ásia,* Salvador, n. 24. 2000.

_____. *Virando o Jogo:* estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 1998.

DE LUCA, Tânia Regina. *O Sonho do Futuro Assegurado.* São Paulo: Contexto, 1990.

_____. *Indústria e trabalho na história do Brasil.* São Paulo: Contexto, 2001.

DEAN, Warren. *A industrialização em São Paulo.* São Paulo: Difel, 1977.

_____. *A Industrialização em São Paulo.* 4. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1983.

DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil.* São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

DIAS, Maria Odila Silva. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos.* São Paulo: Alameda, 2005.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo.* 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo.* Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

EISENBERG, Peter Louis. *A Mentalidade dos Fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878.* In: LAPA, José Roberto do Amaral (et al). *Modos de Produção e Realidade Brasileira.* Petrópolis: Vozes, 1980, p 167.

ELLEY, Geoff. *Forjando a democracia* – a história da esquerda na Europa 1850 – 2000. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social.* 4. ed. São Paulo: Difel, 1977.

_____. O proletariado industrial na Primeira República. In*: História Geral da Civilização Brasileira.* v. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *Crime e Cotidiano.* 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado:* ensaios sobre política institucional. São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. *Revolução Burguesa no Brasil.* 5. ed. São Paulo: Globo, 2010.

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Ventura:* acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____; FLORENTINO, Manolo. *Arcaísmo como Projeto.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata.* 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso.* 6. ed. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina.* Rio de Janeiro: Lia Editora, 1969.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Formação Econômica do Brasil.* 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

_____. *A Economia Latino Americana.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GENOVESE, Eugene. *A Economia Política da Escravidão.* Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

GLADE, William. A América Latina e a economia internacional, 1870 – 1914. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930.* São Paulo: Edusp, 2004, v. 4.

GOLDMACHER, Marcela. *Movimento Operário:* aspirações e lutas. Rio de Janeiro (1890-1913). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

GOMES, Angela Maria. *Burguesia e Trabalho:* política e legislação social no Brasil (1917-1937*).* Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____. A República Não-oligárquica e Liberalismo dos Empresários. In: SILVA, Sérgio; SZMERECSÁNYI, Tamás (Orgs.). *História Econômica da Primeira República.* São Paulo: Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial, 2002.

GORENDER, Jacob. *O Mito do Desenvolvimento Econômico.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *A Escravidão Reabilitada.* 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *O Escravismo Colonial.* 5. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* O *Risorgimento*. Notas sobre História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 5.

HAHNER, June. *Pobreza e Política:* os pobres urbanos no Brasil 1870 – 1920. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

HIRANO, Sedi. *Pré-Capitalismo e Capitalismo.* São Paulo: Hucitec, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho:* novos estudos sobre História Operária. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem.* 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 37, n. 2, jun. 2007.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia:* o processo de formação do mercado interno e da grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LEVY, Maria Bárbara. *História da bolsa de valores do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

_____. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro* – do capital comercial ao capital industrial e financeiro. vol. 2 Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

_____. *Imigração Portuguesa no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 2001.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *O Escravismo no Brasil.* São Paulo: Edusp, 2010.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro* (1890-1920). São Paulo: Paz e Terra, 1979.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração & Escravidão:* ideias sobre a agricultura escravista brasileira. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra.* 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
MARX, Karl. *O Capital.* São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Ilmar de. *O Tempo Saquarema.* 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda:* greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto/Faperj, 2004.

_____. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. *Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ,* Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-55. 2007.

_____. *Escravizados e Livres:* experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

_____. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio.* 11. ed. Campinas: Edições Facamp, 2009.

MERRICK, Thomas; GRAHAM, Douglas. *População e Desenvolvimento Econômico no Brasil:* de 1800 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *População e desenvolvimento econômico no Brasil de 1980 até a atualidade.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NEVES, Maria Cecília Baeta. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa. *Revista Brasileira de Administração de Empresas,* São Paulo, v. 13, n. 2. 1973.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).* 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

NUN, José. *Marginalidad y Exclusión Social.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 2001.

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado:* transformações contemporâneas do trabalho e da política. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita.* 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

PAOLI, Maria Célia. *Trabalho e Conflito na Era do Estado:* direitos sociais, cidadania e leis do trabalho no Brasil. 1930 a 1950. 1984. Tese (Doutorado) - Department of Social History, Birbeck College, London University, Londres, 1984.

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha.* Campinas: Unicamp, 1994.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Micheal. *A Classe Operária no Brasil, 1889-1930: documentos.* 2 vols. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

POLANYI, Karl. Trabalho escravo e trabalho livre*:* origens históricas do capital. *Revista USP,* São Paulo, n. 13, p. 100-117. 1992.

_____. *A grande transformação.* São Paulo: Elsevier/Campus, 2012.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *A Revolução Brasileira.* 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PROCACCI, Giuliano. *La Lotta di Classe in Italia agli inizi del Secolo XIX.* Roma: Reuniti, 1992.

QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmandades Negras:* outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930).* Campinas: Hucitec/Unicamp, 1988.

SAES, Alexandre. *Conflitos do Capital.* Bauru: Edusc, 2010.

SAES, Flávio A. M. de. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. *Estudos avançados,* v. 3, n.7, p. 20-39. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 jan. 2012.

_____. Estradas de ferro e diversificação econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870 – 1900. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). *História Econômica da Independência e do Império.* São Paulo: Hucitec, 1996.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Claudio; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando da. (Orgs.) *Culturas de Classe.* Campinas: Unicamp, 2004.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *A Revolta da Vacina:* mentes insanas e corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* 8. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.

SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado:* suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Dominus, 1966.

SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

SINGER, Paul. *Força de Trabalho e Emprego no Brasil - 1920-1969.* São Paulo: Cebrap, 1971.

_____. *Economia Política do Trabalho:* elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. São Paulo: Hucitec, 1977.

SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 107-142, mar/ago. 1988.

_____. A Indústria na Sociedade Escravista: as Origens do Crescimento Manufatureiro da Região Fluminense em Meados do Século XIX (1840-1860). In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). *História Econômica da Independência e do Império.* São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *O povo de Cam na capital do Brasil:* a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

SOUZA, Laura de Mello. *Os Desclassificados do Ouro.* São Paulo: Graal, 1986.

SOUZA, Paulo Renato. *A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas.* 1990. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1980.

STEIN, Stanley. *Vassouras:* Um Munícipio Brasileiro do Café, 1850 – 1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SUZIGAN, Wilson; VERSIANI, Flávio. *O processo brasileiro de industrialização:* uma visão geral. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.

_____. *Indústria no Brasil:* origens e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000.

TESSARI, Claudia Alessandra. *Braços Para a Lavoura.* Sazonalidade e Permanência do Trabalho Temporário na Agricultura Paulista (1890 – 1915). São Paulo: Alameda, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe trabalhadora inglesa.* São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *As particularidades dos ingleses e outros artigos.* Campinas: Unicamp, 2001.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa:* a árvore da liberdade. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 1.

_____. *Costumes em Comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa.* 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa:* a maldição de Adão. São Paulo: Paz e Terra, 2012, v. 2.

TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias.* Campinas: Unicamp, 2004.

TOMICH, Dale. Trabalho escravo e trabalho livre: origens históricas do capital. *Revista USP*, n. 13, p. 100-117, mai. 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25603>. Acesso em: 26 Abr 2014 .

_____. *Pelo Prisma da Escravidão.* São Paulo: Edusp, 2011.

VAN DER LINDEN, Marcel. The "Globalization" of Labour and Working Class. History and its consequences. *International Labor and Working-Class History*, n. 65, p. 136-156. 2004.

_____, Marcel. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2. 2005.

VERSIANI, F.R.; VERSIANI, M.T.R.O. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, F.R.; BARROS, J.R.M. (Orgs.). *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. *Revista de Economia Política*, Brasília, v. 13, n. 4, p. 83, out./dez. 1993.

_____. Escravos, Homens Livres e Imigrantes. Notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. In: SILVA, Sérgio; SZMERECSÁNYI, Tamás. *História Econômica da Primeira República.* São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários:* mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1852-1912). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II:* Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750. New York: Academic Press, 1980.

_____. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WRIGHT, Erik Ollin. *Class Counts:* comparative studies in class analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. *Working Class Power, capitalists-class interest and State compromise*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.